



PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ/MF nº 09.137.729/0001-89

perfazendo um montante de até

R\$ 80.000.000,00

Oitenta milhões de Reais

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 9ª Série: brAA+(sf)(p)

Benchmark: CDI + 3,30% aa

CÓDIGO ISIN DAS QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE DO FUNDO: BRMRDDCTFOC0

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA NONA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES, COMPOSTA DE 8.000 (OITO MIL) QUOTAS SENIORES COM PREÇO UNITÁRIO POR QUOTA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), DO MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (o “FUNDO”), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (“CNPJ/MF”) SOB O Nº 09.137.729/0001-89 E ADMINISTRADO POR BANCO PETRA S.A., COM SEDE NA CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA RUA PASTEUR Nº 463, 11º ANDAR, CONJUNTO 1103, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB Nº 11.758.741/0001-52, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA DE VALORES MOBILIÁRIOS DE TERCEIROS CONFORME ATO DECLARATÓRIO Nº 11.821 DE 18 DE JULHO DE 2011 (A “ADMINISTRADORA”) E GERIDO POR PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA., COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, NA AVENIDA PAULISTA, Nº 1842, 1º ANDAR, CEP 01310-923, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 09.204.714/0001-96, DEVIDAMENTE AUTORIZADA À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ATRAVÉS DO ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 9.664 DE 28/12/2007 (A “GESTORA”), DELIBERADA PELA ADMINISTRADORA, EM 22 DE ABRIL DE 2014, POR MEIO DO SUPLEMENTO DA NONA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE CURITIBA SOB O Nº 1.067.359. A ANTEPENÚLTIMA VERSÃO DO REGULAMENTO FOI ALTERADA CONFORME DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FUNDO, EM 06/03/2014, CUJA ATA SE ENCONTRA REGISTRADA NO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O Nº 5238652 DE 14/03/2014. A PENÚLTIMA VERSÃO DO REGULAMENTO FOI ALTERADA PARA ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS DA CVM MEDIANTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO APROVADO PELA ADMINISTRADORA EM 04 DE JUNHO DE 2014, REGISTRADO NO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE CURITIBA SOB O Nº 1.069.531. A ÚLTIMA VERSÃO DO REGULAMENTO FOI ALTERADA PARA ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS DA CVM MEDIANTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO APROVADO PELA ADMINISTRADORA EM 01 DE JULHO DE 2014, REGISTRADO NO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE CURITIBA SOB O Nº 1.071.364.

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE JUNTO À CVM: NÚMERO DE REGISTRO CVM/SRE/RFD/2014/008 CONCEDIDO EM 13 DE JUNHO DE 2014, NOS TERMOS DO OFÍCIO CVM/SRE/GER-1/Nº 134/2014

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, MODALIDADE FIDC FOMENTO MERCANTIL.

Administração



Gestão



Distribuição



Consultoria Especializada



Assessoria Legal



Custódia e Controladoria



Agência de Rating



Auditoria



DATA: 15/07/2014

AVISOS

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTE FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS. NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “5-FATORES DE RISCO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 58 A 63.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS QUE PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS, PODENDO INCLUSIVE ACARREJAR PERDAS SUPERIORES AO CAPITAL APLICADO E A CONSEQUENTE OBRIGAÇÃO DO QUOTISTA DE APORTAR RECURSOS ADICIONAIS PARA COBRIR O PREJUÍZO DO FUNDO.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DA GESTORA DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC. A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS QUOTISTAS, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÃO ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

ESTE FUNDO APRESENTA RISCO DE LIQUIDEZ ASSOCIADO ÀS CARACTERÍSTICAS DE SEU ATIVO E ÀS REGRAS ESTABELECIDAS PARA SOLICITAÇÃO DE RESGATES.

ESTE FUNDO PODE INVESTIR EM CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DIVERSIFICADA, COM NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DISTINTAS. DESTA FORMA, O DESEMPENHO DA CARTEIRA PODE APRESENTAR COMPORTAMENTO DISTINTO AO LONGO DA EXISTÊNCIA DO FUNDO.

A GESTORA ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA GESTORA EM ASSEMBLEIAS DE ATIVOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

ESTE FUNDO BUSCARÁ (EM REGIME DE MELHORES ESFORÇOS) MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IR INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO À ADMINISTRADORA.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. DEFINIÇÕES	7
A 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO.	7
AGENTE DE DEPÓSITO.....	7
1.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	10
1.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	11
1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	13
1.5. FUNÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	14
1.5.1. ADMINISTRADORA	14
1.5.1.1. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA	14
1.5.1.2. VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA	15
1.5.2. GESTORA	16
1.5.3. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	16
1.5.4. AGENTE DE DEPÓSITO	17
1.5.5. CONSULTORIA ESPECIALIZADA	17
1.5.6. SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	18
1.6. BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	18
1.7. DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO	20
1.8. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	20
1.9. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	20
2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA.....	21
2.1. BASE REGULATÓRIA	22
2.2. PÚBLICO ALVO	22
2.3. RESUMO DA OPERAÇÃO	22
2.4. PRAZO DE DURAÇÃO	22
2.5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	22
2.6. CONDIÇÕES DE CESSÃO	24
2.7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	24
2.8. RESPONSABILIDADES DOS CEDENTES EM RELAÇÃO À CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO	25
2.9. IRREVOGABILIDADE DA CESSÃO	25
2.10. POLÍTICA DE CONCESSÃO, COBRANÇA DE CRÉDITOS E PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIA, PERDAS, FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE GARANTIAS.	25
2.11. DISTRIBUIÇÃO	26
2.12. EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES E RESGATE DE QUOTAS	26
2.13. RAZÃO DE GARANTIA	29
2.14. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	30
2.15. ASSEMBLEIA GERAL	30
2.16. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE VOTO	32
2.17. EVENTOS DE AVALIAÇÃO	32
2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	33
2.19. TAXAS	34
2.20. ENCARGOS DO FUNDO	35
2.21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	35
2.22. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	35
2.23. TRIBUTAÇÃO	36
2.24. PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	37
2.25. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO PERIÓDICAS	37
2.26. CRONOGRAMA PREVISTO DA OFERTA	37
2.27. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	37

2.28. ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	37
2.29. DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA DISTRIBUIÇÃO	38
2.30. ATENDIMENTO AO QUOTISTA	38
2.31. DISPONIBILIZAÇÃO DO PROSPECTO	39
2.32. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	39
2.33. FORO	40
3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO	41
3.2. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO	43
3.3. PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	43
3.4. RESOLUÇÃO DA CESSÃO	43
4. DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	44
4.1. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO	45
4.1.1. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE VENDAS A PRAZO	45
4.1.2. DUPLICATAS	46
4.1.3. CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE DUPLICATAS MERCANTIS OU DE SERVIÇOS.	48
4.1.4. ESTUDO DOS EFEITOS DA NÃO RECOMPRA DE DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS	51
4.1.5. PRÉ-PAGAMENTOS E PERDAS	52
4.2. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	52
4.3. INFORMAÇÕES DESCRITIVAS DAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DA CARTEIRA DO FUNDO	54
5. FATORES DE RISCO	59
5.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS	60
5.2. FATORES DE RISCO	60
6. HISTÓRICO DAS SÉRIES ANTERIORES	65
6.1. HISTÓRICO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	66
6.2. HISTÓRICO DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	67
6.3. HISTÓRICO DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	68
6.4. HISTÓRICO DA 4ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	69
6.5. HISTÓRICO DA 5ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	71
6.6. HISTÓRICO DA 6ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	72
6.7. HISTÓRICO DA 7ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	73
6.8. HISTÓRICO DA 8ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	74
7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM FUNDO E A OFERTA	76
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E A GESTORA	77
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE.....	77
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E A CONSULTORA	77
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E O AGENTE DE DEPÓSITO.....	77
RELAÇÃO ENTRE A ADMINISTRADORA E A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	78
RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	78
RELAÇÃO ENTRE A GESTORA E A CONSULTORA	78
RELAÇÃO ENTRE A GESTORA E O AGENTE DE DEPÓSITO	78
RELAÇÃO ENTRE A GESTORA E O AUDITOR INDEPENDENTE	78
RELAÇÃO ENTRE A GESTORA E A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	78
RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO	79
RELAÇÃO ENTRE O CUSTODIANTE E A CONSULTORA	79
RELAÇÃO ENTRE O CUSTODIANTE E O AGENTE DE DEPÓSITO	79

RELAÇÃO ENTRE O CUSTODIANTE E O AUDITOR INDEPENDENTE.....	79
RELAÇÃO ENTRE O CUSTODIANTE E A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.....	79
RELAÇÕES ENTRE A CONSULTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....	80
RELAÇÃO ENTRE A CONSULTORA E O AGENTE DE DEPÓSITO	80
RELAÇÃO ENTRE A CONSULTORA E O AUDITOR INDEPENDENTE	80
RELAÇÃO ENTRE A CONSULTORA E A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	80
RELAÇÕES ENTRE O AGENTE DE DEPÓSITO E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....	80
RELAÇÃO ENTRE O AGENTE DE DEPÓSITO E O AUDITOR INDEPENDENTE	80
RELAÇÃO ENTRE O AGENTE DE DEPÓSITO E A AUSTIN RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.....	80
8. ANEXOS.....	82
ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO	83
ANEXO II – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO.....	116
ANEXO III – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO III – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	117
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	119
ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	121
ANEXO VI – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HOMOGENEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	133
ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS	134
<u>ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DE OPERAÇÕES DO FUNDO</u>	<u>165</u>

1. INTRODUÇÃO

1.1. DEFINIÇÕES

1.1.1. Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões deste item terão os seguintes significados, quer sejam mencionados no plural ou no singular:

1ª Série	A 1ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
2ª Série	A 2ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
3ª Série	A 3ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
4ª Série	A 4ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
5ª Série	A 5ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
6ª Série	A 6ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
7ª Série	A 7ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
8ª Série	A 8ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
9ª Série	A 9ª série de Quotas Seniores do FUNDO .
ADMINISTRADORA	O BANCO PETRA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103.
Agência de Classificação de Risco	A AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., sediada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 110, conj. 73, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09.
Agente de Depósito	A empresa contratada pelo Custodiante para, nos termos do artigo 38 § 6º da Instrução 356, prestar serviço de verificação de lastro dos direitos creditórios referidas nos incisos II e III do mesmo artigo e de guarda da documentação de que tratam os incisos V e VI do mesmo artigo, sem prejuízo de sua responsabilidade.
AGENTE DE COBRANÇA	A empresa contratada pela ADMINISTRADORA , nos termos do artigo 39 inciso IV da Instrução 356, para efetuar a cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos.
Ativos Soberanos	A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que estiver alocada em (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e/ou (iii) quotas de fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil.
Auditores Independentes:	Ernst & Young Terco AUDITORES INDEPENDENTES , sociedade com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25.
BACEN	O Banco Central do Brasil.
CCB	A cédula de crédito bancário.
CDI	O Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP.
Cedentes	As pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas na CONSULTORA que cederão Direitos de Crédito ao FUNDO , considerando que, nos termos da Instrução 356, é vedado à ADMINISTRADORA , GESTORA e CONSULTORA ou, ainda, partes a elas relacionadas, ceder ou originar, direta ou indiretamente, direitos de crédito ao FUNDO .
CETIP	A CETIP S/A - Mercados Organizados, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24.
Código ANBIMA	O Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento.

Condições de Cessão	As condições necessárias mas não suficientes para que um Direito de Crédito possa ser adquirido pelo FUNDO .
CONSULTORA	A BRR ASSESSORIA DE COBRANÇA E ADMINISTRAÇÃO DE CREDIÁRIO LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professor Abelardo Lobo, 10, parte e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.687.953/0001-03.
Contrato de Cessão	O Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o FUNDO e os Cedentes.
Contrato de Consultoria Especializada	O contrato de prestação de serviços de consultoria especializada celebrado entre o FUNDO , a CONSULTORA e o CUSTODIANTE .
Contrato de Cobrança	O contrato de prestação de serviços de cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos celebrado entre o FUNDO , a CONSULTORA e o CUSTODIANTE .
Contrato de Custódia	O contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria celebrado entre a ADMINISTRADORA e o CUSTODIANTE .
Contrato de Depósito	O contrato de prestação de serviços de depósito dos Documentos Representativos de Crédito, celebrado entre o AGENTE DE DEPÓSITO e o CUSTODIANTE .
Critérios de Elegibilidade	Os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO .
CUSTODIANTE	O DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 13º a 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11.
CVM	A Comissão de Valores Mobiliários.
Default	Os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da ADMINISTRADORA , tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.
Devedores	Os devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.
Direitos de Crédito	Os direitos de crédito preponderantemente performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, sendo tais direitos de crédito representados pelos Documentos Representativos de Crédito.
Direitos de Crédito Elegíveis	Os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao FUNDO nos termos do Contrato de Cessão.
Direitos de Crédito Inadimplidos	Os Direitos de Crédito cedidos ao FUNDO que não forem devidamente pagos após 14 (catorze) dias corridos contados da data de seus respectivos vencimentos.
DISTRIBUIDORA	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Água Verde, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.
Documentos Representativos do Crédito	Os cheques, os contratos de compra e venda a prazo garantidos por cheques, os contratos de prestação de serviços garantidos por cheques, as cédulas de crédito bancário garantidas por 50% (cinquenta por cento) em duplicatas ou cheques, as notas fiscais, as duplicatas digitais emitidas a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido, as duplicatas e os cheques que garantem o pagamento dos contratos de compra e venda a prazo, dos contratos de prestação de serviços e das cédulas de crédito bancário referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos Cedentes a seus respectivos Devedores, instrumentos de confissão de dívida celebrados entre os Cedentes e seus respectivos Devedores decorrentes de contratos de compra e venda e/ou prestação de serviços, autorizações para débito direto em conta corrente dos Devedores de contratos de compra e venda e/ou prestação de serviços, bem como qualquer outro documento que possibilite e/ou comprove a existência, validade, legitimidade, exequibilidade e/ou cobrança dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo FUNDO , incluindo mas não se limitando aos relatórios gerenciais e cupons fiscais

Eventos de Avaliação	As situações descritas no Capítulo XX do Regulamento.
Eventos de Liquidação	As situações descritas no Capítulo XXI do Regulamento.
FUNDO	O MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.
GESTORA	A PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, CEP 01310-923, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.204.714/0001-96.
Instrução 356	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações.
Instrução 400	A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e suas alterações
Instrução 476	A Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e suas alterações.
Lote Suplementar	É a possibilidade de utilização de opção de distribuição de lote suplementar de até 900 (novecentas) Quotas Seniores, lote este equivalente a até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada, caso a procura das Quotas Seniores do Fundo objeto da oferta pública de distribuição ora requerida assim justifique, nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400.
Patrimônio Líquido	A soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.
Público Alvo	Investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo outros critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do FUNDO , ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores ("Instrução 409"). Investidores não residentes poderão adquirir quotas do FUNDO , desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional ("Resolução CMN 2.689") e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
Quotas	A quantidade total de quotas emitidas pelo FUNDO , independente de classe ou série.
Quotas Seniores	As Quotas Seniores de quaisquer séries emitidas pelo FUNDO , que não se subordinam às demais classes de quotas para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas	As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais, quando referidas em conjunto.
Quotas Subordinadas Ordinárias	As Quotas Subordinadas emitidas pelo FUNDO que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Preferenciais, nesta ordem de preferência, para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas Preferenciais	As Quotas Subordinadas Preferenciais A, as Quotas Subordinadas Preferenciais B e C, quando referidas em conjunto.
Quotas Subordinadas Preferencias A	As quotas subordinadas emitidas pelo FUNDO , que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Preferenciais B e C para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas Preferencias B	As quotas subordinadas emitidas pelo FUNDO , que se subordinam apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate.
Quotas Subordinadas Preferenciais C	As quotas subordinadas emitidas pelo FUNDO , que se subordinam apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate
Quotistas	Os investidores que venham a adquirir quotas de emissão do FUNDO .
Razão de Garantia	A relação de 80% (oitenta por cento) entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do FUNDO ambos devidamente deduzidos do valor dos Ativos Soberanos, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução 356.
Razão de Garantia das Quotas Subordinadas	A relação de, no mínimo, 10% (dez por cento) entre o valor das Quotas Subordinadas Ordinárias e o patrimônio líquido do FUNDO devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos.

Resolução CMN 2.907

a Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.

Resolução de Cessão

Nos termos do Contrato de Cessão o Cedente deve devolver os recursos decorrentes de uma venda de Direitos de Crédito que venham a apresentar vícios impeditivos de seu recebimento inclusive judicial, por parte de **FUNDO**.

1.2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

DENOMINAÇÃO DO FUNDO:	Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
CLASSIFICAÇÃO ANBIMA:	Para os fins do “Código de Auto Regulação da ANBIMA para os Fundos de Investimentos”, o FUNDO é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, modalidade FIDC Fomento Mercantil.
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.
BASE REGULATÓRIA:	Resolução CMN 2.907 e Instrução 356.
BASE AUTO REGULATÓRIA	Código ANBIMA.
OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	Proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação dos recursos do FUNDO na aquisição de direitos de crédito preponderantemente performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.
PRAZO DE DURAÇÃO:	O FUNDO tem prazo de duração indeterminado.
EXERCÍCIO SOCIAL:	O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de Outubro de cada ano.
CLASSES DE QUOTAS:	As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, havendo divisão em subclasse apenas para as quotas de classe subordinada. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Emissão, Subscrição, Integralização, Amortizações e Resgate de Quotas”.
RAZÃO DE GARANTIA:	é a relação de 80% (oitenta por cento) entre o valor das Quotas Seniores e o patrimônio líquido do FUNDO ambos devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução 356.
RAZÃO ENTRE QUOTAS SUBORDINADAS:	é a relação de, no mínimo, 10% (dez por cento) entre o valor das Quotas Subordinadas Ordinárias e o patrimônio líquido do FUNDO este devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356.
PÚBLICO ALVO:	Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo outros critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do FUNDO , ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM 409 Investidores não residentes poderão adquirir quotas do FUNDO , desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução CMN 2.689 e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.
POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	O FUNDO aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento”.
FATORES DE RISCO	Os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a determinados fatores de risco. Para maiores informações, vide a o item “Fatores de Risco”, nas páginas 60 a 65.
INÍCIO DO FUNDO:	08 de Novembro de 2007.

INADEQUAÇÃO DO INVESTIMENTO

O investimento nas quotas não é adequado aos investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, a despeito da possibilidade de terem quotas negociadas em bolsa ou mercado de balcão organizado; e/ou (b) não estejam dispostos a correr os demais riscos previstos no item “Fatores de Risco”.

1.3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

EMISSION DAS QUOTAS:

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS QUOTAS:

A emissão da 9ª Série foi deliberada pela Administradora por meio do ato de deliberação registrado no 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba sob o nº 1.067.359 em 29 de abril de 2014.

BENCHMARK DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES:

A 9ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** possui um benchmark de rentabilidade CDI + 3,3% aa. Este benchmark não caracteriza promessa ou garantia do **FUNDO**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** ou da **ADMINISTRADORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

PRAZO DE DURAÇÃO:

A 9ª Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 9ª Série.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES:

A 9ª Série do **FUNDO** obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAA+(sf)(p). A **ADMINISTRADORA** deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas seniores do **FUNDO** pela Agência Classificadora de Risco.

DISTRIBUIÇÃO DA 9ª SÉRIE:

A distribuição da 9ª Série do **FUNDO** será liderada pela **DISTRIBUIDORA**, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto, sendo certo que na data deste Prospecto a distribuição é realizada exclusivamente pela **DISTRIBUIDORA**, não havendo qualquer outro prestador de serviço contratado.

QUANTIDADE DE QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:

8.000 (Oito Mil) Quotas Seniores

QUANTIDADE MÍNIMA DE QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:

1.500 (mil e quinhentas) Quotas Seniores da 9ª Série, observada a possibilidade de utilização de Lote Suplementar. Eventual saldo não colocado de Quotas Seniores da 9ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:

R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PATRIMÔNIO ESTIMADO DA 9ª SÉRIE:

R\$ 80.000,00 (oitenta milhões de reais)

VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO:

O valor mínimo de subscrição de Quotas seniores da 9ª Série é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

PRAZO DE SUBSCRIÇÃO DA 9ª SÉRIE:

180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.

VALOR DA QUOTA NO MOMENTO DA SUBSCRIÇÃO:

As Quotas Seniores da 9ª Série terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão. Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da Quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou

dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição. Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da Quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências. O preço de subscrição das Quotas Seniores da 9ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

LIMITE MÁXIMO DE SUBSCRIÇÃO POR INVESTIDOR: Não há.

NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:

A 9ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** terá registro para negociação no mercado secundário na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados. As Quotas Seniores da 9ª Série não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE:

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores, as Quotas Seniores da 9ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

18º mês	1/7	24º mês	1/5
21º mês	1/6	27º mês	1/4
30º mês	1/3	33º mês	1/2

RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 9ª SÉRIE:

O resgate das Quotas Seniores da 9ª Série ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês contado da data da 1ª (primeira) integralização de Quotas Seniores da 9ª Série.

OUTROS MECANISMOS DE GARANTIA:

Além da existência de Quotas Subordinadas, não há qualquer outro mecanismo de garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento aos Quotistas. Vale ressaltar, ainda, que as cessões de Direitos de Crédito ao **FUNDO** são efetuadas sem coobrigação dos Cedentes.

1.4. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA	BANCO PETRA S.A. Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103, Água Verde CEP 80250-104, Curitiba – PR CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52 Telefone: (41) 3074-0909 e-mail: admfundos@bancopetra.com.br website: www.bancopetra.com.br
DISTRIBUIDORA	PETRA PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Água Verde, CEP 80250-104, Curitiba – PR Tel.: (41) 3074-0909 e-mail: admfundos@bancopetra.com.br website: www.petracorreтора.com.br]
GESTORA	PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA. Avenida Paulista, nº 1842, 1º andar, CEP 01310-923 São Paulo – SP CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96 Telefone: (11) 3526-9001 e-mail: admfundos@bancopetra.com.br website: www.petracapital.com.br
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 13º a 15º andares São Paulo - SP CNPJ: 62.331.228/0001-11 Telefone: (11) 2113-5977 e-mail: fidc.dco@db.com website: www.db.com/brasil
CONSULTORIA ESPECIALIZADA	BRR ASSESSORIA DE COBRANÇA E ADMINISTRAÇÃO DE CREDIÁRIO LTDA. Rua Professor Abelardo Lobo, 10, parte– Rio de Janeiro - RJ Telefone : (21) 3284-8888 e-mail: alexandregomes@brrcredito.com.br website:www.brrcredito.com.br
ASSESSORIA JURÍDICA	BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS Alameda Itu, n.º 852, 9º e 10º Andares São Paulo - SP CNPJ: 43.714.203/0001-52 Telefone: (11) 3069-9080 e-mail: oborsato@btlaw.com.br website: www.btlaw.com.br
AUDITOR INDEPENDENTE:	Ernst & Young Terco Auditores Independentes Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 São Paulo – SP CNPJ: 61.366.936/0001-25 Telefone: (11) 3054-0028 E-mail: fabio.muralo@br.ey.com

1.5. FUNÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

1.5.1. ADMINISTRADORA

As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

1.5.1.1. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

1.5.1.2. Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX – possuir regras e procedimentos adequados, descritos neste Prospecto e em sua rede mundial de computadores, que lhe permitam verificar o cumprimento, pela **CONSULTORA**, de (i) suas obrigações de verificação e validação das condições de cessão; e (ii) de suas obrigações, como agente de cobrança, relativas à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;

X – informar, em até 5 (cinco) dias úteis, à Agência Classificadora de Risco:

- a) a substituição da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e da empresa de auditoria independente;
- b) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação, nos termos do Regulamento;
- c) o desenquadramento da Razão de Garantia; e
- d) a celebração de aditamentos a qualquer contrato relacionado ao **FUNDO** que tenha sido analisado quando da primeira classificação de risco das Quotas Seniores; e

XI – disponibilizar para a Agência Classificadora de Risco os relatórios preparados pelo **CUSTODIANTE** nos termos do Contrato de Custódia.

XII - fornecer informações relativas aos direitos de crédito mantidos na carteira do **FUNDO** ao Sistema de Informações de Crédito do BACEN (SCR), conforme regras previstas na Resolução CMN nº 3.658/08.

A divulgação das informações prevista no inciso IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA** poderá solicitar à **CONSULTORA**, à **GESTORA**, à **DISTRIBUIDORA** e/ou ao **CUSTODIANTE**, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, os esclarecimentos e documentos que comprovem e que tenham subsidiado o cumprimento das atividades descritas no Regulamento e neste Prospecto, sendo que, neste caso, o prestador de serviço notificado deverá, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento de notificação da **ADMINISTRADORA** neste sentido, enviar os documentos solicitados à **ADMINISTRADORA** em conjunto com a devida explicação de como as suas atividades estão sendo cumpridas com relação ao **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** estabelecerá, ainda, os seguintes procedimentos com o objetivo verificar o cumprimento, pela Consultora, da obrigação de validar os direitos creditórios em relação às condições de cessão estabelecidas no regulamento do fundo:

-A **ADMINISTRADORA** selecionará mensalmente amostra das cessões realizadas no mês subsequente e;

-Solicitará a **CONSULTORA** que encaminhe relatório evidenciando o atendimento das condições de cessão das cessões selecionadas pela **ADMINISTRADORA**

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deverá dar prévio conhecimento ao **CUSTODIANTE**, a **CONSULTORA** e a **GESTORA**, sobre qualquer alteração no Regulamento do **FUNDO**.

1.5.1.2. VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

1.5.1.2.1. É vedado à ADMINISTRADORA:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do anteriormente disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

1.5.1.2.2. É vedado à ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir Quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender Quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender Quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

1.5.2. GESTORA

As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

1.5.3. CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

1.5.3.1. As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 da Instrução 356 e as atividades de escrituração de Quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

1.5.3.2. O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e verificar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data da cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito;

II - validar, no mesmo dia da data da cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia e guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores, conforme autorização do **CUSTODIANTE**;

VI - cobrar e receber em nome do **FUNDO** pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos de titularidade do **FUNDO**; e

VII – valorar as Quotas do **FUNDO**, conforme disposto no Artigo 28 do Regulamento.

1.5.3.5. Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis por amostragem, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos Direitos de Créditos, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitável, comunicando o resultado dessa verificação à **ADMINISTRADORA** e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao **AGENTE DE DEPÓSITO**, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

1.5.3.6. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$N = ((Z_{\alpha/2})^2 \times p \times q) : E^2$$

Onde:

N = tamanho da amostra

$Z_{\alpha/2}$ (intervalo de confiança) = 95% = 1,96

p (proporção populacional de indivíduos na categoria de interesse) = 2,5%

q = 97,5%

E (margem de erro) = 2,5%

Em relação aos Direitos de Crédito Inadimplidos, o **CUSTODIANTE** deverá analisar a totalidade do lastro no referido trimestre, nos termos do Artigo 38, §13º da Instrução CVM 356.

Caso determinado direito de crédito tenha seu lastro verificado em sua integralidade, observando-se o disposto no subitem I do item 1.5.3.2, referido direito de crédito não será computado na amostra tratada no item 1.5.3.6.

1.5.3.7. Na hipótese de substituição do **CUSTODIANTE**, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo XII do Regulamento.

1.5.4. AGENTE DE DEPÓSITO

1.5.4.1. Para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, o **CUSTODIANTE**, sem prejuízo de suas responsabilidades, contratará os serviços do **Agente de Depósito**, conforme faculta o artigo 38, §6º, da Instrução 356, mediante Contrato de Depósito a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE** e o **Agente de Depósito**.

1.5.4.2. Os serviços do **Agente de Depósito** consistem em:

I - verificar o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis;

II - guarda dos Documentos Representativos de Crédito referente aos Direitos de Crédito Elegíveis;

III - zelar para que os Documentos Representativos de Crédito sejam mantidos em perfeita ordem e estado; e

IV - disponibilizar prontamente, sempre que solicitado, a documentação mantida sob sua guarda.

1.5.4.3. A remuneração do **Agente de Depósito** será de responsabilidade do **CUSTODIANTE**, sendo que as condições da remuneração serão estabelecidas no Contrato de Depósito.

1.5.4.4. A contratação, pelo **CUSTODIANTE**, do **Agente de Depósito** não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pelo **Agente de Depósito** e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos de Crédito Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** e na regulamentação em vigor.

1.5.4.5. O **CUSTODIANTE**, ou o **Agente de Depósito**, será depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. O Custodiante pode permitir ao Fundo, à Administradora e à empresa de auditoria eventualmente contratada acesso aos Documentos Comprobatórios.

1.5.4.6. O **CUSTODIANTE** ou terceiro por ele contratado verificará periodicamente, os procedimentos realizados pelo **Agente de Depósito**, com o propósito de controlar e monitorar os serviços contratados a partir da verificação dos seguintes itens:

I - validação dos critérios de formalização cadastrados no fundo;

II - catalogação e acesso aos documentos comprobatórios

III - existência de controles de acesso físico;

IV - existência de câmeras de vigilância;

V - existência de controles de retirada de documentação física;

VI - existência de dispositivos contra incêndio.

1.5.5. CONSULTORIA ESPECIALIZADA

1.5.4.1. Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea “b” e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução 356, o **FUNDO** utiliza, ainda, os serviços especializados da **CONSULTORA**. Tais serviços consistem:

I – no prévio cadastramento dos Cedentes;

II – na análise de crédito de potenciais Devedores dos Direitos de Crédito a serem cedidos ao **FUNDO**;

III - na análise dos Direitos de Crédito a serem ofertados ao **FUNDO**;

IV – em verificar o atendimento dos Direitos de Crédito a serem ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão;

V - em notificar os Devedores dos Cedentes a respeito da cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

1.5.5.2. Sem prejuízo dos serviços descritos no parágrafo acima, a **CONSULTORA** exercerá a função de Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observadas as regras de Política de Cobrança previstas no Capítulo XIV do Regulamento.

1.5.6. SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

1.5.5.1. A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do **FUNDO**, nos termos da Instrução 356.

1.5.5.2. Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

1.5.5.3. No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

1.5.5.4. A **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA** somente poderão ser substituídos mediante expressa deliberação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

1.5.5.5. O Agente de Depósito, o Auditor Independente, a Agência de Classificação de Risco serão substituídos, conforme decisão conjunta da **ADMINISTRADORA**, **CUSTODIANTE** e da **GESTORA**, independente de realização de Assembleia Geral de Quotistas.

1.6. BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

1.6.1. Grupo PETRA – que exercerá as funções de administração e gestão da carteira do FUNDO, bem como de distribuição das Quotas do FUNDO

O Grupo PETRA foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo, Fortaleza e Curitiba, o Grupo Petra possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Petra Asset Management (gestão de ativos líquidos)
- Petra Capital (gestão de crédito)
- Petra Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco PETRA S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)

Atualmente, é responsável pela administração de 114 fundos, representando R\$ 6,7 bilhões de patrimônio líquido. Deste total, aproximadamente R\$ 3 bilhões correspondem a FIDCs, num total de 69 fundos. (Fonte: Grupo Petra – Abril/2014).

1.6.2. CUSTODIANTE – Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

O grupo Deutsche Bank está presente no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, o Custodiante atua como banco múltiplo, com carteira comercial e de investimento, oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para seus clientes – empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e investidores.

Atualmente, o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores.

A unidade de Global Transaction Banking (GTB) do grupo Deutsche Bank oferece uma gama completa de serviços inovadores e líderes no mercado de gestão de caixa, financiamento de operações comerciais, mercado de capitais, aplicações e serviços fiduciários no Brasil.

Os serviços de Trust & Securities oferecem uma linha especializada de serviços fiduciários, de agente, de banco depositário, de custódia e administrativos para empresas brasileiras e para investidores institucionais.

O grupo Deutsche Bank ocupa uma posição de destaque no cenário mundial como prestador de serviços para o mercado de capitais. Destaca-se entre os grandes agentes na Ásia e também nas Américas. Através da área de Direct Securities Services (DSS), oferece a seus clientes acesso a mais de 31 mercados em 4 continentes: América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos de uma forma mais efetiva e segura.

O DSS oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimentos, serviços de custódia e representação local para investidores não-residentes.

1.6.3. CONSULTORA – BRR Assessoria De Cobrança E Administração De Crediário Ltda.

Atuando no mercado de Fomento Mercantil desde 1991, a BRR desenvolve soluções de negócios para empresas do segmento de middle market, especializando-se na aquisição e administração de recebíveis, oferecendo produtos de crédito para atender ao comércio e à indústria de acordo com suas necessidades.

1.6.4. AGÊNCIA DE RATING – Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. A empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras.

A Austin Rating está permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras.

1.6.5. AUDITORIA – Ernst & Young Terco Auditores Independentes

Ernst & Young é uma das empresas líderes na prestação de serviços profissionais, que incluem auditoria, impostos, finanças e contabilidade.

Sua história remete ao século XIX, e tem como fundadores Arthur Young (1863–1948) e Alwin C Ernst (1881–1948).

Hoje a Ernst & Young é uma empresa global, presente em 140 países e com mais de 130 mil funcionários.

No Brasil, a partir de 1º de outubro de 2010 a Ernst & Young integrou suas operações com a Terco, empresa brasileira que era representante da americana Grant Thornton, resultando na Ernst & Young Terco.

Com 3,4 mil clientes e 3,5 mil colaboradores, a empresa passa a ocupar o segundo lugar no ranking em número de companhias listadas na Bovespa, com 94 companhias auditadas.

1.6.6. ASSESSOR LEGAL – Barcellos Tucunduva Advogados

Barcellos Tucunduva Advogados, com sede na Alameda Itu, 852, 9º e 10º andares, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP.

Escritório de advocacia fundado em 1954, conta com profissionais com experiência em Direito Bancário e em Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Fazem parte de sua carteira de clientes nacionais e internacionais inúmeras instituições financeiras e assemelhadas, bem como outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento.

Além de sua sede em São Paulo/SP, o escritório possui correspondentes nas principais capitais do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador). Parcerias com escritórios no exterior possibilitam assessoria jurídica a seus clientes em âmbito internacional (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Nova Zelândia e Portugal).

A contratação do assessor legal foi baseada nos seguintes critérios:

- a) *expertise e know how* dos profissionais que integram a área de Direito Bancário e de Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais na estruturação de fundos de investimento, notadamente na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios;
- b) a assessoria legal do escritório em séries anteriores de quotas seniores emitidas pelo Fundo;
- c) preço competitivo cobrado pelo assessor legal em comparação com outros escritórios especializados na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

1.7. DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

1.7.1. Conforme disposto no Anexo II deste Prospecto.

1.8. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

1.8.1. Conforme disposto no Anexo III deste Prospecto.

1.9. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

1.9.1. Conforme disposto no Anexo IV deste Prospecto.

2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

2.1. BASE REGULATÓRIA

2.1.1. O Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução 356. O **FUNDO** é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O **FUNDO** é classificado pela ANBIMA como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, modalidade FIDC Fomento Mercantil.

2.2. PÚBLICO ALVO

2.2.1. O **FUNDO** é destinado exclusivamente a investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo outros critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução 409.

2.2.2. O investimento nas Quotas da 9ª Série de Quotas Seniores não é adequado aos investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, a despeito da possibilidade de terem Quotas negociadas em bolsa ou mercado de balcão organizado; e/ou (b) não estejam dispostos a correr os demais riscos previstos no item “Fatores de Risco”.

2.3. RESUMO DA OPERAÇÃO

2.3.1. Trata-se da emissão de 8.000 (oito mil) Quotas da 9ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO**, todas correspondentes a frações ideais de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, com preço de emissão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por Quota, totalizando o montante equivalente a até R\$ 80.000,00 (oitenta milhões de reais), regulamentado pela Instrução 356, observando-se a possibilidade de utilização de Lote Suplementar. A presente emissão tem como objetivo proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente, neste Prospecto e no Regulamento. O público alvo é composto por investidores qualificados, conforme mencionado no item 2.2.1. acima.

2.3.2. A 9ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** terá registro para negociação no mercado secundário na CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de Quotas somente seja feita por investidores qualificados. As Quotas Seniores da 9ª Série não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

2.3.3. Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** poderão ser obtidos junto a esta no endereço estabelecido no item “Atendimento aos Cotistas”, constante do item 2.30 deste Prospecto e/ou na CVM.

2.4. PRAZO DE DURAÇÃO

2.4.1. O **FUNDO** terá prazo de duração indeterminado.

2.4.2. A 9ª Série de Quotas Seniores terá prazo de duração de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 9ª Série.

2.5. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

2.5.1. Visando a atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

2.5.2. Os Direitos de Crédito Elegíveis consistirão em direitos de crédito preponderantemente performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento, sendo tais direitos de crédito representados pelos Documentos Representativos de Crédito.

2.5.2.1. Observado o disposto no item 2.5.2 acima, o **FUNDO** poderá alocar:

- a) no mínimo 0% (zero por cento) de seu patrimônio líquido e no máximo 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido em direitos de crédito a performar;

- b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido e no máximo 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em direitos de crédito performados.

2.5.2.2. Os devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada previamente pela CONSULTORA.

2.5.3. Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

2.5.3.1. Os Direitos de Crédito Elegíveis sujeitam-se às seguintes regras de diversificação a serem observadas pela **GESTORA**:

I – o total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Devedor e não representados por cédulas de crédito bancário, não poderá exceder a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

II – os Direitos de Crédito Elegíveis deverão ter prazo máximo de vencimento, observado o disposto no quadro abaixo:

Meses para o vencimento do Direito de Crédito contados a partir da Data de aquisição:	Limite de concentração em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo
Até 6 (seis) meses	100%
Acima de 6 (seis) meses e até de 12 (doze) meses	14%
Acima de 12 (doze) meses e até 24 (vinte e quatro) meses	2%

III – o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis componentes da carteira de ativos do Fundo deve ser inferior a 75 (setenta e cinco) dias;

IV – o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** por um mesmo Cedente e não representados por cédulas de crédito bancário não poderá exceder 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** e o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos pelos quatro maiores Cedentes acrescido de 50% (cinquenta por cento) do total de Direitos de Crédito Elegíveis cedido pelo quinto maior cedente não poderá exceder 13,5% (treze e meio por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

V – o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** e representados por cédulas de crédito bancário que sejam garantidas por 50% (cinquenta por cento) de seu saldo devedor em duplicatas ou cheques não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

VI – os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representados por cédulas de crédito bancário que sejam garantidas por 50% (cinquenta por cento) de seu saldo devedor em duplicatas ou cheques, emitidas por um mesmo Devedor não poderão ultrapassar o limite de 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**. Adicionalmente, o **FUNDO** deverá contar com pelo menos 13 (treze) devedores de Direitos de Crédito Elegíveis representados por cédulas de crédito bancário. Caso o limite mínimo não seja atendido, o **FUNDO** deverá contar com subordinação mínima igual ao maior valor entre 13,5% (treze e meio por cento) de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos acrescido de 100% (cem por cento) do saldo devedor dos Direitos de Crédito Elegíveis representados por cédulas de crédito bancário e o valor previsto no artigo 46 do Regulamento;

2.5.3.2. É vedado à **ADMINISTRADORA**, à **GESTORA**, ao **CUSTODIANTE** e à **CONSULTORA**, ou partes a eles relacionadas, ceder ou originar, direta ou indiretamente, direitos de crédito ao **FUNDO**.

2.5.3.3. A cessão dos direitos de crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo, da plena titularidade dos direitos de crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

2.5.3.4. Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e da **CONSULTORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

2.5.3.5. O **FUNDO** poderá ceder ou alienar os Direitos de Crédito Inadimplidos, sendo que, após a cessão ou alienação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos de crédito será de responsabilidade do novo titular.

2.5.3.6. Os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA** e à **GESTORA**.

2.5.3.7. O **FUNDO** poderá alienar a terceiros direitos de crédito adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

2.5.3.8. Excetuando-se as hipóteses de alienação dos direitos de crédito dispostas nos itens acima, não haverá acréscimos ou remoções dos direitos de crédito adimplentes ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

2.5.3.19. Os limites de diversificação previstos no item 2.5.3.1 acima deverão ser verificados pela **GESTORA** em função do grupo econômico do Cedente e do Devedor, incluindo, dessa forma, as filiais da empresa matriz. Essa informação é obtida a partir dos 8 (oito) primeiros algarismos da sequência numérica do CNPJ/MF do Cedente ou Devedor.

2.5.4. A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados na origem ou sinteticamente em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) certificados e recibos de depósito bancário;
- e) quotas de fundos de investimento cujos ativos componentes de sua carteira sejam ativos de renda fixa;
- f) quotas de fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do BACEN; e
- g) O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” acima.

2.5.5. O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do **FUNDO**.

2.5.6. Com relação aos certificados e recibos de depósito bancários, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles que sejam classificados, no mínimo, com a mesma classificação de risco das Quotas Seniores da 9ª Série pela Agência Classificadora de Risco.

2.5.7. O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

2.5.8. Para o efeito do acima disposto, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações. **Ainda, há possibilidade do FUNDO auferir patrimônio líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Quotistas.**

2.5.9. As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

2.5.10. Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

2.6. CONDIÇÕES DE CESSÃO

2.6.1. Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os Direitos de Créditos devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do inciso XXIV, do Anexo I do Regulamento.

2.6.2. As Condições de Cessão serão avaliadas preliminarmente pela **CONSULTORA** mediante declaração de que os Direitos de Crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I – decorram de Cedentes previamente cadastrados pela **CONSULTORA**; e

II – devem ser previamente avaliados e recomendados pela **CONSULTORA**, nos termos do Capítulo IV do Regulamento.

2.6.3. A **CONSULTORA** não está autorizada a submeter ao **CUSTODIANTE** qualquer cessão de Direitos de Crédito, sendo exigido o envio para a **GESTORA**. A **GESTORA**, de comum acordo com a **ADMINISTRADORA**, utiliza sistema de processamento de dados especialmente desenvolvido para o **FUNDO**, que permite verificar as Condições de Cessão acima descritas antes do envio ao **CUSTODIANTE**. Caso seja detectada alguma cessão em desacordo com as Condições de Cessão e Política de Investimento acima descritas, esta sequer será submetida ao **CUSTODIANTE**. Da mesma forma, antes da primeira cessão de Direitos de Crédito de um novo cedente, a **GESTORA** receberá o Contrato de Cessão devidamente assinado, o que permite a constatação do prévio cadastro do novo Cedente.

2.7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

2.7.1. Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I – os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos, no momento de sua cessão para o **FUNDO**;

II - os Direitos de Crédito ofertados ao **FUNDO** não representados por CCBs não poderão ser de Devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos para com o **FUNDO**; e

III - os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representados por cédulas de crédito bancário deverão ser registrados na CETIP.

2.7.2. Na hipótese de o Direito de Crédito Elegível perder qualquer critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, a **CONSULTORA** e o **CUSTODIANTE**, salvo na existência de comprovada má-fé, culpa ou dolo contra quem o motivou.

2.8. RESPONSABILIDADES DOS CEDENTES EM RELAÇÃO À CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO

2.8.1. Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

2.9. IRREVOGABILIDADE DA CESSÃO

2.9.1. A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

2.10. POLÍTICA DE CONCESSÃO, COBRANÇA DE CRÉDITOS E PROCEDIMENTOS EM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIA, PERDAS, FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE GARANTIAS.

2.10.1. Política de Concessão de Créditos

2.10.1.1. Para a efetivação da aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, o **FUNDO** contará com os serviços especializados da **CONSULTORA** que consistem em: (i) prévio cadastramento dos Cedentes; (ii) análise de crédito dos potenciais Devedores dos direitos de crédito a serem cedidos ao **FUNDO**; (iii) análise dos direitos de crédito a serem ofertados ao **FUNDO**; (iv) verificação do atendimento da Condições de Cessão pelos Direitos de Crédito a serem ofertados ao **FUNDO**; (v) notificação aos Devedores dos Cedentes a respeito da cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis; e (vi) cobrança dos direitos de crédito inadimplidos.

2.10.1.2. A política de concessão de crédito é desenvolvida e monitorada pela **CONSULTORA**, mediante prévia aprovação da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA** do **FUNDO**, e pode ser sintetizada como sendo:

I - Os Cedentes deverão ser previamente cadastrados pela **CONSULTORA** para que possam ofertar direitos de crédito ao **FUNDO**. Para que tenha seu cadastro aprovado, cada Cedente deverá entregar à **CONSULTORA** os documentos e informações necessários ao seu cadastramento, quais sejam, informações cadastrais mínimas indicadas no Anexo II do Regulamento, acompanhadas de cartão de assinaturas e da via original ou de cópia autenticada dos seguintes documentos: Contrato Social ou Estatuto Social, cartão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, balanço do último exercício social e indicação das pessoas capazes de representar o Cedente em operações de cessão de direitos, acompanhada dos documentos que comprovem tais poderes. O Cedente cadastrado deverá manter sempre atualizada a referida documentação probatória de poderes dos seus representantes. A critério da **CONSULTORA**, da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA**, outros documentos poderão ser solicitados ao Cedente para a aprovação de seu cadastro; e

II – Após o cadastramento dos Cedentes de acordo com os requisitos estabelecidos no item I, acima, o Comitê de Crédito da **CONSULTORA** efetuará uma análise de cada Cedente para a concessão de um limite operacional.

III – Após a análise dos Cedentes, a **CONSULTORA** efetua a análise de cada operação de cessão de Direitos de Crédito Elegíveis de acordo com a seguinte metodologia:

- a) análise do grau de concentração por Cedente para verificar a possibilidade deste realizar a cessão;
- b) verificação da posição de Direitos de Crédito Elegíveis vencidos;
- c) análise do grau de concentração por Devedor em relação ao Patrimônio Líquido do **FUNDO**;
- d) verificação da concentração por Devedor junto ao Cedente; e
- e) verificação do histórico de pagamentos do Devedor junto ao Cedente e ao **FUNDO**.

IV – Em linhas gerais, a análise dos Devedores compreenderá:

- a) a avaliação das informações por eles enviados ao sistema cadastral da **CONSULTORA**;
- b) análise do histórico de pagamentos dos Devedores;

- c) verificação se o perfil de risco dos Devedores é compatível com os valores dos Direitos de Crédito ofertados; e
- d) obrigatoriedade de que o Devedor admita a cessão de direitos creditórios a terceiros.

V – Os valores oriundos de pagamentos relacionados aos direitos de crédito mantidos na carteira do **FUNDO** serão sempre depositados em conta bancária de titularidade do **FUNDO**.

2.10.1.3. Pelo fato do **FUNDO** ser um fundo que adquire Direitos de Crédito de vários Cedentes (fundo multicedente) não há como determinar a política de concessão de crédito de cada um dos Cedentes em relação aos seus Devedores. Entretanto, a **CONSULTORA**, além de cadastrar os Cedentes, monitora a concessão de crédito destes aos Devedores e, antes de qualquer cessão para o **FUNDO**, procede à análise de crédito do Cedente e do Devedor responsável pelo pagamento de cada Direito de Crédito ofertado ao **FUNDO**. A atividade da **CONSULTORA** assegura que os Cedentes, no mínimo, tenham a mesma política de crédito adotada pelo **FUNDO** ao analisar os Direitos de Crédito ofertados.

2.10.2. Cobrança dos créditos

A cobrança bancária e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas diretamente em contas de titularidade do **FUNDO**.

Os Cedentes deverão transferir ao **FUNDO**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venham a receber dos Devedores, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título.

2.10.3. Procedimentos em relação à inadimplência, perdas, falências, recuperação e execução de garantias

2.10.3.1 A **CONSULTORA** foi contratada pelo **FUNDO** como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Para tanto, a **CONSULTORA**, mediante prévia aprovação da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA** do **FUNDO**, conforme descrito no Contrato de Cobrança observará os seguintes procedimentos:

I – através de ligação telefônica, informar ao Cedente, no 1º (primeiro) dia de atraso, que o Direito de crédito está vencido e não pago;

II - No 5º (quinto) dia de atraso providenciar os procedimentos de encaminhamento ao cartório de protestos; e

III - na hipótese dos procedimentos delineados nos incisos I e II acima não serem suficientes para provocar a quitação do Direito de Crédito Inadimplido em até 30 (trinta) dias de seu vencimento, encaminhamento do referido Direito de Crédito Inadimplido à área jurídica da **CONSULTORA** para que sejam tomadas as providências judiciais cabíveis, envolvendo ajuizamento de ações de cobrança e execução de garantias.

2.10.3.2 Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos serão suportadas diretamente pela **CONSULTORA**.

2.10.3.3 Na hipótese de falência, recuperação judicial e/ou extrajudicial e/ou insolvência do Devedor, a **GESTORA**, a seu exclusivo critério, avaliará a pertinência ou não de habilitação dos Direitos de Crédito Inadimplidos de titularidade do **FUNDO** nos respectivos processos. A avaliação a ser efetuada pela **GESTORA** levará necessariamente em conta o valor do Direito de Crédito Inadimplido em relação aos custos para habilitação do referido crédito nos processos de falência, recuperação judicial e/ou judicial e/ou insolvência.

Até a data deste Prospecto não houve necessidade de execução de garantias uma vez que em relação ao **FUNDO**, os Direitos de Crédito Inadimplidos foram cedidos, alienados e/ou permutados antes da execução de suas respectivas garantias.

2.11. DISTRIBUIÇÃO

2.11.1. A distribuição de Quotas da 9ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pela **DISTRIBUIDORA**.

2.12. EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES E RESGATE DE QUOTAS

2.12.1. As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, havendo divisão em subclasse apenas para as quotas de classe subordinada. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Ordinárias e das Quotas Subordinadas Preferenciais A, das Quotas Subordinadas Preferenciais B e das Quotas Subordinadas Preferenciais C serão idênticos.

2.12.2. As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes dos respectivos anúncios de início de distribuição de casa série. Poderão ser ofertadas tanto por oferta pública nos moldes da Instrução 400 quanto por oferta pública de esforços restritos de acordo com a Instrução 476.

- 2.12.2.1.** As Quotas Subordinadas Preferenciais B e C serão colocadas junto a investidores por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução 476, e terão suas características definidas no suplemento das Quotas Subordinadas Preferenciais B e C.
- 2.12.2.2** As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A serão subscritas exclusivamente pela **CONSULTORA**, por quotistas/acionistas da **CONSULTORA**, e/ou sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da **CONSULTORA**, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.
- 2.12.3.** As Quotas Seniores da 9ª Série e as Quotas Subordinadas Preferenciais B e C são avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.
- 2.12.4.** Caso ocorra o rebaixamento do **rating** das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:
- I – comunicação pela **ADMINISTRADORA** a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**; e
- II – disponibilização, na sede da **ADMINISTRADORA**, do relatório da empresa de classificação de risco.
- 2.12.5.** A integralização, a amortização e o resgate de Quotas Seniores do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.
- 2.12.6.** Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento.
- 2.12.7.** Será admitida a integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais do **FUNDO**, com direitos de crédito que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento, bem como os critérios definidos no anúncio de início de distribuição de Quotas Seniores e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor das Quotas Subordinadas Ordinárias e das Quotas Subordinadas Preferenciais seja parcialmente integralizado em Direitos de Crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos Direitos de Crédito utilizados na referida integralização.
- 2.12.8.** As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais poderão, ainda, ser resgatadas em Direitos de Crédito e, se o caso, amortizadas mediante débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.
- 2.12.9.** Para o cálculo do número de Quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas no Regulamento.
- 2.12.10.** Na emissão de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Preferenciais e de Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO** ou da **ADMINISTRADORA**. Para fins de amortização e resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização e/ou resgate.
- 2.12.11.** As Quotas Seniores da 9ª Série terão valor unitário de emissão R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na primeira data de emissão das Quotas Seniores da 9ª Série.
- 2.12.12.** O preço de subscrição das Quotas Seniores da 9ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.
- 2.12.13.** No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição que será analisado pela **ADMINISTRADORA**. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; III - preço de subscrição e condições para sua integralização; e IV - dados bancários para amortização e/ou resgate.
- 2.12.14.** Novas séries Quotas Seniores, bem como novas subclasses de Quotas Subordinadas Preferencias distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A somente poderão ser emitidas mediante prévia e expressa deliberação da **ADMINISTRADORA**. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de Quotas Seniores, bem como novas subclasses de Quotas Subordinadas Preferenciais distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A, concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª data de emissão das quotas de cada série, definido no Suplemento da respectiva série de Quotas Seniores, e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no anúncio de início de distribuição de Quotas Seniores, nos termos da regulamentação aplicável. Ficará a critério da **ADMINISTRADORA** decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.
- 2.12.15.** Não haverá direito de preferência para os Quotistas das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries do **FUNDO**, ou para os Quotistas de quaisquer das séries subsequentes à 9ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de Quotas Seniores que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

2.12.16. Na emissão de quotas mencionadas acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas Quotas Subordinadas Ordinárias e tantas Quotas Subordinadas Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia, nos termos do artigo 46 do Regulamento e a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas.

2.12.17. As Quotas Seniores, bem como as Quotas Subordinadas Preferenciais distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A, deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos na regulamentação aplicável.

2.12.18. As Quotas Seniores de quaisquer das séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP, conforme definição expressa e específica constante no respectivo Suplemento da Série de Quotas Seniores, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

2.12.19. As Quotas Subordinadas Preferenciais B e C terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP, conforme definição expressa e específica constante em seu respectivo suplemento. Neste caso, deverão ser observadas as restrições à negociação dispostas na Instrução 476.

2.12.20. As Quotas Seniores de quaisquer das séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

2.12.21. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

2.12.22. As amortizações das Quotas Seniores da 9ª Série serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento, anexo ao Regulamento e refletidas na seção “Características Gerais da 9ª Série” deste Prospecto, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

2.12.23. Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 46 do Regulamento e constante no Glossário deste Prospecto.

2.12.24. O **FUNDO** deverá manter uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações (a “Reserva de Amortização”). Para tanto, a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do inciso I abaixo.

I - a tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização:

Número de dias corridos antes das datas de amortização	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações
10 dias	50%
5 dias	100%

II - É de responsabilidade da **GESTORA** do **FUNDO** monitorar, controlar e gerir a Reserva de Amortização.

2.12.25. As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no Suplemento da 9ª Série de Quotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia e à Razão de Garantia das Quotas Subordinadas, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 42 do Regulamento.

2.12.25.1. Observado o disposto acima, as Quotas Subordinadas Preferenciais B e C serão amortizadas e resgatadas de acordo com o cronograma indicado em seus respectivos suplementos.

2.12.26. A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das Quotas Subordinadas Ordinárias e das Quotas Subordinadas Preferenciais A.

2.12.27. Na hipótese das Quotas Subordinadas representarem, em conjunto, mais de 16% (dezesesseis por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** e desde que observada a Razão de Garantia, as Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista neste item e;

II - as Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A serão amortizadas visando exclusivamente ao reequilíbrio da relação prevista no artigo 46 do Regulamento, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 46 do Regulamento.

2.12.28. A amortização das Quotas Seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

2.12.29. A antecipação do início da amortização de Quotas Seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

2.12.30. O pagamento das amortizações da 9ª Série de Quotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no respectivo Suplemento e neste Prospecto.

2.12.31. Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

2.12.32. Por ocasião do resgate, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos no Capítulo XX e no Capítulo XXI do Regulamento.

2.12.33. O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste artigo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do artigo 23 do Regulamento.

2.13. RAZÃO DE GARANTIA

2.13.1. Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, a relação entre o valor das Quotas Seniores e o Patrimônio Líquido do **FUNDO** ambos devidamente deduzidos do valor dos Ativos Soberanos será inferior a 80% (oitenta por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos representado por Quotas Subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e estará disponível na sede da **ADMINISTRADORA**.

2.13.2. Adicionalmente à Razão de Garantia indicada acima, o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 10% (dez por cento) de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos representado por Quotas Subordinadas Ordinárias. Esta relação será apurada diariamente.

2.13.3. Na hipótese de inobservância dos percentuais mencionados acima, com Quotas Subordinadas representando menos que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos ou com Quotas Subordinadas Ordinárias representando, individualmente, menos que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos por 10 (dez) dias consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias que providenciem o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas dentro de um prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias o número mínimo de, respectivamente, Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas.

II - Os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I acima, tantas Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas mencionadas acima.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso I, não se alcançou o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia das Quotas Subordinadas, quer em virtude da não subscrição de um número de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias suficientes para atender ao disposto no inciso II acima quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

2.13.4. Em razão do disposto acima, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de reestabelecer a relação patrimonial prevista no item acima, as quais poderão ser subscritas nos moldes do previsto no Capítulo XVI do Regulamento.

2.14. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

2.14.1. As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Preferenciais e as Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** serão valoradas pelo **CUSTODIANTE** todo dia útil, com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

2.14.2 Os Ativos Soberanos terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do **CUSTODIANTE**, cujo teor está disponível na sede do **CUSTODIANTE**.

2.14.3. Os Direitos de Crédito integrantes da carteira do **FUNDO** terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva Taxa de Cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11, de 14 de janeiro de 2011 e suas alterações (“Instrução 489”).

2.14.4. O **CUSTODIANTE** constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pela **ADMINISTRADORA** e informado ao **CUSTODIANTE** mensalmente. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito inadimplidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo **FUNDO** e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução 489.

2.14.5. O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito Elegíveis pelos Devedores e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído, em ordem de preferência:

- (i) às Quotas Subordinadas Ordinárias, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas;
- (ii) às Quotas Subordinadas Preferenciais A, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas; e
- (iii) às Quotas Subordinadas Preferenciais B e C, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

2.14.6. Uma vez excedido os recursos de que trata o item 2.14.5 acima, a inadimplência dos Direitos de Crédito Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às Quotas Seniores.

2.14.7. Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definidos nos Suplementos da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Séries de Quotas Seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será prioritariamente atribuída às Quotas Subordinadas Preferenciais A e B até o limite de seus respectivos *benchmarks* definidos no respectivo Suplemento. Atingido os *benchmarks* definidos para as Quotas Subordinadas Preferenciais A e B, a rentabilidade a eles excedentes será atribuída às Quotas Subordinadas Ordinárias.

2.14.8. Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).

2.14.9. Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

2.15. ASSEMBLEIA GERAL

2.15.1. Será de competência privativa da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da 9ª série do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**, da **CONSULTORA**, do **CUSTODIANTE** e/ou da **GESTORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**;

VI – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Quotas Seniores, conforme definido no Regulamento; e

VII - deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Quotas Subordinadas Preferencias.

2.15.2. O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

2.15.3. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

2.15.4. Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

III - não exercer cargo ou função na **GESTORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

IV - não exercer cargo na **CONSULTORA**; e

V - não exercer cargo em empresa Cedente de direitos de crédito integrantes da carteira do **FUNDO**.

2.15.5. A convocação da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado neste Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

2.15.6. A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da carta com aviso de recebimento aos Quotistas.

2.15.7. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

2.15.8. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

2.15.9. Independentemente das formalidades previstas, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

2.15.10. Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

2.15.11. Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

2.15.12. Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos itens 2.15.13 e 2.15.14 abaixo.

2.15.13. As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 49 do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

2.15.14. Somente podem votar na Assembleia Geral os Quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

2.15.15. Não têm direito a voto na Assembleia Geral a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e seus empregados.

2.15.16. As decisões da assembleia geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

2.15.17. A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

2.15.18. As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

I – lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral;

II – cópia da ata da Assembleia Geral;

III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e

IV – modificações procedidas no Prospecto.

2.16. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE VOTO

2.16.1. A GESTORA ADOTA A POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ATIVOS EM QUE O FUNDO INVISTA.

A **GESTORA** adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais ou especiais referentes aos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** que confirmam aos seus titulares direito de voto, a qual disciplina e define os princípios gerais, o processo decisório e as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A política de voto de que trata este parágrafo ficará disponível para consulta pública na rede mundial de computadores, no endereço www.petracapital.com.br.

2.17. EVENTOS DE AVALIAÇÃO

2.17.1. Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VII do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO** não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo IX do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - caso os direitos de crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 9% do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

VI - rebaixamento da classificação de risco inicial de Quotas Seniores do **FUNDO** em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VII - não subscrição, por qualquer motivo, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 2º, do artigo 46 do Regulamento, de tantas Quotas Subordinadas Preferenciais e Quotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas;

VIII - não cumprimento da reserva de amortização;

IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das Quotas Seniores;

X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XI - se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias; e

XII - se o índice apurado diariamente e definido como a relação entre a soma de recursos não honrados pelo Cedente decorrentes de resilição de cessão por não apresentação de documentos representativos de crédito e a totalidade do valor de face dos Direitos de Crédito Adquiridos, ambos calculados à partir da vigência do presente Regulamento, suplantarem 5% (cinco por cento).

2.17.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 59 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

2.17.3. Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de Quotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

2.18. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

2.18.1. O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de Assembleia Geral de Quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 46, parágrafo 2º, III, e artigo 21, II, “b”, ambos do Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e

IV – impossibilidade de o **FUNDO** adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos.

2.18.2. Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão da Assembleia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor destas e de acordo com a disponibilidade de recursos do **FUNDO**.

2.18.3. Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os Quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

2.18.4. Na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos de Crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

2.18.5. A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

2.18.6. Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos itens acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

2.18.7. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no artigo 59 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 do Regulamento.

2.18.8. Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de Quotas Seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 28 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Quotas Seniores, será pago aos titulares de Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os Quotistas poderão receber tal pagamento em Direitos de Crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 59 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 28 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 28 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais.

2.18.9. A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

2.19. TAXAS

2.19.1. Pela prestação dos serviços de administração, gestão e consultoria especializada, o Fundo pagará a seguinte taxa de administração ("Taxa de Administração"):

(i) pelos serviços de administração será aplicado o percentual o disposto na tabela abaixo, observado o pagamento mínimo mensal de R\$9.000,00 (nove mil reais):

Patrimônio Líquido do Fundo (d-1)	Percentual ao ano
Até R\$ 20.000.000,00	0,50%
De R\$20.000.000,01 a R\$100.000.000,00	0,27%
Acima de R\$100.000.000,01	0,25%

(ii) 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, pelos serviços de consultoria especializada; e

(iii) 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, observado o pagamento mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais), pelos serviços de gestão.

2.19.2. A Taxa de Administração será calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no "caput" acima sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

2.19.3. O valor da Taxa de Administração mensal mínima prevista acima será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, ou na sua falta por outro índice que vier a substituí-lo.

2.19.4. O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de atividades de custódia e escrituração de quotas do **FUNDO** uma remuneração de 0,025% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** sujeito a valores mínimos mensais de R\$ 10.500,00 para patrimônio até 17 milhões de reais, R\$ 12.000,00 para patrimônio superior a 17 milhões e inferior a 30 milhões de reais e R\$15.000,00 para patrimônio superior a 30 milhões de reais. O **CUSTODIANTE** concedeu um desconto no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para as faixas de PL mencionadas. Será também cobrado um valor entre R\$ 44,20 e R\$ 15,00 por cessão de crédito de acordo com o número de cessões mensais. A remuneração do **CUSTODIANTE** será provisionada mensalmente e paga diretamente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

2.19.5. O assessor legal fez jus a uma remuneração única e fixa de até R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) para a estruturação da presente série.

2.19.6. A Agência Classificadora de Risco fez jus a uma remuneração fixa inicial de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), sendo certo que além deste valor é devida anualmente à Agência Classificadora de Risco uma remuneração fixa anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

2.19.7. O Auditor Independente faz jus a uma remuneração fixa anual de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

2.19.8. Para efeitos do disposto no Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário.

2.19.9. A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

2.19.10. O **FUNDO** não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

2.19.11. Além da Taxa de Administração, será cobrada do **FUNDO** uma remuneração à **CONSULTORA** baseada na rentabilidade das Quotas Subordinadas Ordinárias, denominada Taxa de Performance, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da rentabilidade das Quotas Subordinadas Ordinárias que exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Preferencias, bem como todas as demais despesas do **FUNDO**, inclusive a Taxa de Administração.

I - A Taxa de Performance será calculada e provisionada pelo **CUSTODIANTE**, diariamente por dia útil, e paga diretamente pelo **FUNDO**: (i) até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada semestre civil, ou (ii) por instrução da **ADMINISTRADORA** no encerramento de cada Período de Apuração previsto no inciso III abaixo, observando que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início em quinze de maio de 2012 e término no encerramento do semestre civil correspondente.

II – Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto no inciso anterior, os períodos compreendidos entre:

(a) O 1º (primeiro) dia útil do mês de janeiro, inclusive, e o último dia útil do mês de junho, inclusive; e

(b) O 1º (primeiro) dia útil do mês de julho, inclusive, e o último dia útil do mês de dezembro, inclusive.

III – Considerando que a Taxa de Performance prevista neste item 2.19.11 é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de amortizações no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por dias úteis, entre: (i) a data do encerramento do semestre civil anterior e do evento de amortização, ou (ii) do último evento de amortização e novo evento de amortização ocorrido dentro de um semestre civil, ou (iii) do último evento de amortização e o encerramento do semestre civil, sendo pago em conformidade com o disposto no inciso I acima, iniciando assim um novo período de provisão (“Período de Apuração”).

IV – É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor da Quota Subordinada Ordinária for inferior ao seu valor na data de início do primeiro período de apuração ou por ocasião da última cobrança efetuada ambas ajustadas pelas eventuais amortizações ocorridas.

2.20. ENCARGOS DO FUNDO

2.20.1. Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração, de gestão da carteira do **FUNDO** e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com a **CONSULTORA**, no tocante à prestação dos serviços de agente de cobrança;
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- l) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha as suas quotas admitidas à negociação.

2.20.2. Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

2.21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

2.21.1. As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas na Instrução 489 e serão auditadas por Auditor Independente registrado na CVM.

2.21.2. O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de outubro de cada ano.

2.21.3. A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social.

2.22. PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

2.22.1. A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, sem prejuízo das demais hipóteses previstas pela legislação, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso

às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

2.22.2. A divulgação das informações deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que colocam quotas do **FUNDO**.

2.22.3. A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III - o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

2.23. TRIBUTAÇÃO

Tributação Sobre o FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

Tributação Sobre os Quotistas:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IOF - Câmbio: As liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiro e de capitais são tributadas de acordo com a legislação vigente.

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do **FUNDO** como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos de Crédito) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos de Crédito), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;

20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;

17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e

15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e

20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Amortização de Quotas

No caso de amortização de quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

Alienação de Quotas do FUNDO a Terceiros

Na hipótese de alienação de quotas do **FUNDO** na CETIP, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será

apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano.

2.24. PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

2.24.1. Publicação de Quotas, Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos será realizada no periódico “Diário de São Paulo”.

2.25. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO PERIÓDICAS

2.25.1. Neste item apresentamos documentos de informação periódicas do **FUNDO**.

2.25.2. As Demonstrações Financeiras auditadas se enquadram neste caso, bem como o Demonstrativo Trimestral de Operações do **FUNDO**, que se encontram, respectivamente, nos Anexos VIII e IX deste Prospecto.

2.26. CRONOGRAMA PREVISTO DA OFERTA

A Oferta da 9ª série das Quotas Seniores está prevista para ocorrer de acordo com o cronograma a seguir:

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM	15.05.2014
Obtenção de Registro na CVM	13.06.2014
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	03.07.2014
Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	15.07.2014
Final do Prazo de Distribuição	29.12.2014
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	29.12.2014
(*) Conforme previsto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução 400, as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e do Distribuidor.	

2.27. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

2.27.1. A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

2.27.2. A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

2.27.3. Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro.

2.27.4. A **ADMINISTRADORA** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

2.27.5. Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

2.28. ALTERAÇÃO, MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

2.28.1. Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do **FUNDO**.

2.28.2. A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Diário de São Paulo.

2.28.2. Qualquer modificação nas condições de oferta de Quotas do **FUNDO** deverá ser divulgada imediatamente através de correio eletrônico e publicação no Diário de São Paulo e a **ADMINISTRADORA** deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

2.28.3. Na hipótese prevista acima, os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

2.28.4. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

2.28.5. A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

2.29. DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 9ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

1) Percentagem em relação ao valor total de quotas seniores	1,5%
2) Comissão de Coordenação	Não se aplica
3) Comissão de Colocação	1,5% do valor colocado
4) Comissão de Garantia de Subscrição	Não se aplica
5) Outras Comissões (especificar):	Não se aplica
6) Custo Unitário de Distribuição:	R\$ 150,00
7) Despesas decorrentes dos Registros:	
Registro CVM	R\$ 82.870,00
Registro CRTD	R\$ 12.526,44
Registro ANBIMA	R\$ 2.590,00
8) Estruturação	Não se aplica
9) Auditoria	R\$ 25.000,00
10) Classificação de Risco	R\$ 22.000,00
11) Assessoria Jurídica	R\$ 17.500,00
Total	R\$ 162.486,44

2.30. ATENDIMENTO AO QUOTISTA

2.30.1. O Quotista que investir no **FUNDO** receberá uma cópia do Regulamento e deste Prospecto, as quais deverá ler com atenção. Caso necessite de maiores esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a distribuição da 9ª Série de Quotas Seniores, poderá obtê-los junto à mesa de atendimento a clientes da **ADMINISTRADORA** e/ou da **DISTRIBUIDORA**, através do número de telefone abaixo identificado, que estará apta também a transmitir informações adicionais sobre este produto, assim como a receber críticas e sugestões.

BANCO PETRA S.A.

Endereço eletrônico: www.bancopetra.com.br Endereço:

Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103

Curitiba – PR

CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52

Telefone: (41) 3074-0909 / Fax: (41) 3074-0909

Responsável: Edilberto Pereira

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Endereço eletrônico: www.petracorretora.com.br Endereço:

Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103

Curitiba – PR

CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52

Telefone: (11) 3526-9001 / Fax: (11) 3526-9001
Responsável: Ricardo Binelli

2.30.2. A **ADMINISTRADORA** e a **DISTRIBUIDORA** são responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de quotas seniores do **FUNDO**.

2.31. DISPONIBILIZAÇÃO DO PROSPECTO

2.31.1. O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes locais, em meio físico e/ou eletrônico:

a) BANCO PETRA S.A.,

Endereço eletrônico: www.bancopetra.com.br

Endereço:

Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103

Curitiba – PR

CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52

Telefone: (41) 3074-0909 / Fax: (41) 3074-0909

Caminho de Acesso ao Prospecto:

http://www.bancopetra.com.br/documentos/multi_recebiveis_ii_fidc_prospecto_9_serie_-_quotas.pdf

b) PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Endereço eletrônico: www.petracorreтора.com.br

Endereço:

Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103

Curitiba – PR

Telefone: (11) 3526-9001 / Fax: (11) 3526-9001

Caminho de Acesso ao Prospecto:

www.petractvm.com.br (acessar o Prospecto do Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. que estará disponível na página inicial).

c) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Caminho de Acesso ao Prospecto:

www.cvm.gov.br : selecionar Participantes do Mercado > Consulta pública a documentos > Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) > Documentos Eventuais

São Paulo:

Endereço eletrônico: www.cvm.gov.br

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º e 4º andares, Bela Vista

CEP 01333-010 – São Paulo - SP

Tel.: 55 (11) 2146-2000 / Fax: 55 (11) 2146/2097

Rio de Janeiro:

Endereço eletrônico: www.cvm.gov.br

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar, Centro

CEP 20050-901 – Rio de Janeiro - SP

Tel.: 55 (21) 3554-8686 / Fax: 55 (21) 3554-8686

d) CETIP S/A Mercados Organizados - CETIP

Endereço eletrônico: www.cetip.com.br

Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares

Rio de Janeiro – RJ

Caminho de Acesso ao Prospecto:

www.cetip.com.br : selecionar Informação Técnica > Prospectos > Prospectos de Fundos de Investimentos - Cotas de Fundos Fechados – Multi Recebíveis II FIDC – 9ª série

2.32. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

2.32.1. Contrato de Cessão

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por meio de sua **ADMINISTRADORA**, e cada Cedente, para a aquisição de Direitos de Créditos. A cessão dos Direitos de Créditos será irrevogável e irretroatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Créditos, sem direito de regresso contra o a Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Créditos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

2.32.2. Contrato de Custódia e Controladoria

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO** e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Créditos e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

2.32.3. Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e a **CONSULTORA** para a prestação de serviços de consultoria especializada, depósito e de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à consultoria especializada.

Sem prejuízo das obrigações previstas no Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada, os serviços prestados pela **CONSULTORA** serão devidamente fiscalizados pela **ADMINISTRADORA** mediante regras e procedimentos adequados previstos no item 1.5.1.2 deste Prospecto,

2.32.4. Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e a **CONSULTORA** para prestação de serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, estabelecendo procedimentos, direitos e obrigações inerentes à cobrança destes direitos.

Sem prejuízo das obrigações previstas no Contrato de Prestação de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos, os serviços prestados pela **CONSULTORA** serão devidamente fiscalizados pela **ADMINISTRADORA** mediante regras e procedimentos adequados previstos no item 1.5.1.2 deste Prospecto.

2.32.5. Contrato de Depósito

Contrato celebrado entre o Agente de Depósito e o **CUSTODIANTE** para prestação de serviços de depósito dos Documentos Representativos de Crédito, estabelecendo procedimentos, direitos e obrigações inerentes à guarda dos referidos documentos.

Sem prejuízo das obrigações previstas no Contrato de Depósito, os serviços prestados pelo Agente de Depósito serão devidamente fiscalizados pelo **CUSTODIANTE** mediante regras e procedimentos adequados previstos no item 1.5.4.6. deste Prospecto.

2.32.6. Contrato de Distribuição

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e a **DISTRIBUIDORA** para prestação de serviços de distribuição das Quotas Seniores da 9ª Série, estabelecendo procedimentos, direitos e obrigações inerentes à colocação das referidas Quotas.

Sem prejuízo das obrigações previstas no Contrato de Distribuição, os serviços prestados pela **DISTRIBUIDORA** serão devidamente fiscalizados pela **ADMINISTRADORA** mediante regras e procedimentos adequados previstos no item 1.5.1.2 deste Prospecto.

2.33. FORO

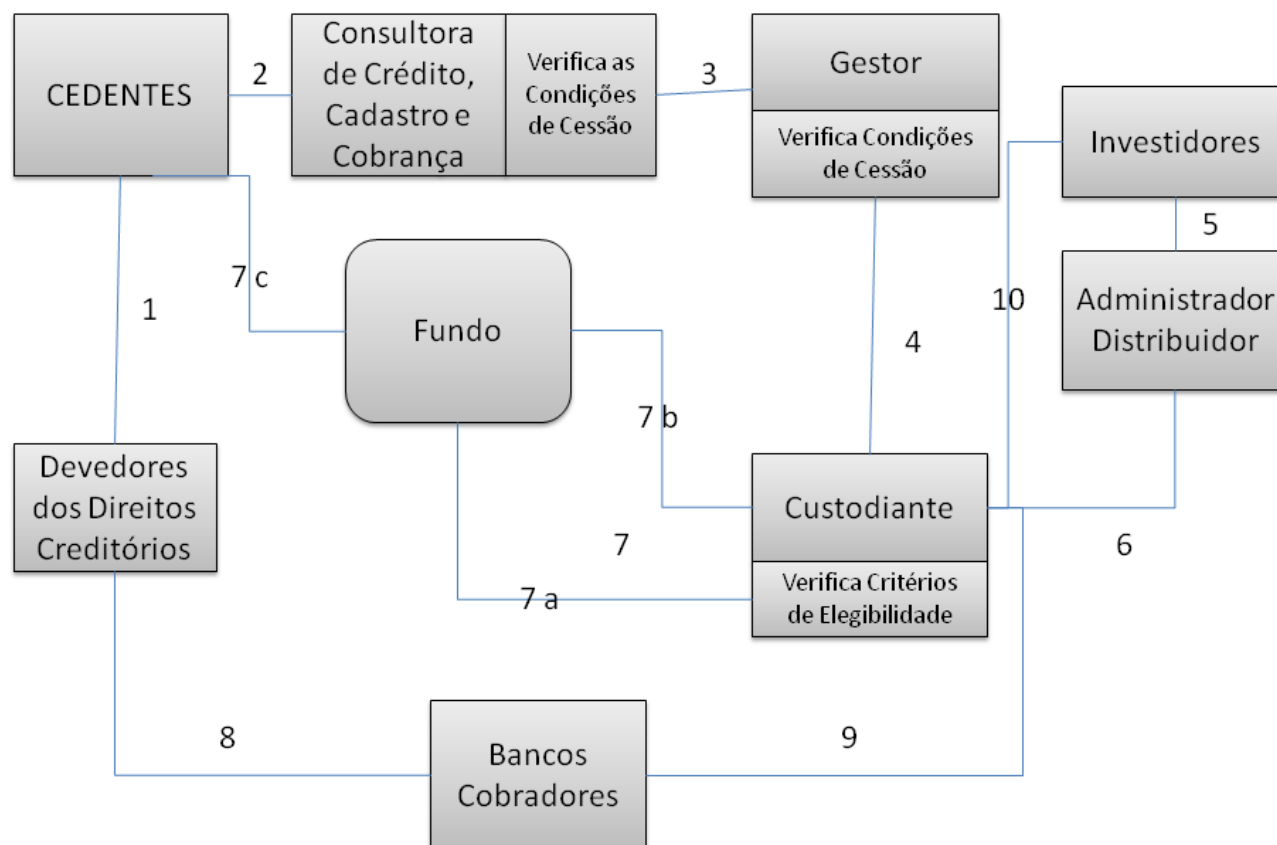
2.33.1. Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

3. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

3.1. ORIGEM DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITOS

3.1.1. Os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

3.1.2. A origem dos Direitos de Crédito Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



1 - Operações realizadas pelos Cedentes e seus clientes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

2 - O **CEDENTE** envia proposta de cessão de créditos para a **CONSULTORA**.

3 - A **CONSULTORA** após analisar e selecionar os Direitos de Crédito que serão ofertados ao **FUNDO**, inclusive verificando as Condições de Cessão, envia a proposta de cessão para a **GESTORA**.

4 - A **GESTORA**, de comum acordo com a **ADMINISTRADORA**, após verificar as Condições de Cessão, bem como a disponibilidade de recursos no **FUNDO** envia a proposta de cessão para o **CUSTODIANTE**.

5 - A **ADMINISTRADORA** e **DISTRIBUIDORA** capta recursos para o **FUNDO**.

6 - A **ADMINISTRADORA** e **DISTRIBUIDORA** enviam os recursos captados para o **CUSTODIANTE**.

7 - O **CUSTODIANTE** registra os recursos captados (7 a), bem como os direitos creditórios adquiridos (7 b), pagando diretamente ao **CEDENTE** (7 c).

8 - Os Devedores dos Direitos Creditórios pagam suas obrigações em contas de titularidade do **FUNDO**. O prazo médio para que os recursos sejam disponibilizados pelos bancos cobradores é de 2 (dois) dias úteis, podendo chegar até um máximo de 7 (sete) dias úteis.

9 - Os recursos disponíveis nos bancos cobradores são transferidos para a conta corrente do **FUNDO** no **CUSTODIANTE**.

10 - Quando da ocorrência de amortizações o **CUSTODIANTE** envia os recursos aos investidores.

3.2. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

3.2.1. A cessão de Direitos de Crédito Elegíveis para o **FUNDO** é formalizada através da assinatura do Contrato de Cessão que estabelece as condições gerais e cada operação de cessão em si é formalizada através de um Termo de Cessão que passa a integrar o Contrato de Cessão.

3.2.2. A oferta para o **FUNDO** de Direitos de Crédito requer o prévio cadastramento do Cedente pela **CONSULTORA** e a assinatura do Contrato de Cessão. A cada oferta de Direitos de Crédito, havendo a observância das condições da cessão e critérios de elegibilidade, nos termos descritos no Regulamento do **FUNDO** e no Contrato de Cessão, o Cedente e o **FUNDO** formalizam a cessão dos Direitos de Crédito considerados elegíveis através de um Termo de Cessão.

3.2.3. A cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis para o **FUNDO** será considerada formalizada na data (i) do mútuo consentimento em relação ao preço de aquisição; (ii) da verificação do cumprimento das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade e (iii) da assinatura do correspondente Termo de Cessão.

3.2.4. Nos contratos firmados para estruturar o **FUNDO** e nos contratos que regulam a cessão de Direitos de Crédito para o **FUNDO**, não há previsão de quaisquer eventos, que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

3.3. PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

3.3.1. Pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis identificados no Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista aos Cedentes, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PADC = \left[\frac{VDC}{(1 + TC)^{\frac{N}{252}}} \right]$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito de Crédito.
VDC	=	Valor nominal de cada Direito de Crédito.
TC	=	Taxa de Cessão, expressa na forma decimal ao ano.
N	=	Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito de Crédito e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

3.3.2. As negociações para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis serão realizadas pela **GESTORA** compatíveis a taxas de mercado, observando que a taxa de cessão mínima será equivalente a 200% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

3.4. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

3.4.1. A cessão ao **FUNDO** de Direitos de Crédito será considerada resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente, sem qualquer custo para o **FUNDO**, caso os Direitos de Crédito venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos de Crédito, pelo Cedente, previamente à aquisição dos mesmos pelo **FUNDO**. Também ensejará a resolução a não apresentação de documentos comprobatórios dos direitos creditórios ofertados nos prazos constantes do Regulamento do Fundo.

3.4.2. A cláusula 10ª do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças estabelece que o Cedente deverá restituir ao **FUNDO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data do recebimento da notificação

dando ciência da resolução da cessão, em moeda corrente nacional, o valor dos Direitos de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no preço de aquisição pago pelo **FUNDO** ajustado pela mesma taxa de desconto aplicada quando de sua aquisição até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão. Desta forma, a regularidade dos fluxos de pagamentos não será afetada.

4. DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

4.1. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO

O **FUNDO** adquire contratos de financiamento de vendas a prazo, duplicatas mercantis e de serviço ou cheques e Cédulas de Crédito Bancário garantidas por 50% (cinquenta por cento) em duplicatas mercantis e de serviço ou cheques.

Os contratos de financiamento contam com a garantia de cheques pré-datados, permitindo, assim, uma análise conjunta quanto ao Devedor final, ou seja, o emissor do cheque. Já as aquisições de duplicatas exigem uma análise separada.

A metodologia utilizada é a coleta de informações sobre cheques devolvidos após depósito, normalmente em primeira apresentação, bem como o acompanhamento das duplicatas não pagas em seus vencimentos. O processo trata a totalidade da população de direitos creditórios e não apenas uma amostra.

A ocorrência de inadimplência pode requerer a constituição de provisões para créditos de curso anormal. Ocorrendo tal fato a metodologia utilizada é consiste em provisionar todos os créditos de um mesmo devedor, mesmo vincendos.

4.1.1. CONTRATOS DE FINANCIAMENTO DE VENDAS A PRAZO

Com relação aos Contratos de Financiamento de Vendas a Prazo, é possível apresentar informações sobre inadimplência de direitos creditórios de mesma natureza àqueles que integram a carteira do **FUNDO** num período superior a três anos. O Gráfico 1 mostra os resultados referentes ao Multi Recebíveis II FIDC desde abril/08.

Gráfico 1 Multi Recebíveis II FIDC - Devolução de cheques 1ª apresentação

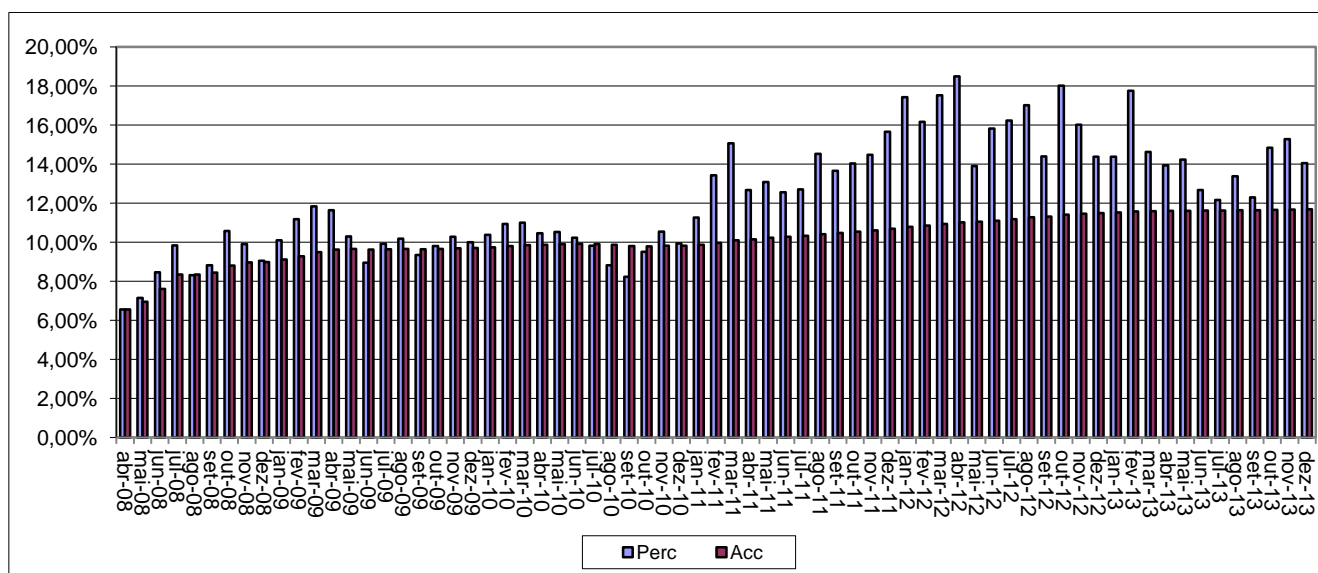


Tabela 1 Multi Recebíveis II FIDC - Devolução de cheques 1ª apresentação

Cheques									
Data	Depósito	Devoluções	Perc	Acc	Data	Depósito	Devoluções	Perc	Acc
abr/08	6.903.070,44	452.751,63	6,56%	6,56%	abr/11	13.917.973,50	1.763.921,22	12,67%	10,15%
mai/08	14.776.385,12	1.055.389,16	7,14%	6,96%	mai/11	16.110.456,08	2.107.321,73	13,08%	10,23%
jun/08	16.294.774,62	1.379.505,69	8,47%	7,60%	jun/11	14.239.934,04	1.788.382,82	12,56%	10,28%
jul/08	19.186.038,42	1.886.358,01	9,83%	8,35%	jul/11	14.628.505,64	1.859.523,31	12,71%	10,33%
ago/08	17.988.392,85	1.493.708,37	8,30%	8,34%	ago/11	14.067.563,09	2.043.987,02	14,53%	10,41%
set/08	18.489.565,82	1.631.293,86	8,82%	8,44%	set/11	14.021.753,53	1.914.475,63	13,65%	10,48%
out/08	19.916.285,97	2.105.610,68	10,57%	8,81%	out/11	11.860.476,30	1.665.360,85	14,04%	10,54%
nov/08	18.759.997,78	1.856.622,49	9,90%	8,96%	nov/11	11.777.243,98	1.705.304,38	14,48%	10,60%
dez/08	21.732.321,13	1.966.418,60	9,05%	8,98%	dez/11	11.626.776,27	1.819.985,30	15,65%	10,68%
jan/09	20.313.743,25	2.051.843,88	10,10%	9,11%	jan/12	12.256.765,78	2.135.878,70	17,43%	10,79%
fev/09	15.680.451,43	1.753.783,53	11,18%	9,28%	fev/12	9.063.622,20	1.464.542,42	16,16%	10,86%
mar/09	16.861.565,94	1.994.861,34	11,83%	9,49%	mar/12	9.211.971,97	1.614.122,90	17,52%	10,94%
abr/09	13.904.394,22	1.618.487,80	11,64%	9,62%	abr/12	8.083.556,84	1.494.813,07	18,49%	11,01%

Cheques									
Data	Depósito	Devoluções	Perc	Acc	Data	Depósito	Devoluções	Perc	Acc
mai/09	12.525.083,49	1.290.021,37	10,30%	9,66%	mai/12	8.967.838,59	1.247.283,02	13,91%	11,05%
jun/09	14.100.255,57	1.260.969,22	8,94%	9,62%	jun/12	9.490.237,05	1.501.227,50	15,82%	11,10%
jul/09	15.267.899,79	1.515.316,11	9,92%	9,64%	jul/12	12.758.869,43	2.070.060,77	16,22%	11,19%
ago/09	13.558.709,99	1.379.234,40	10,17%	9,66%	ago/12	12.404.282,58	2.110.130,22	17,01%	11,27%
set/09	14.876.892,35	1.390.254,13	9,35%	9,65%	set/12	11.262.498,04	1.620.909,87	14,39%	11,32%
out/09	17.752.618,33	1.739.104,16	9,80%	9,65%	out/12	11.569.921,23	2.084.985,10	18,02%	11,41%
nov/09	17.813.516,28	1.831.567,07	10,28%	9,69%	nov/12	10.052.533,53	1.610.358,86	16,02%	11,46%
dez/09	20.219.622,51	2.021.908,34	10,00%	9,71%	dez/12	10.025.812,53	1.691.279,48	16,87%	11,52%
jan/10	19.988.196,75	2.073.391,42	10,37%	9,74%	jan/13	12.155.284,03	1.738.158,07	14,30%	11,56%
fev/10	17.780.596,03	1.943.252,05	10,93%	9,80%	fev/13	10.248.238,69	1.556.118,29	15,18%	11,60%
mar/10	18.483.427,36	2.031.882,80	10,99%	9,85%	mar/13	10.662.603,13	1.417.783,02	13,30%	11,62%
abr/10	16.139.246,29	1.687.822,09	10,46%	9,88%	abr/13	11.649.203,02	1.437.301,82	12,34%	11,63%
mai/10	14.970.463,03	1.574.993,62	10,52%	9,90%	mai/13	11.329.111,68	1.361.674,94	12,02%	11,64%
jun/10	17.002.736,49	1.740.515,65	10,24%	9,91%	jun/13	5.133.499,46	650.225,75	12,67%	11,62%
jul/10	17.733.071,37	1.741.592,08	9,82%	9,91%	jul/13	6.109.042,81	742.859,50	12,16%	11,62%
ago/10	18.900.738,03	1.666.279,39	8,82%	9,87%	ago/13	5.701.333,22	762.673,37	13,38%	11,64%
set/10	19.145.657,61	1.576.040,71	8,23%	9,80%	set/13	5.276.312,42	648.651,85	12,29%	11,64%
out/10	19.857.570,69	1.889.500,01	9,52%	9,79%	out/13	4.887.282,38	725.024,27	14,83%	11,66%
nov/10	18.972.374,81	1.999.174,09	10,54%	9,82%	nov/13	4.260.798,98	650.752,04	15,27%	11,67%
dez/10	19.922.862,08	1.979.512,64	9,94%	9,82%	dez/13	4.028.271,81	566.065,80	14,05%	11,68%
jan/11	18.943.668,99	2.134.329,73	11,27%	9,87%	jan/14	3.823.955,98	722.576,04	18,90%	11,71%
fev/11	15.259.440,46	2.048.461,18	13,42%	9,96%	fev/14	5.271.903,06	473.661,20	8,98%	11,70%
mar/11	16.486.077,48	2.483.371,61	15,06%	10,10%					

Perc = percentual de cheques não pagos em cada mês considerando o total de cheques vencidos no mesmo mês

Acc = percentual acumulado de cheques não pagos desde o início de funcionamento do **FUNDO**

A análise do Gráfico 1 e da Tabela 1 acima leva a conclusão que a relação entre volume de cheques compensados e devolução de cheques por qualquer motivo em primeira apresentação se manteve no entorno de uma média de 12,37% com desvio padrão de 2,99%.

A tabela 1 acima inclui o histórico de inadimplência das operações representadas por Contratos de Faturização lastreados em cheques. Desde 18/11/2013 o Fundo deixará de adquirir este tipo de recebível. Sua análise, entretanto, representa o comportamento das demais operações de contratos de financiamento de vendas a prazo cujo lastro são cheques pré datados e que serão mantidos.

A tabela acima apresenta o volume de cheques não pagos ainda em primeira apresentação. É política do FUNDO não reapresentar o cheque para a compensação, uma vez que esse ato implicaria na inclusão do emitente no CCF, prejudicando eventual renegociação.

O percentual de cheques devolvidos em primeira apresentação aumenta a partir de setembro de 2010, atingindo seu pico em abril de 2012. É possível notar a queda acentuada durante o ano de 2013 atingindo a marca de 12% em setembro de 2013. Algumas possíveis razões para essa redução são a manutenção do elevado nível de emprego e o ambiente favorável para renegociação de dívidas por conta do patamar reduzido de taxas de juros entre 2012 e o primeiro semestre de 2013. Convém notar que de acordo com a Serasa Experian embora o volume de cheques devolvidos já em segunda apresentação cresceu de 2010 para 2011, após fevereiro de 2011 esse valor permaneceu próximo a 20%. Isso nos permite concluir que as eventuais renegociações tem tido sucesso.

Uma vez que a **CONSULTORA** executa o procedimento de cobrança de direitos creditórios inadimplidos o **FUNDO** deixa de controlar os eventuais pagamentos resultantes de renegociação.

Ressaltamos que essa mudança de perfil, na prática, não ocasionou perda para o **FUNDO**, pois a **CONSULTORA**, em decorrência de procedimento seu, adquiriu os cheques inadimplidos pelo seu valor de face, permitindo, assim, a liquidação dos ativos pelo **FUNDO**. Ressaltamos que o fato da **CONSULTORA** ter adquirido os cheques não significa que ela tenha obrigação de fazê-lo sempre, assim não se pode garantir que tal fato ocorrerá no futuro, pois não existe obrigação contratual da **CONSULTORA** em adquirir os cheques inadimplidos que integram a carteira do **FUNDO**.

Com relação aos Contratos de Financiamento de Vendas a Prazo, não houve caso de pré pagamento no **FUNDO**.

4.1.2. DUPLICATAS

Desta forma, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03, a **ADMINISTRADORA** declara que não possui e não conseguiu obter informações estatísticas de mercado sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamentos de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de mesma natureza daquelas que integram a carteira do **FUNDO** compreendendo um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da oferta. A **ADMINISTRADORA** declara, ainda, que empreendeu esforços razoáveis para obter tais informações e se compromete a divulgar, através dos demonstrativos trimestrais, qualquer informação que venha a obter a respeito.

A **ADMINISTRADORA** possui os dados que constam no gráfico 2 abaixo. O gráfico apresenta um indicador relativo a proporção, em valor de face, das duplicatas adquiridas em cada mês que foram liquidadas ou recompradas com atraso acima de 60 dias, ou que permaneciam vencidas e não pagas a mais de 60 dias na carteira do dia 15/05/2013. Este tipo de indicador é útil como estimativa de inadimplência, pois captura o benefício das recompras apenas quando estas ocorrem antes de 60 dias de atraso.

Porém, devemos ressaltar que normalmente as duplicatas vencidas e não pagas são adquiridas pela **CONSULTORA**, não constituindo perda para o **FUNDO**. Ressaltamos que o fato da **CONSULTORA** ter adquirido as duplicatas vencidas e não pagas não significa que ela tenha obrigação de fazê-lo sempre, assim não se pode garantir que tal fato ocorrerá no futuro, pois não existe obrigação contratual da **CONSULTORA** em adquirir duplicatas inadimplidas que integram a carteira do **FUNDO**. A aquisição de tais duplicatas decorreu de procedimentos internos da **CONSULTORA**. Convém destacar também que as informações referentes a títulos em aberto são influenciadas pelo processo de recompra. Desse fato resultam valores nulos para os vencimentos mais antigos, bem como valores maiores nos meses mais recentes cujo processo de recompra ainda não foi completado. Abaixo está o histórico desde o início do fundo:

Alienações de Duplicatas		Alienações de Duplicatas	
Período	Valor	Período	Valor
2008	17.820,41	mar/12	3.284.860,21
De Jan a Jun 2009	1.472.554,89	abr/12	2.801.355,47
De Jul a Dez 2009	6.072.600,18	mai/12	4.452.630,32
De Jan a Jul 2010	9.428.890,20	jun/12	3.574.164,64
ago/10	1.412.870,78	jul/12	4.064.762,59
set/10	1.045.930,16	ago/12	4.109.738,90
out/10	1.658.872,65	set/12	3.667.481,23
nov/10	1.854.560,48	out/12	3.333.173,05
dez/10	2.191.019,65	nov/12	3.392.937,00
jan/11	2.113.460,13	dez/12	3.119.912,59
fev/11	1.391.911,95	jan/13	3.449.084,73
mar/11	1.723.092,30	fev/13	2.930.697,18
abr/11	2.033.269,72	mar/13	2.475.523,08
mai/11	2.685.592,14	abr/13	3.815.170,67
jun/11	2.531.870,26	mai/13	3.616.004,19
jul/11	2.820.587,33	jun/13	2.412.194,51
ago/11	3.938.626,26	jul/13	3.712.015,86
set/11	2.684.967,47	ago/13	3.609.780,70
out/11	3.662.527,82	set/13	3.497.584,61
nov/11	4.914.840,21	out/13	4.041.949,61
dez/11	2.241.798,28	nov/13	3.905.562,40
jan/12	4.024.233,41	dez/13	3.573.577,63
fev/12	2.372.866,95	Total	141.134.924,80

Caso não fossem alienadas as duplicatas a diminuição no Patrimônio Líquido do Fundo seria no máximo igual ao valor das alienações acima atingindo as cotas subordinadas. Novamente lembrando que o regulamento prevê valores mínimos tanto para o total das contas subordinadas quanto para a cota subordinada ordinária o efeito seria a solicitação de aportes compatíveis com esse valor. Como a **CONSULTORA** e seu grupo econômico honraram esse montante de alienações resta provada a sua capacidade econômica em relação à manutenção das razões de garantia exigidas pelo regulamento, mesmo que não ocorressem alienações também para esta classe de ativos.

O total de alienações à **CONSULTORA** de duplicatas efetuadas desde o início do fundo até 31/12/2013 é de R\$ 141.134.924,80 e representa 6,39% da carteira de duplicatas adquirida, ou 4,23% do total de ativos adquiridos desde o início do **FUNDO**.

Em complementação das informações do presente Prospecto, o comportamento da carteira do **FUNDO**, que inclui o adimplemento ou não das duplicatas que integram sua carteira, será divulgado nos demonstrativos trimestrais.

4.1.3. CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE DUPLICATAS MERCANTIS OU DE SERVIÇOS.

A ADMINISTRADORA não dispõe de dados históricos envolvendo um período mais extenso relativo a este tipo de ativo.

4.1.3.1 Informações sobre inadimplência para Cédulas de Crédito Bancário.

A fim de suprir a informação acima buscou-se no mercado outros fundos de direitos creditórios que, embora não de mesma natureza, utilizam a Cédula de Crédito Bancária para a formalização dos direitos creditórios.

Foram selecionados três fundos de bancos de médio porte por entender que estes melhor se aproximam do público alvo do Fundo.

As informações foram coletadas dos prospectos das ofertas públicas mais recentes, complementadas com dados dos relatórios de monitoramento emitidos pelas agências classificadoras de risco.

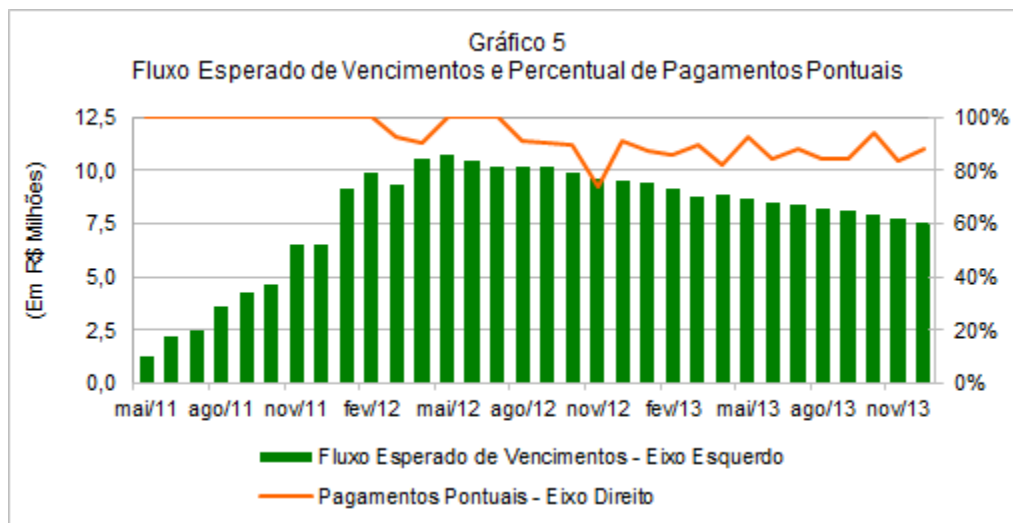
4.1.3.1.a FIDC Financeiro Pine C P

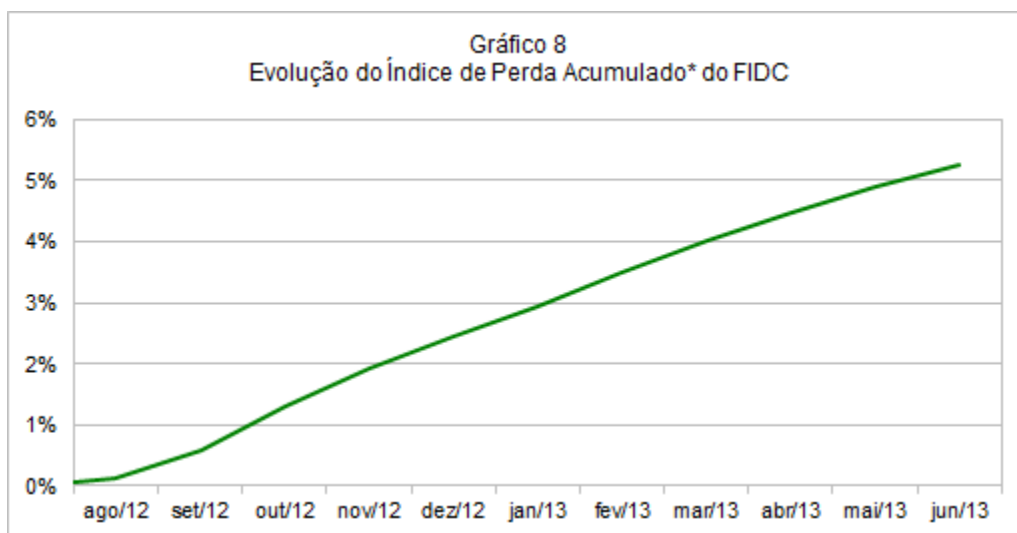
As informações a seguir, relativas à inadimplência da carteira do Pine, foram elaboradas com base no prospecto de oferta pública de quotas seniores datado de 25/03/2011, além de informações obtidas por meio de informe mensal disponível no site da CVM.

Ano	Pontual	até 15	15 a 30	30 a 60	60 a 90	90 a 120	120 a 150	150 a 180	>180
2007	98,93%	0,00%	0,03%	0,26%	0,04%	0,07%	0,11%	0,08%	0,48%
2008	98,25%	0,00%	0,03%	0,54%	0,02%	0,02%	0,03%	0,03%	1,07%
2009	99,15%	0,00%	0,01%	0,06%	0,02%	0,03%	0,10%	0,02%	0,61%
2010	99,14%	0,00%	0,13%	0,10%	0,02%	0,01%	0,02%	0,02%	0,57%

Fonte: Prospecto cotas seniores 25/03/2011

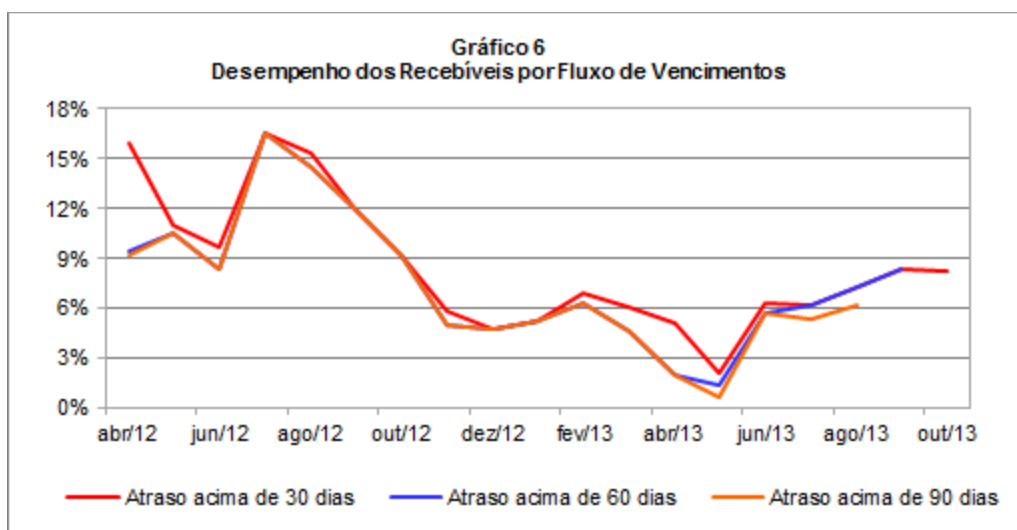
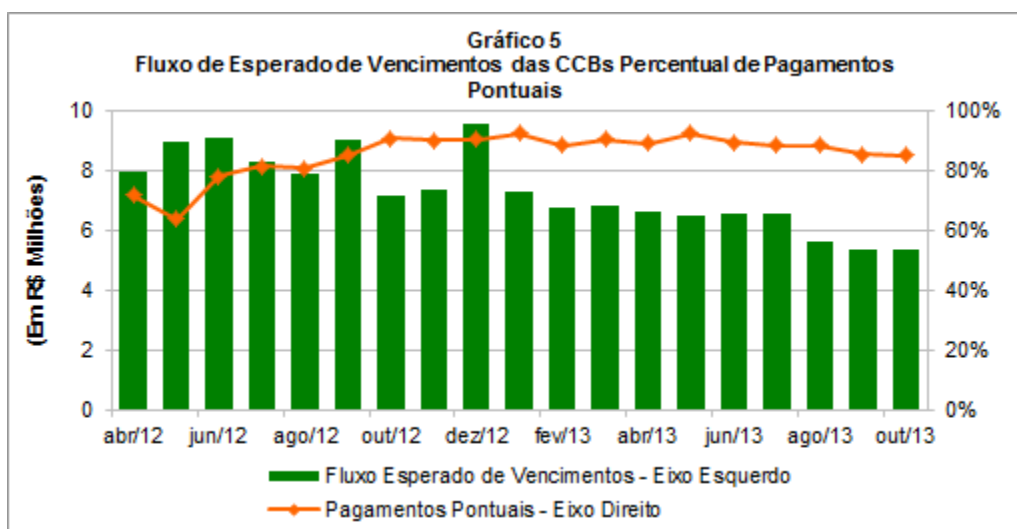
O Relatório de Monitoramento emitido pela Standard & Poors em 17 de fevereiro de 2014 complementa os dados sobre inadimplência. No gráfico abaixo a linha laranja mostra o percentual de pagamentos pontuais.

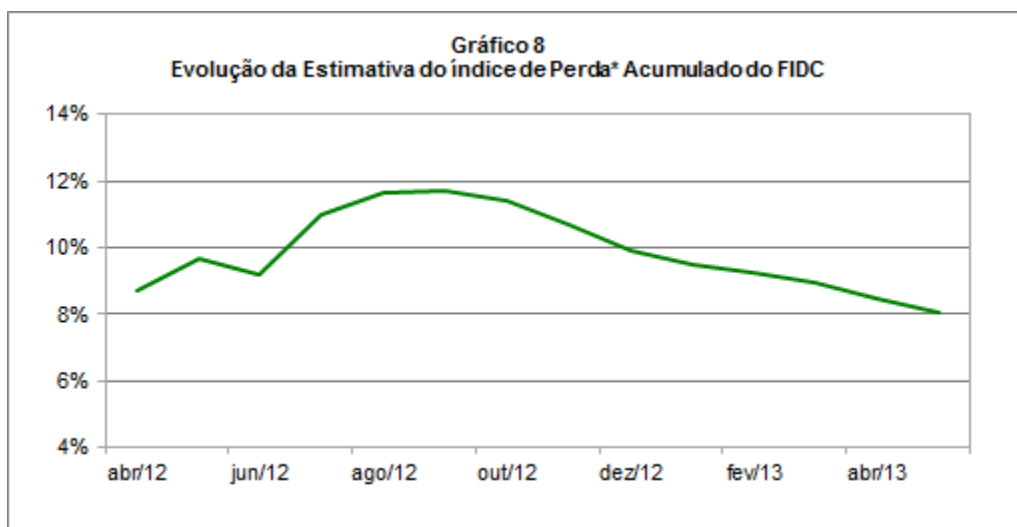




4.1.3.1.b FIDC da Indústria Exodus Master

As informações a seguir, relativas à inadimplência da carteira do FIDC da Indústria Exodus Master para ativos de mesma natureza, foram elaboradas com base no relatório de monitoramento de rating publicado pela Standard % Poors em 02/01/2014.





4.1.3.2 Estudo de Stress sobre uma carteira hipotética

Analisando as tabelas e gráficos acima se constata que o percentual de pagamentos pontuais adicionado aos com atraso máximo de trinta dias é da ordem de 99%. Dessa forma a inadimplência esperada aponta para 1%.

O processo pode apresentar condições de stress em situações de mercado caracterizados como crise de liquidez e desaquecimento econômico conforme pode ser visto nos dados referentes a outubro de 2008, parte de 2011 e janeiro e fevereiro de 2012. É importante notar que mesmo nesses cenários ocorre apenas um aumento nos prazos de pagamento.

A utilização de Cédulas de Crédito Bancário no Multi Recebíveis II FIDC está restrita às seguintes condições:

O total de direitos creditórios representados por CCB's deve ser de no máximo 15% do Patrimônio Líquido;

O limite por devedor é de 1,0% do Patrimônio Líquido; e

As CCB's devem contar com, no mínimo, 50% de seu saldo devedor em garantia de duplicatas.

Além disso serão adotadas as seguintes premissas:

Patrimônio Líquido	180.000.000,00
Garantia de duplicatas	50%
Subordinação	36.000.000,00
Inadimplência Duplicatas	1%

Com as premissas acima a máxima exposição ao tipo de ativo CCB é a representada abaixo, já separando o montante garantido por duplicatas e por aval:

	Exposição Máxima		Garantias	
	%	Valor	Duplicatas	Aval
Total CCB	15%	27.500.000,00	13.750.000,00	8.250.000,00
Total CCB por Devedor	1,00%	1.800.000,00	900.000,00	540.000,00

Finalmente a tabela abaixo mostra a perda esperada para diversos percentuais de Stress em créditos problemáticos:

% Créditos Problemáticos	2%	5%	10%	20%
Perda em Duplicata	3.780,00	9.450,00	18.900,00	37.800,00
Perda em aval	162.000,00	405.000,00	810.000,00	1.620.000,00
Perda total estimada	165.780,00	414.450,00	828.900,00	1.657.800,00

4.1.3.3 Cenários de pré-pagamento

As cessões de crédito envolvendo este tipo de ativo sempre serão feitas sem ágio ou deságio. Dessa forma não há qualquer perda para o Fundo em eventos de pré-pagamento.

4.1.3.4 Aviso Importante

As informações aqui apresentadas são históricas e não há garantias de que a carteira de direitos creditórios adquirida para o fundo apresente performance semelhantes ao histórico aqui apresentado.

4.1.4. ESTUDO DOS EFEITOS DA NÃO RECOMPRA DE DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS

Tendo em vista que após a recompra tanto o Fundo como a Consultora de Crédito deixam de controlar o efetivo pagamento do ativo inadimplido torna-se difícil estimar de maneira precisa esse efeito.

A Serasa mantém histórico de inadimplência final, isto é após a segunda apresentação de cheque cujos valores apresentamos abaixo:

mês ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2008	19,01%	19,53%	20,83%	20,88%	21,24%	18,52%	19,88%	18,05%	17,90%	20,13%	21,61%	20,22%
2009	22,92%	23,25%	24,57%	22,17%	25,17%	20,24%	22,13%	19,63%	19,36%	19,23%	20,39%	18,69%
2010	18,47%	18,54%	20,42%	18,64%	18,65%	17,48%	17,41%	16,17%	15,92%	15,64%	16,83%	17,21%
2011	17,03%	18,27%	21,29%	20,04%	20,00%	19,35%	19,91%	18,77%	19,33%	19,20%	21,86%	20,10%
2012	19,30%	20,00%	21,90%	20,80%	22,00%	20,20%	20,00%	19,66%	18,69%	19,36%	19,63%	20,45%
2013	20,18%	19,00%	23,58%	20,86%	21,54%	19,44%	20,26%	18,74%	18,11%	19,62%	20,04%	19,09%

Cheques Devolvidos por Insuficiência de Fundos (2ª Devolução)

Fonte: SERASA Experian

Inadimplência Cheques: Segunda Apresentação Fonte: Serasa					Inadimplência Cheques: Segunda Apresentação Fonte: Serasa				
Data	Deposito	Devoluções	Perc	Acc	Data	Deposito	Devoluções	Perc	Acc
abr/08	6.903.070,44	1.441.482,72	20,88%	20,88%	mar/11	16.486.077,48	3.509.575,46	21,29%	19,41%
mai/08	14.776.385,12	3.137.836,84	21,24%	21,12%	abr/11	13.917.973,50	2.789.354,38	20,04%	19,43%
jun/08	16.294.774,62	3.018.601,29	18,52%	20,01%	mai/11	16.110.456,08	3.222.294,19	20,00%	19,44%
jul/08	19.186.038,42	3.814.139,84	19,88%	19,97%	jun/11	14.239.934,04	2.754.907,66	19,35%	19,44%
ago/08	17.988.392,85	3.246.696,08	18,05%	19,51%	jul/11	14.628.505,64	2.912.791,60	19,91%	19,45%
set/08	18.489.565,82	3.309.283,20	17,90%	19,19%	ago/11	14.067.563,09	2.641.024,44	18,77%	19,43%
out/08	19.916.285,97	4.008.552,59	20,13%	19,35%	set/11	14.021.753,53	2.710.404,96	19,33%	19,43%
nov/08	18.759.997,78	4.053.564,12	21,61%	19,67%	out/11	11.860.476,30	2.277.211,45	19,20%	19,43%
dez/08	21.732.321,13	4.393.951,34	20,22%	19,75%	nov/11	11.777.243,98	2.574.207,80	21,86%	19,47%
jan/09	20.313.743,25	4.656.497,05	22,92%	20,12%	dez/11	11.626.776,27	2.336.982,03	20,10%	19,48%
fev/09	15.680.451,43	3.644.971,83	23,25%	20,38%	jan/12	12.256.765,78	2.365.555,80	19,30%	19,47%
mar/09	16.861.565,94	4.142.946,03	24,57%	20,72%	fev/12	9.063.622,20	1.812.724,44	20,00%	19,48%
abr/09	13.904.394,22	3.082.897,93	22,17%	20,81%	mar/12	9.211.971,97	2.017.421,86	21,90%	19,51%
mai/09	12.525.083,49	3.152.530,41	25,17%	21,04%	abr/12	8.083.556,84	1.681.379,82	20,80%	19,52%
jun/09	14.100.255,57	2.854.235,48	20,24%	21,00%	mai/12	8.967.838,59	1.972.924,49	22,00%	19,55%
jul/09	15.267.899,79	3.378.594,01	22,13%	21,06%	jun/12	9.490.237,05	1.917.027,88	20,20%	19,56%
ago/09	13.558.709,99	2.661.084,24	19,63%	20,99%	jul/12	12.758.869,43	2.551.773,89	20,00%	19,57%
set/09	14.876.892,35	2.880.643,93	19,36%	20,91%	ago/12	12.404.282,58	2.438.082,48	19,66%	19,57%
out/09	17.752.618,33	3.413.023,79	19,23%	20,81%	set/12	11.262.498,04	2.104.434,88	18,69%	19,56%
nov/09	17.813.516,28	3.631.726,33	20,39%	20,79%	out/12	11.569.921,23	2.240.244,76	19,36%	19,55%
dez/09	20.219.622,51	3.779.147,02	18,69%	20,67%	nov/12	10.052.533,53	1.973.097,13	19,63%	19,55%
jan/10	19.988.196,75	3.692.292,43	18,47%	20,55%	dez/12	10.025.812,53	2.049.937,93	20,45%	19,56%
fev/10	17.780.596,03	3.296.941,14	18,54%	20,46%	jan/13	12.155.284,03	2.320.481,66	19,09%	19,56%
mar/10	18.483.427,36	3.774.712,02	20,42%	20,45%	fev/13	10.248.238,69	1.946.822,83	19,00%	19,55%
abr/10	16.139.246,29	3.007.906,45	18,64%	20,38%	mar/13	10.662.603,13	2.514.285,77	23,58%	19,60%
mai/10	14.970.463,03	2.791.957,87	18,65%	20,32%	abr/13	11.649.203,02	2.429.445,27	20,86%	19,62%
jun/10	17.002.736,49	2.971.237,30	17,48%	20,22%	mai/13	11.329.111,68	2.439.801,11	21,54%	19,64%
jul/10	17.733.071,37	3.086.950,27	17,41%	20,11%	jun/13	11.794.008,59	2.292.964,16	19,44%	19,64%
ago/10	18.900.738,03	3.056.241,25	16,17%	19,96%	jul/13	13.909.713,34	2.818.500,14	20,26%	19,65%

Inadimplência Cheques: Segunda Apresentação Fonte: Serasa					Inadimplência Cheques: Segunda Apresentação Fonte: Serasa				
Data	Deposito	Devoluções	Perc	Acc	Data	Deposito	Devoluções	Perc	Acc
set/10	19.145.657,61	3.047.988,69	15,92%	19,81%	ago/13	11.967.613,83	2.243.015,14	18,74%	19,63%
out/10	19.857.570,69	3.097.781,03	15,60%	19,65%	set/13	9.760.870,25	1.768.023,56	18,11%	19,62%
nov/10	18.972.374,81	3.192.318,45	16,83%	19,55%	out/13	8.693.946,18	1.705.904,89	19,62%	19,62%
dez/10	19.922.862,08	3.429.164,97	17,21%	19,47%	nov/13	6.335.350,43	1.243.106,99	19,62%	19,62%
jan/11	18.943.668,99	3.226.319,55	17,03%	19,39%	dez/13	5.198.544,47	992.418,37	19,09%	19,62%
fev/11	15.259.440,46	2.787.772,10	18,27%	19,36%					

Na tabela acima são recalculados os valores finais de inadimplência frente aos dados Serasa. Utilizando os valores reais de depósito e multiplicando pelo fator apurado pela Serasa para o mesmo mês é obtida uma devolução estimada. As devoluções estimadas representariam perda para o Patrimônio Líquido do Fundo atingindo as quotas subordinadas.

Considerando que o regulamento prevê valores mínimos tanto para o total das quotas subordinadas quanto para a quota subordinada ordinária o efeito seria a solicitação de aportes compatíveis com a coluna “Devoluções” da tabela acima.

Considerando que a recompra mensal é substancialmente superior a esses valores conforme pode ser observado na Tabela 1 - Multi Recebíveis II FIDC - Devolução de cheques 1ª apresentação, também na coluna “Devoluções”, resta provada a capacidade financeira da **CONSULTORA** e seu grupo econômico em relação à manutenção das razões de garantia exigidas pelo regulamento, mesmo que não ocorressem recompras.

Infelizmente dada a não existência de estatísticas seguras referentes à inadimplência final em duplicatas devido a não homogeneidade das mesmas no mercado em geral, não há como estimar o efeito da não recompra de duplicatas em termos de inadimplência final.

Somente podemos inferir um teto para esse efeito que corresponde ao montante recomprado de duplicatas, a saber, R\$ 141.134.924,80 e representa 6,39% da carteira de duplicatas adquirida, ou 4,23% do total de ativos adquiridos desde o início do **FUNDO**. Caso não fossem recompradas as duplicatas a diminuição no Patrimônio Líquido do **FUNDO** seria no máximo igual ao valor das recompras acima atingindo as quotas subordinadas.

Novamente lembrando que o regulamento prevê valores mínimos tanto para o total das quotas subordinadas quanto para a quota subordinada ordinária o efeito seria a solicitação de aportes compatíveis com esse valor.

Como a **CONSULTORA** e seu grupo econômico honraram esse montante de recompras restou provada, no passado, a sua capacidade econômica em relação à manutenção das razões de garantia exigidas pelo regulamento, mesmo que não ocorressem recompras também para esta classe de ativos. É importante salientar que a recompra, caso se faça necessária no futuro, pode não ocorrer posto não estar a **CONSULTORA** obrigada a efetuar-la e que as aquisições passadas não atestam a capacidade econômica da Consultora em eventos futuros.

4.1.5. PRÉ-PAGAMENTOS E PERDAS

O pré-pagamento de Direitos de Créditos normalmente constitui um fator de risco para os FIDCs. Tal risco decorre da possibilidade de uma discrepância entre a taxa original do Direito de Crédito e a taxa de cessão quando da aquisição do crédito. No caso do **FUNDO** esse risco é mitigado da seguinte forma:

- Para os Contratos de Financiamento e Duplicatas, as cessões são realizadas sem ágio ou deságio. Dessa forma, um eventual pré-pagamento utilizará o valor presente do ativo no **FUNDO**, calculado pela taxa de cessão, não resultando em nenhum prejuízo;

Os créditos adquiridos são predominantemente de curto prazo, sendo sua liquidação antecipada improvável. Caso esse evento ocorra o procedimento é de venda do ativo pelo seu valor presente, calculado pela taxa original da cessão de crédito. Os recursos resultantes dessa venda são utilizados nas novas aquisições de crédito que ocorrem à razão de 20 a 40 cessões por dia, restabelecendo a regularidade dos fluxos de recebimento futuro.

4.2. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.2.1. Nos termos do artigo 4, parágrafo 6º do Regulamento, o **FUNDO** poderá ceder, alienar ou permutar os Direitos de Crédito Inadimplidos. No caso de cessão, alienação ou permuta dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, a **CONSULTORA** de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos de Crédito, ressalvada a hipótese em que a **CONSULTORA** seja contratada pelo novo titular dos Direitos de Crédito Inadimplidos para a realização dos serviços acima descritos.

4.2.2. Nos termos do artigo 4, parágrafo 8º do Regulamento, o **FUNDO** poderá alienar a terceiros Direitos de Crédito adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo. O **FUNDO** poderá também substituir Direitos de Crédito inadimplidos por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **GESTORA** em conjunto com a **CONSULTORA**, desde que o valor do Direito de Crédito que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito de Crédito.

4.2.3. Nos termos do artigo 4, parágrafo 7º do Regulamento, os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA** e à **GESTORA**. A eventual substituição dos Direitos de Crédito Inadimplidos pode apresentar resultado positivo ou negativo, dependendo se tais créditos foram alienados por valor superior ou não do valor de aquisição do ativo. Por outro lado, independentemente do resultado da alienação, a eventual alienação de um ativo, principalmente nos casos de eventuais Direitos de Crédito Inadimplidos, ainda que vendidos com deságio, trará mais liquidez ao **FUNDO**.

4.2.4. Nos termos do artigo 4, parágrafo 9º do Regulamento, excetuando-se as hipóteses de alienação, permuta e substituição dos Direitos de Crédito dispostas nos itens acima, não haverá acréscimos ou remoções dos Direitos de Crédito adimplentes ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

4.2.5. Analisando os efeitos dos eventos acima descritos na regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos titulares dos valores mobiliários ofertados, apresentamos na tabela abaixo as amortizações já realizadas. Convém notar que o valor expresso na coluna Liquidez representa ativos de liquidez imediata disponíveis na data da amortização.

Data Amortização	Serie	Valor Bruto	Liquidez
01/06/2009	1	9.724.088,75	27.511.801,96
31/08/2009	1	9.962.912,49	19.956.504,47
30/11/2009	1	10.190.497,38	24.545.948,95
01/03/2010	1	10.419.355,52	44.704.087,72
30/04/2010	2	9.396.593,33	35.098.628,33
10/05/2010	1	10.605.362,64	28.938.686,89
02/08/2010	2	9.653.077,69	21.720.176,33
01/11/2010	2	9.927.543,67	18.656.707,77
31/01/2011	2	10.211.449,69	39.697.477,20
21/04/2011	2	10.488.041,99	36.739.671,38
02/05/2011	3	14.104.536,90	31.578.851,39
01/08/2011	3	14.558.580,16	36.008.326,82
31/10/2011	3	15.018.413,88	31.541.454,55
30/01/2012	3	15.463.209,69	50.572.170,54
16/04/2012	3	15.795.862,05	52.628.937,93
30/04/2012	4	16.491.088,99	39.348.383,64
31/07/2012	4	16.876.164,78	18.795.372,61
31/10/2012	4	17.228.410,06	21.107.900,91
31/01/2013	4	17.554.878,40	33.952.523,87
15/04/2013	4	17.817.130,06	19.731.590,41
30/04/2013	5	14.991.499,35	16.800.729,02
31/07/2013	5	15.352.411,81	31.250.292,58
31/10/2013	5	15.773.342,99	21.625.739,29
31/01/2014	5	16.223.388,74	37.089.488,46
31/01/2014	6	13.423.596,43	37.089.488,46

A tabela abaixo apresenta estimativas de valores das próximas amortizações. As estimativas utilizaram a Curva de CDI futuro disponibilizada pela BM&FBovespa bem como e com base Patrimônio Líquido das respectivas séries no dia 28/02/2014.

Data Amortização	Serie	Valor Bruto
14/04/2014	5	16.613.633,89
30/04/2014	6	14.134.985,26
31/07/2014	6	15.151.379,50
31/10/2014	6	16.283.137,56
02/01/2015	6	17.075.583,55
01/06/2015	8	8.616.941,28
31/08/2015	8	8.950.039,74
30/11/2015	8	9.290.644,07
29/02/2016	8	9.643.269,73
31/05/2016	8	10.026.223,46
31/08/2016	8	10.445.027,91
18/10/2016	8	10.658.631,64

Considerando-se que os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são predominantemente de curto prazo é normal o Fundo contar com liquidez. O prazo médio ponderado dos Direitos de Crédito é de quarenta e quatro dias. Adicionalmente esse prazo curto inviabiliza a substituição de Direitos de Crédito prevista em regulamento, não tendo ocorrida nenhuma operação dessa modalidade até a data deste Prospecto. Somente ocorreram alienações de Direitos de Crédito inadimplidos pagas em dinheiro contribuindo, assim, para a liquidez

Finalmente o Fundo tem um volume diário de liquidações de Direitos de Crédito entre dois e três milhões de reais. Em oito dias uteis o acumulo desses valores, associado à suspensão de novas aquisições supre os valores necessários para as amortizações.

4.3. INFORMAÇÕES DESCRITIVAS DAS CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DA CARTEIRA DO FUNDO

Até 31/12/2013 o **FUNDO** efetuou 40.464 aquisições de Direitos de Créditos totalizando em total adquirido R\$ 3.304.570.210,8 Ressaltamos que a maior parte desses ativos é de prazo curto, levando à reaplicação dos recursos recebidos.

As tabelas abaixo demonstram o volume adquirido e a taxa de desconto ao ano por tipo de ativo para os diversos meses de funcionamento do Fundo. Todas as cessões foram praticadas observando-se as taxas de mercado praticadas em cada período.

Resumo de Cessões Cheques									
Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc	Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc
200803	8.658.800,44	8.835.226,48	12	14,94%	201102	11.129.764,94	11.512.762,48	115	18,83%
200804	27.012.846,04	27.598.033,10	30	15,03%	201103	17.505.773,01	18.090.677,38	116	18,22%
200805	24.862.668,69	25.450.694,83	27	16,15%	201104	14.826.034,95	15.358.834,29	117	18,66%
200806	16.745.431,64	17.159.559,15	25	17,40%	201105	16.735.426,31	17.380.092,68	147	19,44%
200807	21.555.752,64	22.141.867,86	37	18,25%	201106	14.556.417,11	15.085.732,28	130	19,98%
200808	25.070.238,90	25.796.325,02	45	19,92%	201107	11.817.235,74	12.338.968,70	137	22,11%
200809	23.450.350,27	24.299.497,61	69	22,33%	201108	13.474.348,24	13.959.877,41	121	20,83%
200810	26.974.019,27	27.928.432,71	49	18,27%	201109	11.182.016,38	11.588.279,90	128	22,83%
200811	19.168.516,65	19.815.709,33	30	17,65%	201110	10.202.862,60	10.548.395,35	130	20,51%
200812	23.994.503,86	24.808.715,56	52	16,36%	201111	13.293.628,78	13.739.404,45	120	19,38%
200901	17.336.057,55	17.892.396,30	43	16,42%	201112	13.660.019,48	14.108.068,79	95	17,59%
200902	12.028.102,99	12.392.624,69	39	13,85%	201201	7.508.689,68	7.807.505,91	102	19,55%
200903	16.290.754,64	16.763.650,22	52	12,85%	201202	8.630.704,91	9.067.228,02	82	29,21%
200904	13.203.185,56	13.549.487,80	38	12,40%	201203	9.121.443,15	9.440.620,26	99	18,56%
200905	13.090.047,06	13.465.986,92	34	12,18%	201204	14.988.730,15	15.570.867,91	122	19,59%
200906	18.681.293,04	19.186.271,10	47	11,98%	201205	17.596.546,23	18.358.834,36	172	22,65%
200907	16.373.436,09	16.863.945,18	47	11,36%	201206	13.751.979,43	14.286.224,44	148	20,19%
200908	18.919.344,15	19.971.463,75	52	22,63%	201207	14.326.558,71	14.989.641,94	181	20,91%
200909	20.688.550,94	21.737.826,47	55	23,72%	201208	14.850.559,28	15.465.174,16	219	21,84%
200910	21.073.214,10	22.049.121,81	51	23,26%	201209	10.383.152,08	10.847.943,12	165	20,04%
200911	19.045.594,33	20.053.816,68	45	24,31%	201210	12.420.114,91	12.981.781,61	235	24,00%
200912	20.000.805,43	20.900.800,35	43	24,27%	201211	15.680.553,82	16.260.632,34	208	16,96%
201001	13.297.804,86	13.918.814,16	42	24,96%	201212	14.824.129,37	15.430.550,47	191	20,43%
201002	11.959.318,25	12.520.693,44	36	26,91%	201301	11.816.707,43	12.263.757,41	234	17,15%
201003	22.768.597,33	23.858.844,54	65	22,81%	201302	14.108.727,84	14.636.514,71	184	19,15%
201004	14.362.847,87	14.963.800,27	39	20,16%	201303	12.827.345,01	13.493.555,86	241	20,78%
201005	18.141.978,91	18.846.748,70	56	19,65%	201304	18.686.558,86	19.540.289,72	326	20,98%
201006	18.170.437,68	18.893.121,32	45	20,47%	201305	16.894.800,08	17.641.127,82	288	20,96%
201007	17.804.526,83	18.536.370,54	49	22,07%	201306	10.412.553,88	10.894.969,16	235	21,61%
201008	17.744.947,02	18.343.555,56	51	18,49%	201307	9.540.478,23	9.982.687,03	278	21,76%
201009	25.690.934,23	26.350.446,51	53	16,06%	201308	11.807.880,46	12.351.650,57	294	22,12%
201010	20.226.792,28	20.852.424,00	62	24,76%	201309	4.740.180,24	5.096.352,24	255	35,22%
201011	19.327.737,67	19.953.435,72	74	15,70%	201310	5.199.408,37	5.680.139,79	318	38,67%
201012	21.508.289,95	22.160.922,39	93	15,86%	201311	927.824,07	986.801,18	32	32,39%
201101	13.150.988,52	13.593.456,73	103	17,54%	201312	0,00	0,00	-	0,00%

As informações relativas a cessões de cheques inclui o histórico de operações representadas por contratos de faturização, que não são mais realizadas pelo Fundo desde 18/11/2013.

Resumo de Cessões Duplicatas									
Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc	Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc
200810	1.740.084,37	1.864.312,90	16	59,38%	201106	37.198.575,50	38.719.502,11	611	38,47%

Resumo de Cessões Duplicatas									
Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc	Mês	Total Liberado	Total Adquirido	Cessões	Taxa Desc
200811	4.253.445,97	4.535.839,88	36	63,02%	201107	43.120.603,82	45.036.954,12	646	38,36%
200812	3.191.207,63	3.395.034,17	40	56,22%	201108	43.446.140,03	45.356.214,94	714	42,96%
200901	1.638.622,28	1.797.757,30	26	58,11%	201109	47.410.496,49	49.403.745,35	758	42,34%
200902	1.959.851,31	2.132.847,85	24	55,29%	201110	48.240.537,43	50.252.553,69	752	38,29%
200903	4.471.662,78	4.779.383,35	84	56,22%	201111	45.098.542,04	47.087.787,21	740	37,12%
200904	7.012.126,96	7.462.615,71	107	54,47%	201112	46.522.697,77	48.539.031,36	696	37,79%
200905	7.751.766,91	8.170.505,60	133	53,43%	201201	41.829.430,09	43.477.228,05	641	36,79%
200906	8.837.009,66	9.257.770,59	151	50,07%	201202	38.462.979,84	40.029.032,42	567	37,37%
200907	12.437.526,47	13.190.248,00	222	48,48%	201203	54.041.518,51	56.257.418,51	792	37,60%
200908	11.432.129,47	12.002.809,84	224	48,43%	201204	53.053.224,19	55.405.666,20	797	38,03%
200909	13.862.131,47	14.588.454,58	220	46,93%	201205	59.896.995,98	62.372.319,11	912	38,33%
200910	16.216.410,15	16.987.499,19	268	45,01%	201206	55.920.009,00	58.173.715,34	765	37,40%
200911	13.660.049,17	14.264.295,50	236	43,75%	201207	65.875.393,60	68.491.082,45	878	36,81%
200912	14.852.014,84	15.536.736,38	231	44,49%	201208	72.694.730,11	75.643.088,01	945	36,93%
201001	11.635.563,23	12.142.081,80	208	46,41%	201209	58.084.816,31	60.267.239,33	778	36,59%
201002	12.754.041,37	13.330.334,78	204	43,63%	201210	69.053.935,36	71.880.981,00	888	36,60%
201003	16.542.184,47	17.251.277,74	278	42,53%	201211	65.917.475,87	68.582.715,33	857	36,51%
201004	17.807.263,21	18.647.902,30	321	45,71%	201212	55.748.236,10	57.932.524,79	661	35,30%
201005	21.620.916,10	22.524.363,69	366	41,78%	201301	55.989.962,10	58.124.753,04	775	36,64%
201006	17.654.749,25	18.457.247,19	283	39,41%	201302	50.692.625,65	52.434.406,92	657	35,44%
201007	17.262.409,07	17.935.629,68	293	39,77%	201303	58.528.428,99	60.835.526,31	809	35,76%
201008	19.225.333,05	20.070.305,40	328	48,91%	201304	75.933.328,92	78.799.501,45	999	34,59%
201009	26.299.042,69	27.497.174,71	374	37,48%	201305	67.408.036,50	70.019.238,49	919	35,86%
201010	25.936.460,00	27.007.431,12	373	24,94%	201306	47.299.781,27	49.208.764,11	764	38,03%
201011	24.558.011,15	25.568.274,42	349	36,34%	201307	41.364.486,25	43.150.254,03	748	39,88%
201012	26.684.310,31	27.855.631,84	367	34,40%	201308	37.641.182,05	39.408.518,75	712	41,17%
201101	23.545.000,02	24.493.726,75	333	39,55%	201309	44.006.453,38	46.103.597,61	754	43,55%
201102	23.259.680,60	24.211.481,97	351	38,69%	201310	39.049.549,07	41.010.787,09	702	40,34%
201103	29.776.067,05	31.084.160,52	416	37,25%	201311	46.781.364,77	48.888.589,28	637	40,56%
201104	33.031.575,69	34.554.395,58	514	36,67%	201312	46.994.411,70	49.174.942,76	556	43,15%
201105	33.140.474,44	34.589.338,01	603	37,70%					

Resumo de Operações CCB			
Mês	Total Liberado	Total Adquirido*	Cessões
201206	1.206.000,00	1.349.283,59	1
201207	1.005.000,00	1.130.530,84	1
201208	0,00	0,00	-
201209	2.515.500,00	2.812.596,19	3
201210	0,00	0,00	-
201211	1.509.000,00	1.676.986,47	2
201212	1.005.000,00	1.115.691,84	1
201301	0,00	0,00	-
201302	0,00	0,00	-
201303	1.308.000,00	1.453.881,02	2
201304	3.820.500,00	4.268.833,44	4
201305	4.004.000,00	4.606.997,64	5
201306	1.500.000,00	1.670.591,64	3
201307	4.000.000,00	4.367.672,16	3
201308	3.235.000,00	3.668.723,24	4
201309	2.100.000,00	2.246.947,54	2
201310	0,00	0,00	-
201311	5.550.000,00	6.022.417,26	7
201312	1.700.000,00	1.798.875,80	3

* Total Adquirido consiste no valor de principal e juros pré negociados na data da aquisição, não incluindo valores referentes a remuneração de juros pós.

A seguir, na próxima tabela, apresentamos a distribuição de Direitos de Crédito por tipo de ativo nos últimos vinte e quatro meses.

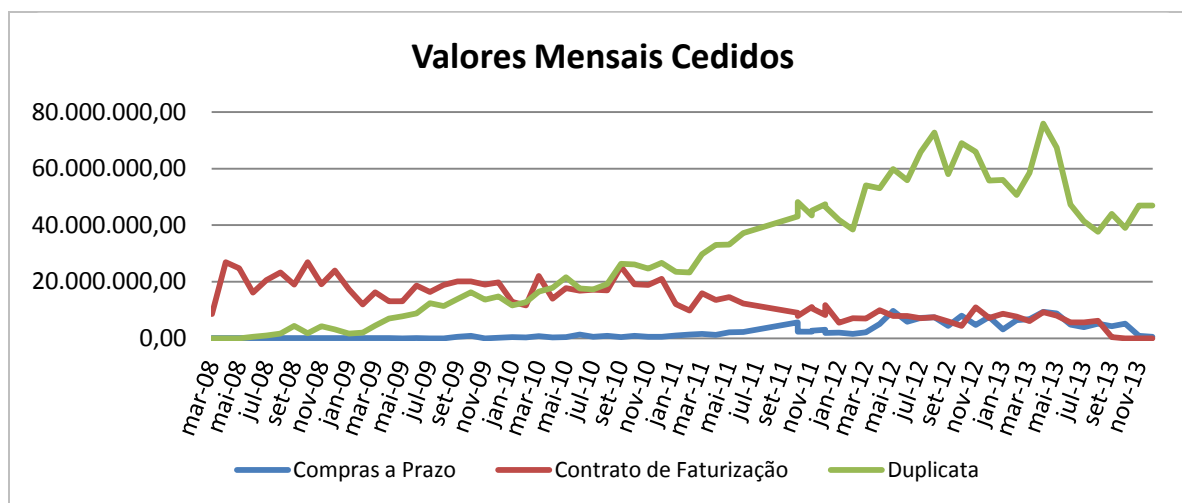
Ano/mês	Compras a Prazo	Contratos de Faturização	Duplicatas	Total
---------	-----------------	--------------------------	------------	-------

	Vlr Adquirido	Qtd Cessão	Vlr Adquirido	Qtd Cessão	Vlr Adquirido	Qtd Cessão	Vlr Adquirido	Qtd Cessão
201201	3.958.677,16	158	11.058.702,56	46	83.681.700,80	1.288	98.699.080,52	1.492
201202	3.082.304,90	110	14.179.104,92	54	76.925.959,68	1.134	94.187.369,50	1.298
201203	4.194.605,46	150	14.048.280,84	48	108.083.037,02	1.584	126.325.923,32	1.782
201204	10.139.363,84	186	19.838.096,46	58	106.084.734,06	1.592	136.062.194,36	1.836
201205	19.454.621,32	274	15.738.471,14	70	119.793.991,96	1.824	154.987.084,42	2.168
201206	5.897.061,35	120	7.854.918,08	28	55.920.009,00	765	69.671.988,43	913
201207	7.229.054,62	150	7.097.504,09	31	65.861.891,29	877	80.188.450,00	1.058
201208	7.444.040,22	189	7.406.519,06	30	72.694.730,11	945	87.545.289,39	1.164
201209	4.428.567,22	142	5.954.584,86	23	58.084.816,31	778	68.467.968,39	943
201210	8.014.744,41	216	4.405.370,50	19	69.053.935,36	888	81.474.050,27	1.123
201211	4.713.713,06	173	10.966.840,76	35	65.917.475,87	857	81.598.029,69	1.065
201212	7.593.567,09	163	7.230.562,28	28	55.748.236,10	661	70.572.365,47	852
201301	3.182.559,12	195	8.634.148,31	39	55.989.962,10	775	67.806.669,53	1.009
201302	6.396.417,89	147	7.712.309,95	37	50.692.625,65	657	64.801.353,49	841
201303	6.711.881,47	204	6.115.463,54	37	58.528.428,99	809	71.355.774,00	1.050
201304	9.403.629,65	284	9.282.929,21	41	75.924.810,58	998	94.596.848,35	1.323
201305	8.834.357,89	249	8.060.442,19	39	67.408.036,50	919	84.302.836,58	1.207
201306	4.807.538,90	207	5.605.014,98	28	47.299.781,27	764	57.712.335,15	999
201307	3.885.256,88	254	5.655.221,35	24	41.364.486,25	748	50.904.964,48	1.026
201308	5.215.275,06	262	6.174.885,04	31	37.641.182,05	712	49.031.342,15	1.005
201309	4.322.459,88	254	417.720,36	1	44.006.453,38	754	48.746.633,62	1.009
201310	5.180.165,69	316	0,00	0	39.045.154,89	701	44.225.320,58	1.017
201311	1.121.051,17	65	0,00	0	46.781.364,77	637	47.902.415,94	702
201312	585.817,59	97	0,00	0	46.994.411,70	556	47.580.229,29	653

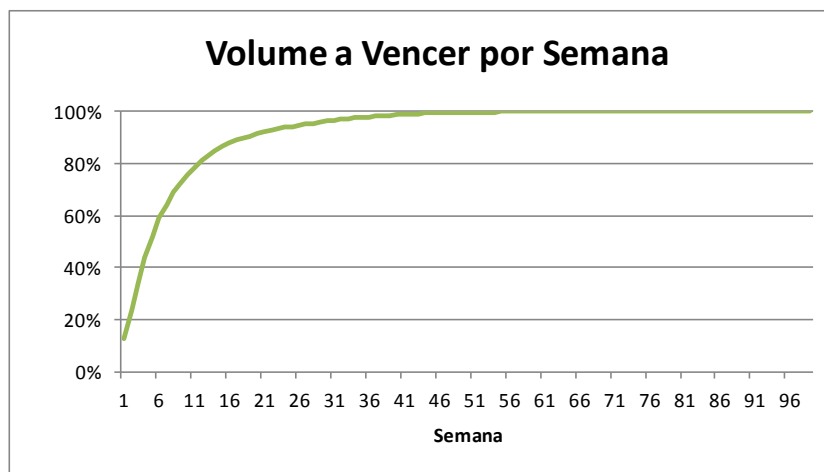
V= Valor Liberado (total de valor de aquisição dos direitos creditórios adquiridos no mês e por classe de ativos)

N= Número de Aquisições efetuadas no mês e por classe de ativos

O gráfico abaixo demonstra a evolução do volume de cessões por tipo de ativo, apresentando também a evolução mensal do total adquirido em milhares de reais.



O gráfico abaixo demonstra o prazo de vencimento cumulativo dos Direitos de Crédito que integram a carteira do **FUNDO**. Pode-se verificar que 80% da carteira vence em 11 semanas.



Em 31/12/2013 não existiu Cedente que represente mais de 2,29% dos créditos cedidos ao **FUNDO**. O Regulamento do **FUNDO**, em sua política de investimento, limita a 6% do patrimônio líquido do **FUNDO** o total de Direitos de Crédito cedidos por um mesmo Cedente e não representado por cédulas de crédito bancário, sendo a concentração máxima dos 4 maiores cedentes acrescido de 50% (cinquenta por cento) do total de Direitos de Crédito Elegíveis cedido pelo quinto maior cedente em conjunto limitada a 13,5% do Patrimônio Líquido.

Não há Devedor responsável pelo pagamento de mais de 3% (três por cento) dos Direitos de Crédito que integram a carteira do **FUNDO**. O quadro abaixo corrobora esta informação demonstrando o percentual referente a cada um dos 20 maiores Devedores em cada um dos tipos de direitos de créditos, bem como no total da carteira, na posição de 31/12/2013.

Carteira Total Maiores Devedores				
Ordem	Tipo	Valor	NPr	Perc
1	CCB	1.485.303,55	2	1,40%
2	CCB	1.469.869,53	2	1,39%
3	CCB	1.366.265,24	1	1,29%
4	CCB	1.308.508,23	1	1,24%
5	CCB	1.239.014,91	4	1,17%
6	CCB	1.210.898,60	2	1,14%
7	CCB	1.200.976,53	3	1,13%
8	CCB	1.105.606,12	1	1,04%
9	CCB	1.011.776,33	2	0,96%
10	CCB	993.735,96	3	0,94%
11	CCB	966.827,58	4	0,91%
12	CCB	917.038,31	1	0,87%
13	CCB	776.689,50	1	0,73%
14	DUP	722.865,08	44	0,68%
15	CCB	682.914,92	1	0,65%
16	DUP	667.000,00	1	0,63%
17	CCB	615.321,09	1	0,58%
18	DUP	601.881,49	22	0,57%
19	DUP	585.560,39	29	0,55%
20	DUP	534.494,56	23	0,50%
21	DUP	508.436,36	28	0,48%
22	DUP	478.804,28	48	0,45%
23	CCB	449.929,44	2	0,43%
24	DUP	411.000,00	2	0,39%
25	DUP	400.000,00	20	0,38%
25 maiores		21.710.718,00		20,51%
Total DC		105.860.294,17		

Legenda:

Tipos de direitos creditórios: CH Cheques DUP Duplicatas

NPr: Número de parcelas componentes do total devido(Valor)

Perc: Percentual da carteira total(TotalDC) devida.

As tabelas acima mostram que o maior devedor é responsável por 1,40% do risco total e que os vinte cinco maiores devedores respondem por 20,51% do risco total da carteira.

Considerando que o Regulamento do **FUNDO** prevê que o total de Direitos de Crédito de um mesmo Devedor e não representados por cédulas de crédito bancário não pode exceder 3% do patrimônio do Fundo, caso este percentual seja alcançado, este Devedor será identificado e as informações relevantes (tais como tipo societário, características gerais do seu negócio e demais dados exigidos pela CVM) serão divulgadas nos demonstrativos trimestrais do **FUNDO**.

Na hipótese de um Devedor atingir o percentual de 3%, cessarão, imediatamente, novas aquisições de Direitos de Crédito referentes a tal Devedor, já que o respeito a o este percentual máximo é um dos Critérios de Elegibilidade para os direitos creditórios não representados por CCB s.

Além da existência de Quotas Subordinadas, não há quaisquer reforços de créditos e/ou outras garantias existentes em relação às Quotas Seniores ofertadas.

Nos contratos firmados com os Cedentes do Fundo não há previsão de eventos que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos créditos cedidos.

O **FUNDO** tem mantido sua razão de garantia, de acordo com o regulamento atual em 80%, ou seja, no mínimo 20% (quinze por cento) de seu Patrimônio Líquido devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos será representado por Quotas Subordinadas.

5. FATORES DE RISCO

5.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1.1. A **ADMINISTRADORA** utiliza, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a carteira do Fundo e modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados.

5.1.2. Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de a **ADMINISTRADORA** manter sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista.

5.2. FATORES DE RISCO

5.2.1. Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **GESTORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

5.2.2. Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos, pelos Devedores dos Direitos de Crédito ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor/Devedor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (ii) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **GESTORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **GESTORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Outrossim, a realização de operações com derivativos, mesmo para fins exclusivos de proteção da carteira, pode, em cenários extremos, **possibilitar ao FUNDO auferir Patrimônio Líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Quotistas. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.**
- (iv) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.
- (v) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em um único Devedor de Direitos de Crédito, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Devedor.
- (vi) **RISCO DE DESCASAMENTO:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as Quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **GESTORA**, sempre que possível e houver necessidade, com o objetivo único de proteger a carteira do **FUNDO**, contratará operações de derivativos. No entanto, há a possibilidade de a **GESTORA** não conseguir contratar tais operações. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Quotas, inclusive seniores.

- (vii) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Devedores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.
- (viii) **RISCO DECORRENTE DA MULTIPLICIDADE DE CEDENTES (RISCO DO ORIGINADOR):** O **FUNDO** está apto a adquirir direitos de crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Devedores podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos de Crédito Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Cliente e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente. Além disso, o **FUNDO** está sujeito aos riscos específicos de cada Cedente, incluindo, por exemplo e se aplicável, os riscos relacionados à natureza cíclica do respectivo setor de atuação, aos custos, suprimentos e concorrência no mercado de atuação, riscos operacionais específicos de cada Cedente, legislação ambiental (quando aplicável), efeitos da política econômica do governo. Na medida em que há múltiplos Cedentes que não previamente conhecidos, não há como identificar e individualizar previamente tais riscos.
- (ix) **RISCOS DECORRENTES DOS NEGÓCIOS E DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO DEVEDOR:** considerando que o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Devedor não poderá exceder a 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, é necessário considerar os riscos decorrentes de tais percentuais de concentração, vez que quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor, maior o risco de uma eventual inadimplência deste Devedor afetar negativamente o Patrimônio Líquido do **FUNDO** proporcionalmente à referida concentração, sendo necessário ainda considerar o risco de crédito, os negócios e a situação financeira de tais agentes.
- (x) **RISCOS DO MERCADO SECUNDÁRIO:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xi) **RISCO DA COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xii) **RISCO DE RESGATE DAS QUOTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- (xiii) **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS AMORTIZAÇÕES:** Dado o caráter rotativo dos procedimentos de cessão de direitos creditórios, com os recursos recebidos sendo reinvestidos em novas aquisições, poderá haver atraso no pagamento das amortizações de quotas, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xiv) **RISCO DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades decorrentes da eventual formalização inadequada dos Documentos Representativos de Crédito, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- (xv) **RISCO DE ORIGINAÇÃO:** Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, da **GESTORA**, da **CONSULTORA** e do **AGENTE DE DEPÓSITO** na prestação de seus serviços e na esfera de suas respectivas responsabilidades, o **FUNDO** poderá adquirir direitos creditórios que estejam sujeitos à rescisão ou à existência de vícios, inclusive de formalização, nos instrumentos que deram origem aos referidos direitos de crédito. O **FUNDO** também poderá ter dificuldade em adquirir direitos de crédito em montante suficiente para atender ao cumprimento das metas de rentabilidade das suas Quotas. A rescisão ou a existência de vícios com

relação aos direitos de crédito adquiridos, bem como a eventual dificuldade em encontrar Direitos de Crédito Elegíveis que possam ser adquirido pelo **FUNDO** poderá prejudicar a rentabilidade do **FUNDO** e a dos Quotistas.

- (xvi) **RISCOS DE EXEQUIBILIDADE DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO:** A Cédula de Crédito Bancário é um título de crédito criado pela Lei Federal nº 10.931 de 02 de agosto de 2004. De acordo com esta Lei, a cédula de crédito bancário é um título executivo extrajudicial. Assim sendo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento do Devedor é mais célere. Entretanto, verifica-se atualmente uma série de questionamentos judiciais e de decisões de tribunais de justiça estaduais no sentido de que a Cédula de Crédito Bancário não possui força executiva, sob a alegação de que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de forma estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei 10.931/04 não seriam válidas. Neste caso, a cédula de crédito bancário não poderia ser considerada título executivo extrajudicial e, portanto, sua exequibilidade estaria comprometida. Como o **FUNDO**, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos de Crédito representados por cédulas de crédito bancário, há o risco da exequibilidade dos referidos títulos ser judicialmente contestada, dificultando a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos representados por cédulas de crédito bancário.
- (xvii) **RISCO PROVENIENTE DA FALTA DE REGISTRO DOS CONTRATOS DE CESSÃO:** Por se tratar de um **FUNDO** que poderá adquirir Direitos de Crédito de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o **FUNDO** adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos a mais de um cessionário.
- (xviii) **RISCO DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA E A GESTORA:** Nos termos do Artigo 5º, Parágrafo 1º do Regulamento, o **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**, apresentando riscos de conflito de interesses decorrente de tais operações. Considerando-se que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** não operam com direitos de crédito, o conflito de interesses restringe-se às operações descritas no artigo 5º alíneas “a” e “b” do Regulamento do **FUNDO**. Dessa forma está restrito à precificação não otimizada de operações com Títulos de Emissão do Tesouro Nacional e Títulos de Emissão do Banco Central do Brasil que podem prejudicar a rentabilidade total do **FUNDO**.
- (xix) **INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLEMENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** Com exceção dos financiamentos de vendas a prazo, dada a natureza diversificada dos Direitos Creditórios Elegíveis que serão adquiridos pelo **FUNDO**, não há um estudo específico contendo informações e estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de direitos creditórios representados por duplicatas, duplicatas digitais e cédulas de crédito bancário.
- (xx) **POSSIBILIDADE DE OS DIREITOS DE CRÉDITO VIREM A SER ALCANÇADOS POR OBRIGAÇÕES DOS CEDENTES OU DE TERCEIROS:** Tendo em vista que o **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito realizados pelos Cedentes, todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO**, decorrentes da liquidação desses Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO** pelos Devedores, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelos Cedentes ou por qualquer terceiro. Caso os Cedentes ou qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO** venham a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou penhorada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do **FUNDO** não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a conta corrente do **FUNDO**, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Além disso, a eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes não afetará, do ponto de vista de risco de crédito, o patrimônio líquido do **FUNDO** nem ensejará a desconsideração das cessões dos Direitos de Crédito celebradas nos termos do Contrato de Cessão, uma vez que as cessões são realizadas em caráter definitivo para o **FUNDO**, estando teoricamente ausentes as condições relacionadas no artigo 130 da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (“Nova Lei de Falências”), nos artigos 158 e 159 do Código Civil Brasileiro e no artigo 593 do Código de Processo Civil. Entretanto, mesmo assim os recursos de titularidade do **FUNDO** que se encontrem na posse dos Cedentes ou de qualquer terceiro podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, o que pode gerar prejuízos para o **FUNDO** e seus Quotistas.
- (xxi) **POSSIBILIDADE DE EVENTUAIS RESTRIÇÕES DE NATUREZA LEGAL OU REGULATÓRIA:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA**, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o **FUNDO**. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao **FUNDO** poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do **FUNDO** e o horizonte de investimento dos Quotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos Quotistas.
- (xxii) **POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS PELA CONSULTORA:** A **CONSULTORA** poderá adquirir Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da carteira do **FUNDO**. Todavia, referida aquisição é uma mera faculdade e liberalidade da **CONSULTORA**, não havendo qualquer obrigação

legal, regulamentar ou contratual de a **CONSULTORA** adquirir referidos Direitos de Crédito Inadimplidos. A não aquisição dos Direitos de Crédito Inadimplidos, por parte da **CONSULTORA**, pode afetar negativamente o patrimônio líquido do **FUNDO** e, conseqüentemente, a valorização das quotas.

- (xxiii) **RISCO DE PRÉ-PAGAMENTO:** Os Devedores podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito de Crédito, observados os termos e condições nos instrumentos que formalizarem os Direitos de Crédito. Este evento pode implicar no recebimento, pelo **FUNDO**, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do crédito, resultando na redução da rentabilidade geral do **FUNDO**.
- (xxiv) **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** Conforme previsto no Regulamento, o **FUNDO** poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Quotas Seniores, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo **FUNDO**, não sendo devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pela **GESTORA**, pela **CONSULTORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. O regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do **FUNDO** e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Soberanos. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Soberanos recebidos quando da liquidação do **FUNDO** ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.
- (xxv) **RISCO DE QUESTIONAMENTO DA VALIDADE EFICÁCIA DA CESSÃO:** Os Direitos de Crédito podem ser questionados judicialmente quanto (i) à formalização dos Documentos Representativos do Crédito; e (ii) à forma de cobrança. Nessas hipóteses, os Direitos de Crédito poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido. Ademais, a cessão de Direitos de Crédito poderá ser invalidada ou tornar-se ineficaz por determinação judicial, nos casos especificados em lei, o que afetará a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO**.
- (xxvi) **RISCO DE FUNGIBILIDADE:** Na hipótese de os Devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente para uma Cedente, tal Cedente deverá repassar tais valores ao **FUNDO**, nos termos do Contrato de Cessão. Caso haja qualquer problema de crédito dos Cedentes, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o **FUNDO** poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas.
- (xxvii) **RISCO DE GOVERNANÇA:** Caso o **FUNDO** venha a emitir novas Quotas Subordinadas ou novas Quotas Seniores, a proporção da participação corrente detida pelos Quotistas no **FUNDO** poderá ser alterada e os novos Quotistas poderão, mediante deliberação em Assembleia Geral, aprovar modificações no Regulamento.
- (xxviii) **RISCO DECORRENTE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO CEDENTE PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO:** Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo **FUNDO** terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos, pelo fato do **FUNDO** adquirir Direitos de Crédito de vários Cedentes (fundo multicedente). Para assegurar que os Cedentes, no mínimo, tenham a mesma política de crédito adotada pelo **FUNDO** ao analisar os Direitos de Crédito ofertados, a **CONSULTORA** monitora a concessão de crédito dos Cedentes aos Devedores e, antes de qualquer cessão para o **FUNDO**, procede à análise de crédito do Cedente e do Devedor responsável pelo pagamento de cada Direito de Crédito ofertado ao **FUNDO**. Contudo, ainda que a **CONSULTORA** submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Quotas Seniores pode ser afetada adversamente. Ademais, é possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor cujos Direitos de Crédito foram cedidos ao **FUNDO**. Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos de Crédito, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade dos Quotistas.
- (xxix) **RISCO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CRÉDITO.** Nos termos do Contrato de Cessão, Cedente obriga-se a transferir ao Agente de Depósito os Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma e em local previamente informado pelo Custodiante, em até 15 (quinze dias) Dias Úteis após cada Data de Aquisição e Pagamento. Na hipótese de a Cedente não entregar ao Agente de Depósito os Documentos Representativos de Crédito no prazo acima, a cessão dos Direitos Creditórios Cedidos cujos Documentos Representativos de Crédito não tiverem sido entregues será resiliada de pleno direito, observado o disposto no Contrato de Cessão. Assim, é possível que nem todos os Direitos Creditórios ofertados e aprovados, nos termos do presente Regulamento, permaneçam na carteira do Fundo após a respectiva Data de Aquisição e Pagamento.
- (xxx) **RISCO DE CONCILIAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS EXTRA COBRANÇA:** Existe a possibilidade de chegada de recursos em contas de cobrança do **FUNDO** por outros meios de pagamento que não a cobrança bancária. Atrasos

nessa conciliação em razão de dificuldades de identificação dos recursos pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido causando prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas.

- (xxxii) **GUARDA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS.** O **CUSTODIANTE** será fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo **CUSTODIANTE** ou por qualquer instituição subcontratada por este para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Devedores pelo Agente de Cobrança, podendo gerar perdas ao **FUNDO** e, consequentemente, aos seus Cotistas. Adicionalmente, eventos que fogem ao controle do **CUSTODIANTE** ou de seu contratado, tais como mas não se limitando a incêndio, inundação ou outros eventos de força maior, poderão causar a perda dos Documentos Comprobatórios e consequentemente gerar perdas ao **FUNDO** e aos seus Cotistas.
- (xxxiii) **DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

5.2.3. A administração e a gestão do **FUNDO** orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento do **FUNDO**, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pelos diretores da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA**, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento. A **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA**, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento, privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por seus profissionais, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira. Os riscos a que está exposto o **FUNDO** e o cumprimento da política de investimento do **FUNDO**, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Regulamento apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para seus investidores.

5.2.4. As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

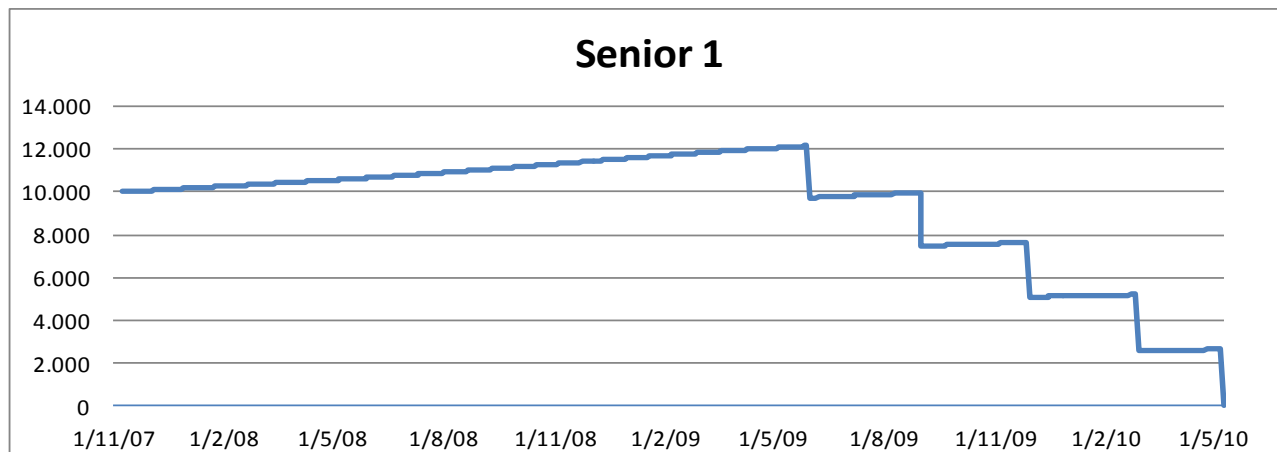
6. HISTÓRICO DAS SÉRIES ANTERIORES

6.1. HISTÓRICO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 1ª Série teve prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 08/11/2007.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possuía um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 111% (cento e onze por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia calculada e divulgada pela CETIP.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 1ª série senior.



Foram distribuídas, na 1ª Série, 4.000 quotas com valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) sendo que foram subscritas e integralizadas 3.998,323 quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO**, perfazendo o total de R\$ 41.273.543,59. O saldo remanescente 1,677 quotas foi cancelado.

A distribuição da 1ª Série se encerrou em 05/05/2008.

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	2.669,407	86
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	1.013,425	9
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	315,491	7
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	3.998,323	102

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores, as Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO** tiveram seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo e de acordo com o seguinte cronograma:

01/06/2009	1/5	30/11/2009	1/3
30/08/2009	1/4	01/03/2010	1/2

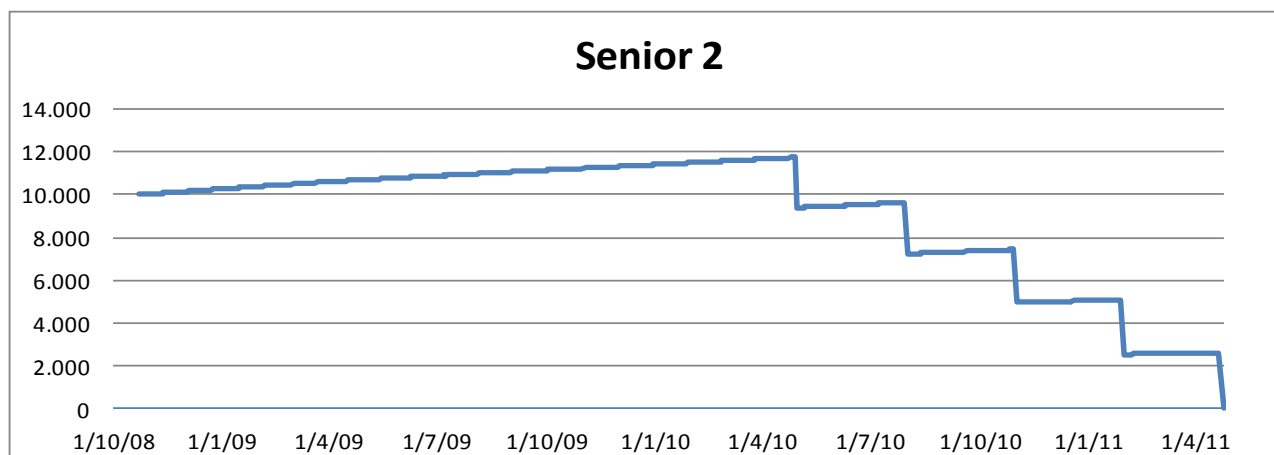
O resgate da 1ª Série de Quotas Seniores ocorreu em 08/05/2010.

6.2. HISTÓRICO DA 2ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 2ª Série teve prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 21/10/2008.

A 2ª Série possuía um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 111% (cento e onze por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia calculada e divulgada pela CETIP.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 2ª série senior.



Foram distribuídas publicamente e integralizadas 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A distribuição da 2ª Série se encerrou em 02/09/2009.

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	3.348,47415	102
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	340,55435	8
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	310,97150	8
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	4.000,00	118

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores, as Quotas Seniores da 2ª Série do **FUNDO** tiveram seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

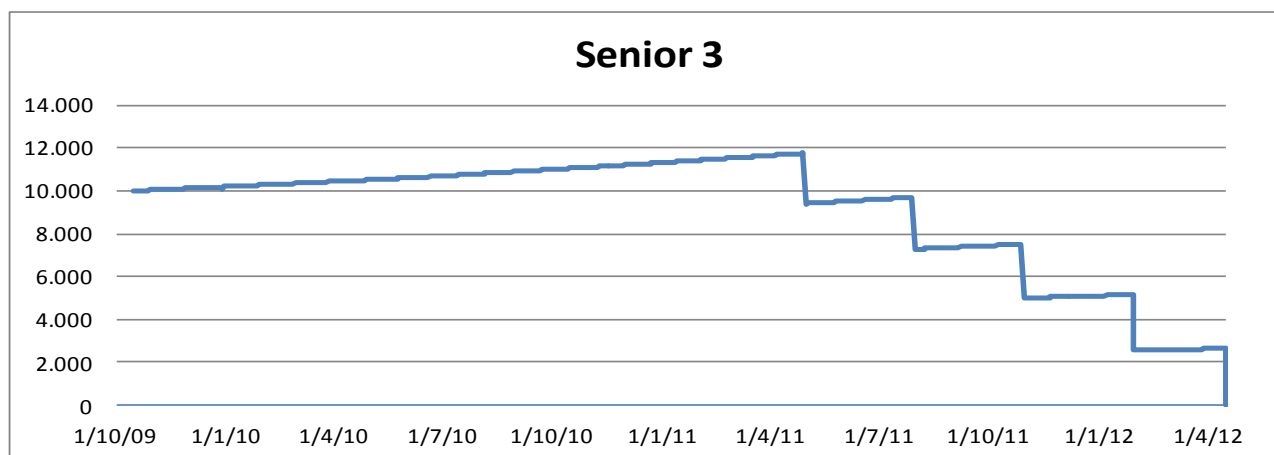
30/04/2010	1/5	01/11/2010	1/3
02/08/2010	1/4	31/01/2011	1/2

O resgate da 2ª Série de Quotas Seniores ocorreu em 25/04/2011.

6.3. HISTÓRICO DA 3ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 3ª Série tem prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 16/10/2009. As Quotas Seniores da 3ª Série possuem *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 100% (cem por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia, divulgada pela CETIP, acrescido de 1,1% (um vírgula um por cento) ao ano.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 3ª série senior.



Foram ofertadas publicamente 5.000 (cinco mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo sido distribuídas 5.991,91 (cinco mil novecentas e noventa e uma quotas e noventa e um centésimos).

A distribuição da 3ª Série se encerrou em 06/08/2010

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	4.164,56	110
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	1.397,79	11
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	437,56	10
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	5.999,91	131

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização as Quotas Seniores da 3ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados conforme o seguinte cronograma:

02/05/2011	1/5	31/10/2011	1/3
01/08/2011	1/4	31/01/2012	1/2

O resgate das Quotas Seniores ocorreu em 16/04/2012.

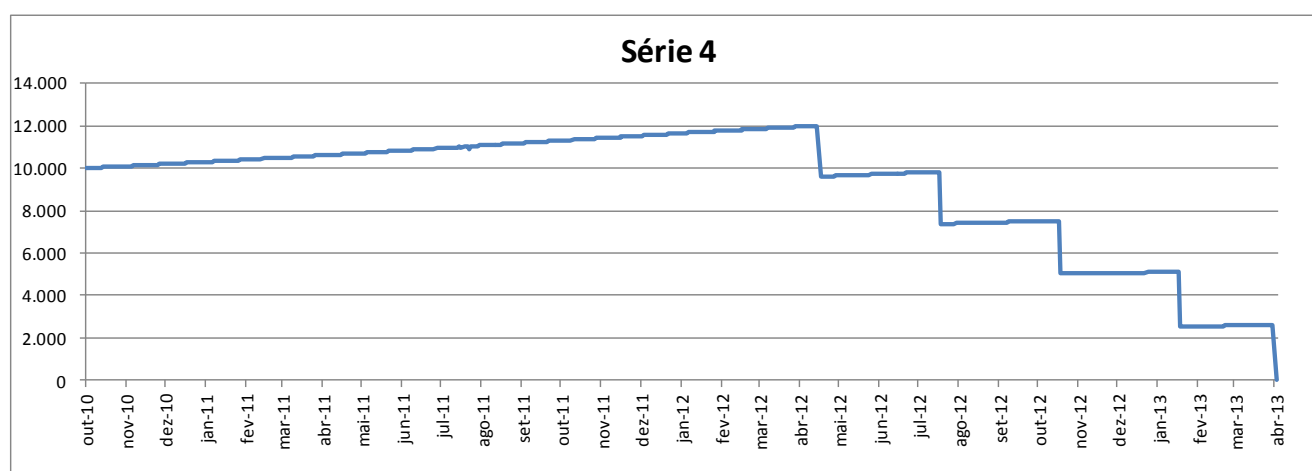
6.4. HISTÓRICO DA 4ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 4ª Série tem prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 14/10/2010.

A 4ª Série possui o seguinte *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo:

113% da variação do CDI para taxa CDI inferior a 11% ao ano
 112% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 11% e inferior a 12% ao ano
 111% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 12% e inferior a 13% ao ano
 110% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 13% e inferior a 18% ao ano
 109% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 18% e inferior a 20% ao ano
 108% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 20% e inferior a 22% ao ano
 107% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 22% e inferior a 25% ao ano
 106% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 25% e inferior a 30% ao ano
 105% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 30% e inferior a 35% ao ano
 104% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 35% e inferior a 40% ao ano
 103% da variação do CDI para taxa CDI igual ou superior a 40%

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas frente ao CDI – CETIP.



Foram ofertadas publicamente, 6.000 (seis mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) tendo sido distribuídas 6.869,44 (Seis mil, oitocentos e sessenta e nove e quarenta e quatro centésimos).

A distribuição da 4ª Série se encerrou em 22/08/2011.

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	5.391,77	119
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	617,50	10
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	860,18	9
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	6.869,45	138

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores, as Quotas Seniores da 4ª Série do **FUNDO** tiveram seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo e de acordo com o seguinte cronograma:

30/04/2012	1/5	31/10/2012	1/3
31/07/2012	1/4	31/01/2013	1/2

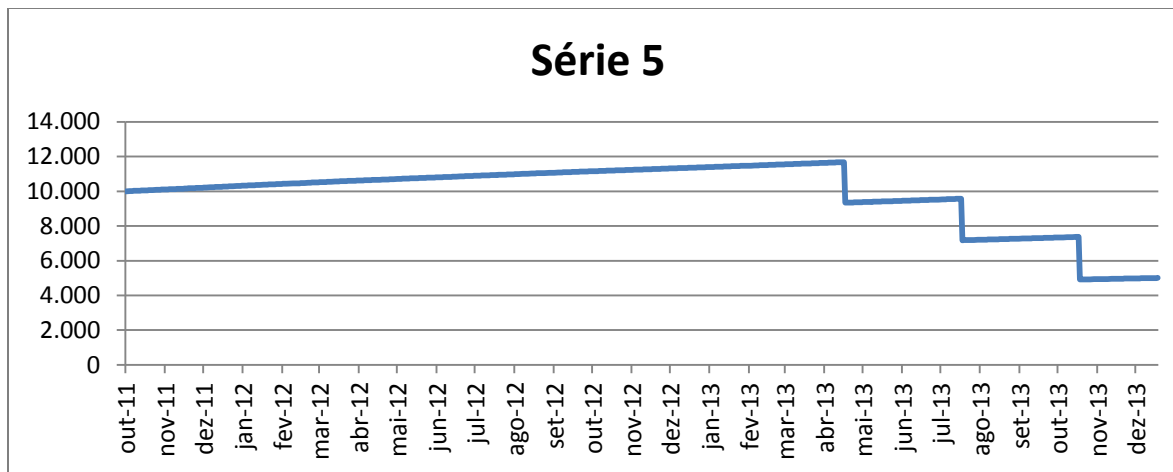
O resgate da 4ª Série de Quotas Seniores ocorrerá em 14/04/2013.

6.5. HISTÓRICO DA 5ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 5ª Série tem prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 14/10/2011

As Quotas Seniores da 5ª Série possuem *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 100% (cem por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia, divulgada pela CETIP, acrescido de 2% (dois por cento) ao ano.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 5ª série senior.



Foram ofertadas publicamente 5.000 (cinco mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo sido distribuídas 6.416,53 (seis mil quatrocentos e dezesseis quotas e cinquenta e três centésimos).

A distribuição da 5ª Série se encerrou em 02/05/2012

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	4.012,41	107
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	1285,55	7
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	1.118,57	10
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	6.416,53	124

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização as Quotas Seniores da 5ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados conforme o seguinte cronograma:

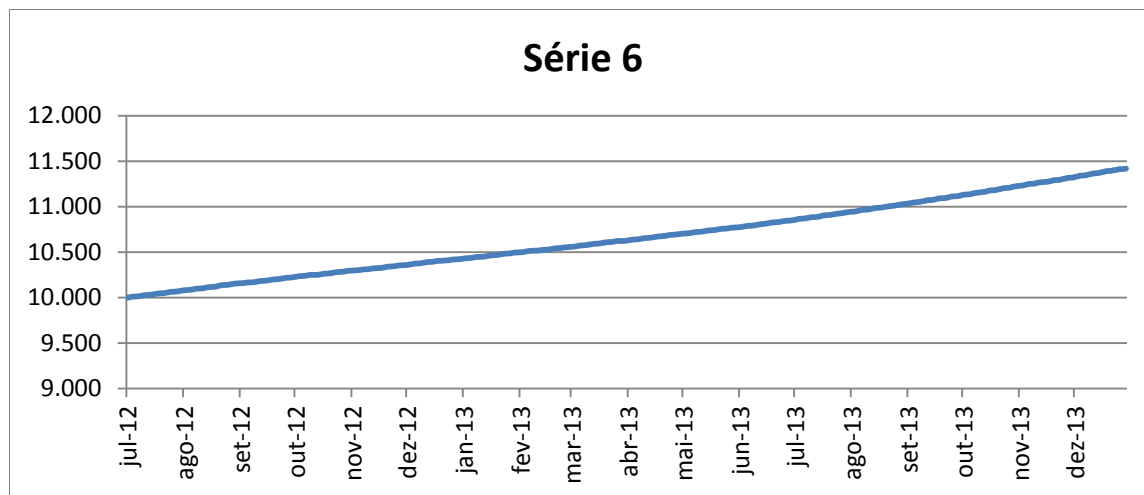
30/04/2013	1/5	31/10/2013	1/3
31/07/2013	1/4	31/01/2014	1/2

O resgate das Quotas Seniores ocorrerá em 14/04/2014.

6.6. HISTÓRICO DA 6ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 6ª Série tem prazo de 30 (trinta) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 03/07/2012. As Quotas Seniores da 6ª Série possuem *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 118% (cento e dezoito por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia calculada e divulgada pela CETIP.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 6ª série senior.



Foram ofertadas publicamente 6000 (seis mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo sido distribuídas 5.819,06 (cinco mil oito centos e dezenove e seis centésimos).

A distribuição da 6ª Série se encerrou em 11/06/2013.

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;	4.250,6000	103
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	1.339,7000	13
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;		
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;	228,7647	4
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	5.819,0647	120

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização as Quotas Seniores da 6ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados conforme o seguinte cronograma:

30/04/2013	1/5	31/10/2013	1/3
31/07/2013	1/4	31/01/2014	1/2

O resgate das Quotas Seniores ocorrerá em 02/01/2015.

6.7. HISTÓRICO DA 7ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Embora a emissão da 7ª Série de Quotas Seniores do **FUNDO** tenha sido aprovada pela Assembleia Geral de Quotistas realizada em 13/06/2013, inclusive com a aprovação de inclusão do suplemento contendo as características da referida emissão no Regulamento, por circunstâncias adversas de mercado à época, a 7ª Série de Quotas Seniores será distribuída simultaneamente com a 9ª série, objeto do presente Prospecto, após registro perante a CVM.

As Quotas Seniores da 7ª Série possui *benchmark* correspondente à variação do CDI acrescido de 2,5% ao ano.

Serão ofertadas publicamente até 6.000 (seis mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização as Quotas Seniores da 7ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados conforme o seguinte cronograma:

18º mês	1/5	24º mês	1/3
21º mês	1/4	27º mês	1/2

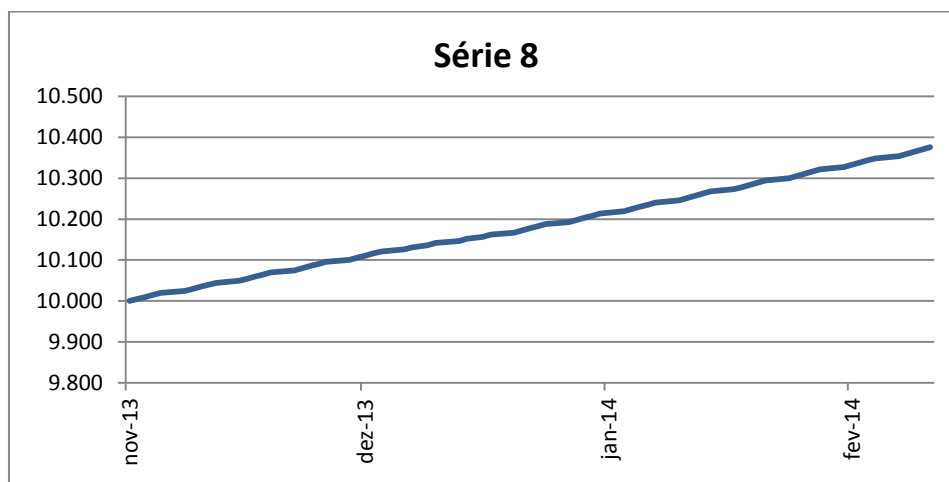
O resgate das Quotas Seniores ocorrerá no 30º (trigésimo) mês, contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores.

6.8. HISTÓRICO DA 8ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

A 8ª Série teve prazo de 35 (trinta e cinco) meses, contados da data da primeira integralização que ocorreu em 18/11/2013.

A 8ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possuía um *benchmark* de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e em jornais de circulação nacional. O *benchmark* corresponde à variação do CDI acrescido de 3,5% ao ano.

O gráfico abaixo apresenta o comportamento das quotas da 8ª série senior.



Foram ofertadas publicamente 6000 (seis mil) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), tendo sido distribuídas 5.722,29321280. As Quotas Seniores que não foram distribuídas foram canceladas pela **ADMINISTRADORA**.

A distribuição da 8ª Série se encerrou em 10 de julho de 2014.

No quadro abaixo, seguem informações referentes ao tipo de investidor que adquiriu as quotas, respectiva quantidade de quotas e número de subscritores ou adquirente:

Tipo de Investidor:	Quantidade de Quotas Adquiridas	Número de Subscritores ou Adquirentes
6.1 Pessoas físicas;		
6.2 Clubes de investimento;		
6.3 Fundos de investimento;	5.625,76458729	23
6.4 Entidades de previdência privada;		
6.5 Companhias seguradoras;		
6.6 Investidores estrangeiros;		
6.7 Instituições Intermediárias participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.8 Instituições financeiras ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.9 Demais instituições financeiras;	96,52862551	1
6.10 Demais pessoas jurídicas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003;		
6.11 Demais pessoas jurídicas;		
6.12 Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à emissora e/ou aos participantes do eventual consórcio de que trata o artigo 34 da ICVM nº 400/2003 e		
6.13 Outros (especificar).		
Total:	5.722,29321280	24

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de Quotas Seniores, as Quotas Seniores da 8ª Série do **FUNDO** tiveram seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo e de acordo com o seguinte cronograma:

01/06/2015	1/7	31/08/2015	1/6
30/11/2015	1/5	29/02/2016	1/4
31/05/2016	1/3	31/08/2016	1/2

O resgate da 8ª Série de Quotas Seniores ocorrerá em 18/10/2016.

7. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM FUNDO E A OFERTA

7.1. RELAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES (RELAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONFLITO DE INTERESSES)

Relação entre a ADMINISTRADORA e a GESTORA

Por se tratar de empresas do mesmo grupo econômico, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a **ADMINISTRADORA** atua como instituição administradora de todos os fundos geridos pela **GESTORA**.

Relação entre a ADMINISTRADORA e o CUSTODIANTE

A **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, existem outros fundos de investimentos que são administrados pela **ADMINISTRADORA** e custodiados pelo **CUSTODIANTE**.

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a ADMINISTRADORA e a CONSULTORA

A Administradora e a **CONSULTORA** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto a **ADMINISTRADORA** e a **CONSULTORA** não possuem em comum quaisquer fundos de investimento em direitos creditórios do qual a **CONSULTORA** é a consultora de créditos e nos quais a Administradora exerce as funções de administradora. A contratação da **CONSULTORA** nesse caso foi feita pelo prazo de duração do **FUNDO**, estando a remuneração a ela devida pelos serviços ao fundo em questão estabelecida no Contrato de Consultoria celebrado entre a **CONSULTORA** e o fundo em questão. Os honorários da **CONSULTORA** pelos serviços por ela prestados ao Fundo encontram-se estabelecidos no Contrato de Consultoria celebrado entre a **CONSULTORA** e o **FUNDO**, representado pela **ADMINISTRADORA**. As remunerações devidas à **CONSULTORA** pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

Adicionalmente, na data deste Prospecto a **ADMINISTRADORA** e a **CONSULTORA** não participavam de negociações para a constituição de outros fundos de investimento em direitos creditórios que contarão com a prestação de serviços de ambas. Caso, no futuro, a **ADMINISTRADORA** venha a contratar a **CONSULTORA** para atuar como consultora de carteira de um novo fundo, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a **CONSULTORA** e tal fundo, representado pela **ADMINISTRADORA**, sendo as responsabilidades e remuneração da **CONSULTORA** estabelecidos para tal fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre a **CONSULTORA** e a **ADMINISTRADORA**.

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e a **CONSULTORA** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a ADMINISTRADORA e o AGENTE DE DEPÓSITO

A **ADMINISTRADORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto a **ADMINISTRADORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** não possuem em comum quaisquer fundos de investimento em direitos creditórios do qual o **AGENTE DE DEPÓSITO** figura como responsável pela guarda do lastro de direitos creditórios e nos quais a **ADMINISTRADORA** exerce as funções de administradora. A contratação do **AGENTE DE DEPÓSITO** nesse caso foi feita pelo prazo de duração do **FUNDO**, estando a remuneração a ela devida pelos serviços ao fundo em questão estabelecida no Contrato de Depósito celebrado entre a **CONSULTORA** e o **CUSTODIANTE**. Os honorários da **CONSULTORA** pelos serviços por ela prestados ao Fundo encontram-se estabelecidos no Contrato de Depósito celebrado entre a **CONSULTORA** e o **FUNDO**, representado pela **ADMINISTRADORA**. As remunerações devidas à **CONSULTORA** pelos serviços por ela prestados a cada um dos fundos são independentes entre si.

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relacionamento entre a ADMINISTRADORA e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** encontra-se responsável pela administração de outros fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

Os honorários para a auditoria do Fundo foram aprovados pela **ADMINISTRADORA**. Com base nas propostas de auditoria aprovadas pela **ADMINISTRADORA** até a data deste Prospecto, para todos os fundos de investimento por ele administrados e auditados pelos Auditores Independentes.

A **ADMINISTRADORA** não contratou serviços dos Auditores Independentes relacionados aos fundos por ela administrados, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada pela **ADMINISTRADORA** atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Relação entre a ADMINISTRADORA e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto existiam outros fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela **ADMINISTRADORA** que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda., sendo que a contratação e remuneração paga à Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda., exclusivamente pela prestação dos serviços classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto não existiam entre a **ADMINISTRADORA** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a GESTORA e a CONSULTORA

A **GESTORA** e a **CONSULTORA** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, não existiam outros fundos de investimento que são geridos pela **GESTORA** e contam com a consultoria especializada da **CONSULTORA**.

Na data deste Prospecto, a **GESTORA** e a **CONSULTORA** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a GESTORA e o AGENTE DE DEPÓSITO

A **GESTORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, não existiam outros fundos de investimento que são geridos pela **GESTORA** e contam com os serviços do **AGENTE DE DEPÓSITO**.

Na data deste Prospecto, a **GESTORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

Relação entre a GESTORA e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto, a **GESTORA** encontra-se responsável pela gestão de outros fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a **GESTORA** e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a GESTORA e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto não existiam outros fundos de investimento em direitos creditórios geridos pela Gestora que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. A remuneração e demais condições comerciais

contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a **GESTORA** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

*Relação entre o **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA***

O **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, não existem outros fundos de investimento que são custodiados pelo **CUSTODIANTE** e que contam com a consultoria especializada da **CONSULTORA**.

Na data deste Prospecto, o **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

*Relação entre o **CUSTODIANTE** e o **AGENTE DE DEPÓSITO***

O **CUSTODIANTE** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, existiam outros fundos de investimento que são custodiados **CUSTODIANTE** e contam com os serviços do **AGENTE DE DEPÓSITO**.

Na data deste Prospecto, o **CUSTODIANTE** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

*Relação entre o **CUSTODIANTE** e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, o **CUSTODIANTE** encontra-se responsável pela custódia de outros fundos de investimentos que são auditados pelos Auditores Independentes. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre o **CUSTODIANTE** e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

*Relação entre o **CUSTODIANTE** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.*

Na data deste Prospecto existiam outros fundos de investimento em direitos creditórios custodiados pela **CUSTODIANTE** que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Adicionalmente, na data deste Prospecto o **CUSTODIANTE** e a Austin Ratings Serviços Financeiros participavam de negociações para a estruturação de outros fundos de investimento em direitos creditórios que contarão com a prestação de serviços de ambas. Caso, no futuro, o **CUSTODIANTE** e a Austin Ratings Serviços Financeiros venham prestar serviços para um novo fundo em comum, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a cada uma delas e tal fundo, sendo as responsabilidades e remuneração de cada uma estabelecidos para tal fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre ambas.

Na data deste Prospecto não existiam entre o **CUSTODIANTE** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relações entre a CONSULTORA e Demais Prestadores de Serviços ao Fundo

*Relação entre a **CONSULTORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO***

A **CONSULTORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** nunca tiveram e não possuem qualquer relacionamento societário.

Na data deste Prospecto, além do Fundo objeto deste Prospecto, não existem outros fundos de investimento que contam com a consultoria especializada da **CONSULTORA** e contam com os serviços do **AGENTE DE DEPÓSITO**.

Na data deste Prospecto, a **CONSULTORA** e o **AGENTE DE DEPÓSITO** não mantinham qualquer relacionamento comercial entre si além do acima mencionado e daqueles descritos neste Prospecto.

*Relação entre a **CONSULTORA** e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, a **CONSULTORA não** atuava como consultora especializada de outros fundos de investimento que são auditados pelos Auditores Independentes, incluído o fundo objeto deste Prospecto. Os honorários de auditoria são estabelecidos pela administradora dos mesmos de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre a **CONSULTORA** e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

*Relação entre a **CONSULTORA** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.*

Na data deste Prospecto não existiam outros fundos de investimento em direitos creditórios para os quais a **CONSULTORA** atuava como consultora especializada e que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. A remuneração e demais condições comerciais contratada entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Adicionalmente, na data deste Prospecto a **CONSULTORA** e a Austin Ratings Serviços Financeiros participavam de negociações para a estruturação de outros fundos de investimento em direitos creditórios que contarão com a prestação de serviços de ambas. Caso, no futuro, a Consultora e a Austin Ratings Serviços Financeiros venham prestar serviços para um novo fundo em comum, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a cada uma delas tal fundo, sendo as responsabilidades e remuneração de cada uma estabelecidos para tal fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre ambas.

Na data deste Prospecto não existiam entre a Consultora e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relações entre o AGENTE DE DEPÓSITO e Demais Prestadores de Serviços ao FUNDO

*Relação entre o **AGENTE DE DEPÓSITO** e o Auditor Independente*

Na data deste Prospecto, o **AGENTE DE DEPÓSITO** não prestava serviços de guarda de lastro de direitos creditórios para outros fundos de investimento que são auditados pelos Auditores Independentes, além do fundo objeto deste Prospecto.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão, é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos, sendo que nenhuma das partes tem ingerência, influência ou participação nos termos e condições comerciais da outra parte.

Na data deste Prospecto não existiam entre o **AGENTE DE DEPÓSITO** e o Auditor Independente relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

*Relação entre o **AGENTE DE DEPÓSITO** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.*

Na data deste Prospecto não existiam outros fundos de investimento em direitos creditórios para os quais o **AGENTE DE DEPÓSITO** prestava serviços de guarda de lastro de direitos creditórios e que contavam com a prestação de serviços da Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda.

Na data deste Prospecto não existiam entre o **AGENTE DE DEPÓSITO** e a Austin Ratings Serviços Financeiros Ltda. relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Além do relacionamento descrito acima, os participantes não possuem relações comerciais consistentes em empréstimos ou contratos diversos dos referentes ao relacionamento acima descrito.

O **FUNDO** adquire direitos de crédito de diversos Cedentes, sendo que cabe à **CONSULTORA** cadastrá-los. A **ADMINISTRADORA** não possui relação com os Cedentes. Até onde a **ADMINISTRADORA** tem conhecimento, o **CUSTODIANTE** e o Auditor Independente também não tem relacionamento com os Cedentes.

ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO

REGULAMENTO DO MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ/MF n.º 09.137.729/0001-89

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DO FUNDO E DO PÚBLICO ALVO	85
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO	85
CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO	85
E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	85
CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO	88
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	89
CAPÍTULO VI – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	89
CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA.....	90
CAPÍTULO VIII - DA GESTÃO E DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO DA GESTORA	90
CAPÍTULO IX - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	92
CAPÍTULO X – DO AGENTE DE DEPÓSITO	94
CAPÍTULO XI - DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA	94
CAPÍTULO XII –DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	95
CAPÍTULO XIII – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DA TAXA DE PERFORMANCE	95
CAPÍTULO XIV –DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS.....	96
CAPÍTULO XV – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	97
CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS	97
CAPÍTULO XVII - DA RAZÃO DE GARANTIA.....	101
CAPÍTULO XVIII – DOS FATORES DE RISCO	102
CAPÍTULO XIX - DA ASSEMBLEIA GERAL.....	109
CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO	111
CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	113
CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	114
CAPÍTULO XXIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	115
CAPÍTULO XIV – DO FORO.....	115
ANEXO I – DEFINIÇÕES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO II - INFORMAÇÕES CADASTRAIS MÍNIMAS DOS CEDENTES DO MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO III -POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO IV – POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOSERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
ANEXO V - SUPLEMENTO DA 7ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO VI - SUPLEMENTO DA 8ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO VII SUPLEMENTO DAS QUOTAS SUBORDINADAS PREFERENCIAIS CERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	

REGULAMENTO
MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO
EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CAPÍTULO I - DO FUNDO E DO PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento (o “Regulamento”), pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: Os termos e expressões constantes deste Regulamento e de seus Anexos, indicados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados atribuídos no Anexo I deste Regulamento.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** poderá apresentar séries de Quotas Seniores com prazos e regras de amortização distintas.

Parágrafo 3º: O público-alvo do **FUNDO** são investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, não havendo outros critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409.

Parágrafo 4º: Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 2º: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos Quotistas a valorização de suas quotas, por meio da aplicação dos recursos do **FUNDO** na aquisição de direitos de crédito preponderantemente performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º: As séries de Quotas Seniores do **FUNDO** buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no Suplemento de cada série “n” de Quotas Seniores, nos termos de seus respectivos suplementos. As Quotas Subordinadas Preferenciais buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no Suplemento referente a Quotas Subordinadas Preferenciais, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas Ordinárias. A aquisição de Quotas Seniores do **FUNDO** não representa qualquer garantia ou promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE** e da **CONSULTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: As demais características e particularidades de cada série “n” de Quotas Seniores estão previstas em seus respectivos Suplementos, anexos a este Regulamento.

CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO
E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º - Os Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do inciso XXIV do Anexo I deste Regulamento, consistirão em direitos de crédito preponderantemente performados oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, sendo tais direitos de crédito representados pelos Documentos Representativos de Crédito.

Parágrafo 2º - Observado o disposto no Parágrafo 1º acima, o **FUNDO** poderá alocar:

- c) no mínimo 0% (zero por cento) de seu patrimônio líquido e no máximo 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido em direitos de crédito a performar;
- d) no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido e no máximo 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em direitos de crédito performados.

Parágrafo 3º - Os devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada previamente pela **CONSULTORA**.

Artigo 4º: Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido na aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo 1º - Os Direitos de Crédito Elegíveis sujeitam-se às seguintes regras de diversificação a serem observadas pela **GESTORA**:

I – o total de Direitos de Crédito Elegíveis devidos por um mesmo Devedor e não representados por cédulas de crédito bancário, não poderá exceder a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

II – os Direitos de Crédito Elegíveis deverão ter prazo máximo de vencimento, observado o disposto no quadro abaixo:

Meses para o vencimento do Direito de Crédito contados a partir da Data de aquisição:	Limite de concentração em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo
Até seis meses	100%
Acima de seis meses e até de 12 meses	14%
Acima de 12 meses e até 24 meses	2%

III – o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis componentes da carteira de ativos do Fundo deve ser inferior a setenta e cinco dias.

IV – o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao FUNDO por um mesmo Cedente e não representados por cédulas de crédito bancário não poderá exceder 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO e o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos pelos quatro maiores Cedentes acrescido de cinquenta por cento do total de Direitos de Crédito Elegíveis cedido pelo quinto maior cedente não poderá exceder 13,5% (treze e meio por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO;

V – o total de Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** e representados por cédulas de crédito bancário que sejam garantidas por 50% (setenta por cento) de seu saldo devedor em duplicatas ou cheques não poderão ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**;

VI – os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representados por cédulas de crédito bancário que sejam garantidas por 50% (setenta por cento) de seu saldo devedor em duplicatas ou cheques, emitidas por um mesmo Devedor não poderão ultrapassar o limite de 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**. Adicionalmente, o **FUNDO** deverá contar com pelo menos 13 (treze) devedores de Direitos de Crédito Elegíveis representados por cédulas de crédito bancário. Caso o limite mínimo não seja atendido, o **FUNDO** deverá contar com subordinação mínima igual ao maior valor entre 13,5% de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos acrescido de 100% (cem por cento) do saldo devedor dos Direitos de Crédito Elegíveis representados por cédulas de crédito bancário e o valor previsto no artigo 46º deste regulamento.

Parágrafo 2º: É vedado à **ADMINISTRADORA**, à **GESTORA**, ao **CUSTODIANTE** e à **CONSULTORA**, ou partes a eles relacionadas, ceder ou originar, direta ou indiretamente, direitos de crédito ao **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A cessão dos direitos de crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo, da plena titularidade dos direitos de crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Parágrafo 4º: Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e da **CONSULTORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

Parágrafo 5º: O **FUNDO** poderá ceder ou alienar os Direitos de Crédito Inadimplidos, sendo que, após a cessão ou alienação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos de crédito será de responsabilidade do novo titular.

Parágrafo 6º: Os Direitos de Crédito Inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA** e à **GESTORA**.

Parágrafo 7º: O **FUNDO** poderá alienar a terceiros direitos de crédito adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Parágrafo 8º: Excetuando-se as hipóteses de alienação dos direitos de crédito dispostas nos parágrafos acima, não haverá acréscimos ou remoções dos direitos de crédito adimplentes ou dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

Parágrafo 9º: O limite de diversificação previstos nos Artigo 4º Parágrafo 1º supra deverão ser verificados pela **GESTORA** em função do grupo econômico do Cedente e do Devedor, incluindo, dessa forma, as filiais da empresa matriz. Essa informação é obtida a partir dos 8 (oito) primeiros algarismos da sequência numérica do CNPJ/MF do Cedente ou Devedor.

Artigo 5º: A parcela do Patrimônio Líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos de Crédito Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados na origem ou sinteticamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) certificados e recibos de depósito bancário; e

e) quotas de fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil;

f) O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” acima.

Parágrafo 1º - O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do **FUNDO**.

Parágrafo 2º - Com relação aos ativos previstos na alínea “d” do “caput” acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles que sejam classificados, no mínimo, com a mesma classificação de risco das Quotas Seniores da respectiva série “n” pela Agência Classificadora de Risco.

Artigo 6º: O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no “caput”, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações. **Ainda, há possibilidade do FUNDO auferir Patrimônio Líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Quotistas.**

Parágrafo 2º: As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

Artigo 7º: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 8º: Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os direitos de crédito devem ser classificados como Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do inciso XXIV do Anexo I deste Regulamento.

Artigo 9º: As Condições de Cessão serão avaliadas preliminarmente pela **CONSULTORA**, mediante declaração de que os direitos de crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I – decorram de Cedentes previamente cadastrados pela **CONSULTORA**; e

II – devem ser previamente avaliados e recomendados pela **CONSULTORA**, nos termos do Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo 1º: A **CONSULTORA** não está autorizada a submeter ao **CUSTODIANTE** qualquer cessão de Direitos de Crédito, sendo exigido o envio para a **GESTORA**. A **GESTORA**, de comum acordo com a **ADMINISTRADORA**, utiliza sistema de processamento de dados especialmente desenvolvido para o **FUNDO**, que permite verificar as condições de cessão acima descritas antes do envio ao **CUSTODIANTE**. Caso seja detectada alguma cessão em desacordo com as Condições de Cessão e Política de Investimento acima descritas, esta sequer será

submetida ao **CUSTODIANTE**. Da mesma forma, antes da primeira cessão de Direitos de Crédito de um novo Cedente, a **GESTORA** receberá o Contrato de Cessão devidamente assinado, o que permite a constatação do prévio cadastro do novo Cedente.

Parágrafo 2º: Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 1º acima, a **ADMINISTRADORA** possui regras e procedimentos adequados, disponíveis no Prospecto do **FUNDO** e na rede mundial de computadores da **ADMINISTRADORA**, que lhe permite verificar o cumprimento, pela **CONSULTORA**, da obrigação de validar os direitos creditórios em relação às condições de cessão estabelecidas neste Regulamento.

CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10: Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I – os direitos de crédito não poderão estar vencidos, no momento de sua cessão para o **FUNDO**;

II – os direitos de crédito ofertados ao **FUNDO** não representados por CCBs não poderão ser de Devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos para com o **FUNDO**;

III -os Direitos de Crédito Elegíveis cedidos ao **FUNDO** representados por cédulas de crédito bancário deverão ser registrados na CETIP.

Parágrafo Único: Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA**, a **CONSULTORA** e o **CUSTODIANTE**, salvo na existência comprovada de má-fé, culpa ou dolo contra quem o motivou.

CAPÍTULO VI – DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Artigo 11: Pela aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis identificados no Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista aos Cedentes, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PADC = \left[\frac{VDC}{(1 + TC)^{\frac{N}{252}}} \right]$$

onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	Valor nominal de cada Direito Creditório.
TC	=	Taxa de Cessão, expressa na forma decimal ao ano.
N	=	Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

Parágrafo Único: As negociações para a aquisição de Direitos de Crédito Elegíveis serão realizadas pela **GESTORA** compatíveis a taxas de mercado, observando que a taxa de cessão mínima será equivalente a 200% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

CAPÍTULO VII - DA ADMINISTRAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 12: As atividades de administração do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

Artigo 13: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de Quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e

h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas desse, o valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX - possuir regras e procedimentos adequados, que devem ser disponibilizados no Prospecto do **FUNDO** e na rede mundial de computadores da **ADMINISTRADORA**, que lhe permitam verificar o cumprimento, pela **CONSULTORA**, de (i) suas obrigações de verificação e validação das condições de cessão; e (ii) de suas obrigações, como agente de cobrança, relativas à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos; e

X - fornecer informações relativas aos direitos de crédito mantidos na carteira do **FUNDO** ao Sistema de Informações de Crédito do BACEN (SCR), conforme regras previstas na Resolução CMN nº 3.658/08.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações prevista no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A **ADMINISTRADORA** deverá dar prévio conhecimento ao **CUSTODIANTE**, a **CONSULTORA** e a **GESTORA**, sobre qualquer alteração no presente Regulamento.

Artigo 14: É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

Artigo 15: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos por este Regulamento e pela Instrução CVM 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir Quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;

VI – vender Quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender Quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos de crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO VIII – DA GESTÃO E DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO DA GESTORA

Artigo 16: As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

Parágrafo Único: A **GESTORA** adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais ou especiais referentes aos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** que confirmam aos seus titulares direito de voto, a qual disciplina e define os princípios gerais, o processo decisório e as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A política de voto de que trata este parágrafo ficará disponível para consulta pública na rede mundial de computadores, no endereço www.bercapital.com.

CAPÍTULO IX - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Artigo 17: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas no artigo 38 da Instrução CVM 356 e as atividades de escrituração de Quotas do **FUNDO** serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e verificar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a contar da data da cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, a documentação que evidencie o lastro dos direitos de crédito;

II - validar, no mesmo dia da data da cessão dos direitos de crédito ao **FUNDO**, os direitos de crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos de crédito, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia e guarda dos documentos relativos aos direitos de crédito e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos de crédito, com metodologia preestabelecida e acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores conforme autorização do custodiante.

VI - cobrar e receber em nome do **FUNDO** pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de titularidade do **FUNDO**; e

VII – valorar as Quotas do **FUNDO**, conforme disposto no Artigo 28 deste Regulamento.

Parágrafo 2º - Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis por amostragem, utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, parâmetros em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos direitos de crédito, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitável, comunicando o resultado dessa verificação à **ADMINISTRADORA** e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto aos Cedentes, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 3º: Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de Devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$N = ((Z_{\alpha/2})^2 \times p \times q) : E^2$$

Onde:

N = tamanho da amostra

Z $\alpha/2$ (intervalo de confiança) = 95% = 1,96

p (proporção populacional de indivíduos na categoria de interesse) = 2,5%

q = 97,5%

E (margem de erro) = 2,5%

Em relação aos Direitos de Crédito Inadimplidos, o **CUSTODIANTE** deverá analisar a totalidade do lastro no referido trimestre, nos termos do Artigo 38, §13º da Instrução CVM 356.

Parágrafo 4º: Caso determinado direito de crédito tenha seu lastro verificado em sua integralidade, observando-se o disposto no Parágrafo 1º inciso I deste artigo, o referido direito de crédito não será computado na amostra tratada no Parágrafo 3º acima.

Parágrafo 5º: Na hipótese de substituição do **CUSTODIANTE**, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo XII deste Regulamento.

CAPÍTULO X – DO AGENTE DE DEPÓSITO

Artigo 18: Para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos de Crédito Elegíveis, o **CUSTODIANTE**, sem prejuízo de suas responsabilidades, contratará os serviços do **AGENTE DE DEPÓSITO**, conforme faculta o artigo 38, §6º, da Instrução CVM 356, mediante Contrato de Depósito a ser celebrado entre o **CUSTODIANTE** e o **AGENTE DE DEPÓSITO**.

Parágrafo 1º: Os serviços do **AGENTE DE DEPÓSITO** consistem em:

- I** - verificar o lastro dos Direitos de Crédito Elegíveis;
- II** - guarda dos Documentos Representativos de Crédito referente aos Direitos de Crédito Elegíveis;
- III** - zelar para que os Documentos Representativos de Crédito sejam mantidos em perfeita ordem e estado; e
- IV** - disponibilizar prontamente, sempre que solicitado, a documentação mantida sob sua guarda.

Parágrafo 2º: A remuneração do **AGENTE DE DEPÓSITO** será de responsabilidade do **CUSTODIANTE**, sendo que as condições da remuneração serão estabelecidas no Contrato de Depósito.

Parágrafo 3º: A contratação, pelo **CUSTODIANTE**, do **AGENTE DE DEPÓSITO** não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pelo **AGENTE DE DEPÓSITO** e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos de Crédito Elegíveis, tampouco eximirá o **CUSTODIANTE** de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia celebrado entre a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** e na regulamentação em vigor.

Parágrafo 4º: Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro acima, com o objetivo de diligenciar o cumprimento das obrigações do **AGENTE DE DEPÓSITO** em relação à guarda dos Documentos Representativos de Crédito, o **CUSTODIANTE** manterá regras e procedimentos adequados de verificação da guarda dos Documentos Representativos de Crédito, que constarão do Prospecto do **FUNDO**, do Contrato de Prestação de Serviços de Depósito dos Documentos Representativos de Crédito, bem como estarão disponíveis na rede mundial de computadores da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XI - DA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Artigo 19: Conforme faculta o artigo 24, inciso XI, alínea “b” e o artigo 39, inciso I, ambos da Instrução CVM 356, o **FUNDO** utiliza, ainda, os serviços especializados da **CONSULTORA**. Tais serviços consistem:

- I** – no prévio cadastramento dos Cedentes;
- II** – na análise de crédito de potenciais Devedores dos direitos de crédito a serem cedidos ao **FUNDO**;
- III** - na análise dos direitos de crédito a serem ofertados ao **FUNDO**;
- IV** – verificar o atendimento dos direitos de crédito a serem ofertados ao **FUNDO** às Condições de Cessão; e
- V** -notificar os Devedores dos Cedentes a respeito da cessão dos Direitos de Crédito Elegíveis, nos termos do artigo 290 do Código Civil.

Parágrafo Único: Sem prejuízo dos serviços descritos no “caput” deste artigo, a **CONSULTORA** exercerá a função de Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, observadas as regras de Política de Cobrança previstas no Capítulo XIV deste Regulamento.

CAPÍTULO XII – DA SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 20: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do **FUNDO**, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 21: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada Assembleia Geral de Quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de Quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Artigo 22: A **GESTORA**, o **CUSTODIANTE** e a **CONSULTORA**, somente poderão ser substituídos mediante expressa deliberação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO XIII – DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E DA TAXA DE PERFORMANCE

Artigo 23: Pela prestação dos serviços de administração, gestão e consultoria especializada, o Fundo pagará a seguinte taxa de administração (“Taxa de Administração”):

(i) pelos serviços de administração será aplicado o percentual o disposto na tabela abaixo, observado o pagamento mínimo mensal de R\$9.000,00 (nove mil reais):

Patrimônio Líquido do Fundo (d-1)	Percentual ao ano
Até R\$ 20.000.000,00	0,50%
De R\$20.000.000,01 a R\$100.000.000,00	0,27%
Acima de R\$100.000.000,01	0,25%

(ii) 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, pelos serviços de consultoria especializada; e

(iii) 0,43% (zero vírgula quarenta e três por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, observado o pagamento mínimo mensal de R\$6.000,00 (seis mil reais), pelos serviços de gestão.

Parágrafo 1º: A Taxa de Administração será calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no “caput” acima sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 2º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Parágrafo 3º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas, pelo **FUNDO**, diretamente aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da referida taxa.

Parágrafo 4º: O valor da taxa de administração mensal mínima prevista no caput será reajustado anualmente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, ou na sua falta por outro índice que vier a substituí-lo.

Artigo 24: Além da Taxa de Administração, será cobrada do **FUNDO** uma remuneração, a ser paga à **CONSULTORA**, baseada na rentabilidade das Quotas Subordinadas Ordinárias, denominada Taxa de Performance, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da rentabilidade das Quotas Subordinadas Ordinárias que exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Preferenciais, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a Taxa de Administração.

I - A Taxa de Performance será calculada e provisionada pelo **CUSTODIANTE**, diariamente por Dia Útil, e paga diretamente pelo **FUNDO**: (i) até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada semestre civil, ou (ii) por instrução da **ADMINISTRADORA** no encerramento de cada Período de Apuração previsto no inciso III abaixo, observando que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início em quinze de maio de 2012 e término no encerramento do semestre civil correspondente.

II – Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto no parágrafo anterior, os períodos compreendidos entre:

- (a) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro, inclusive, e o último Dia Útil do mês de junho, inclusive; e
- (b) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de julho, inclusive, e o último Dia Útil do mês de dezembro, inclusive.

III – Considerando que a Taxa de Performance prevista neste parágrafo é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de amortizações no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por Dias Úteis, entre: (i) a data do encerramento do semestre civil anterior e do evento de amortização, ou (ii) do último evento de amortização e novo evento de amortização ocorrido dentro de um semestre civil, ou (iii) do último evento de amortização e o encerramento do semestre civil, sendo pago em conformidade com o disposto no inciso I acima, iniciando assim um novo período de provisão (“Período de Apuração”).

IV – É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor da Quota Subordinada Ordinária for inferior ao seu valor na data de início do primeiro período de apuração ou por ocasião da última cobrança efetuada ambas ajustadas pelas eventuais amortizações ocorridas.

Artigo 25: O **FUNDO** não possui taxa de ingresso e taxa de saída.

CAPÍTULO XIV – DA POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 26: A política de concessão de crédito é desenvolvida e monitorada pela **CONSULTORA**, mediante prévia aprovação da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA** do **FUNDO**, observadas as condições previstas Contrato de Consultoria Especializada e no Anexo III deste Regulamento.

Artigo 27: A **CONSULTORA** foi contratada para prestação dos serviços de Agente de Cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos. Para tanto, a **CONSULTORA**, mediante

prévia aprovação da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA** do **FUNDO**, observará as condições previstas no Contrato de Cobrança e no Anexo IV deste Regulamento.

CAPÍTULO XV – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 28: As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Preferenciais e as Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** serão valoradas pelo **CUSTODIANTE** todo dia útil, com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Parágrafo 1º: Os Ativos Soberanos terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do **CUSTODIANTE**, cujo teor está disponível na sede do **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 2º: Os direitos de crédito integrantes da carteira do **FUNDO** terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva taxa de cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11.

Parágrafo 3º: O **CUSTODIANTE** constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pela **ADMINISTRADORA** e informado ao **CUSTODIANTE** mensalmente. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito inadimplidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo **FUNDO** e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11.

Artigo 29: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).

Artigo 30: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS

Artigo 31: As Quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, havendo divisão em subclasse apenas para as quotas de classe subordinada. As Quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Ordinárias, das Quotas Subordinadas Preferenciais A, das Quotas Subordinadas Preferenciais B e das Quotas Subordinadas Preferenciais C serão idênticos.

Parágrafo 1º: As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da respectiva série e do respectivo Suplemento.

Parágrafo 2º: As Quotas Subordinadas Preferenciais B e C serão colocadas junto a investidores por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, e terão suas características definidas no suplemento das Quotas Subordinadas Preferenciais B e C.

Parágrafo 3º: As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A serão subscritas exclusivamente pela **CONSULTORA**, por quotistas/acionistas da **CONSULTORA**, e/ou sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da **CONSULTORA**, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

Artigo 32: As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Preferenciais B e C são avaliadas por agência classificadora de risco (de *rating*) especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação pela **ADMINISTRADORA** a cada Quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO**; e

II – disponibilização, na sede da **ADMINISTRADORA**, do relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 33: A integralização, a amortização e o resgate de Quotas Seniores do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.

Parágrafo 1º: Será admitida a integralização total ou parcial de Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais do **FUNDO**, com direitos de crédito que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no anúncio de início de distribuição de Quotas Seniores e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor das Quotas Subordinadas Ordinárias e das Quotas Subordinadas Preferenciais seja parcialmente integralizado em direitos de crédito, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos de crédito utilizados na referida integralização.

Parágrafo 2º: As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais poderão, ainda, ser resgatadas em direitos de crédito e, se o caso, amortizadas mediante débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito, transferência eletrônica disponível ou por qualquer outro mecanismo admitido pelo BACEN.

Parágrafo 3º: Para o cálculo do número de Quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Artigo 34: Na emissão de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Preferenciais e de Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da Quota em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO** ou da **ADMINISTRADORA**. Para fins de amortização e resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Ordinárias e Preferenciais do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da Quota em vigor do dia do pagamento da amortização e/ou resgate.

Parágrafo 1º: As Quotas Seniores de cada série terão valor unitário de emissão idêntico na primeira data de emissão das Quotas da respectiva série.

Parágrafo 2º: O preço de subscrição das Quotas Seniores de cada série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado

para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 35: No ato da subscrição das Quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será analisado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; III - preço de subscrição e condições para sua integralização; e IV dados bancários para amortização e/ou resgate.

Artigo 36: Novas séries de Quotas Seniores, bem como novas subclasses de Quotas Subordinadas Preferenciais distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A somente poderão ser emitidas mediante prévia e expressa aprovação da **Administradora**. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de Quotas Seniores bem como novas subclasses de Quotas Subordinadas Preferenciais distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A, concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª data de emissão das quotas de cada série, definido no Suplemento da respectiva série de Quotas Seniores, e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no anúncio de início de distribuição de Quotas Seniores, nos termos da regulamentação aplicável. Ficará a critério da **Administradora** decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os Quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os Quotistas de quaisquer das séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de Quotas Seniores que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na emissão de quotas mencionadas no *caput*, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas Quotas Subordinadas Ordinárias e tantas Quotas Subordinadas Preferenciais quantas sejam necessárias para que seja observada a Razão de Garantia, nos termos do artigo 46 deste Regulamento e a Razão entre as Quotas Subordinadas.

Parágrafo 3º: As Quotas Seniores bem como as Quotas Subordinadas Preferenciais distintas das Quotas Subordinadas Preferenciais A, deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 37: As Quotas Seniores de quaisquer das séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP, conforme definição expressa e específica constante no Suplemento de cada Série “n” de Quotas Seniores, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Parágrafo Único: As Quotas Subordinadas Preferenciais B e C terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP, conforme definição expressa e específica constante em seu respectivo suplemento. Neste caso, deverão ser observadas as restrições à negociação dispostas na Instrução CVM 476.

Artigo 38: As Quotas Seniores de quaisquer das séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Artigo 39: As amortizações de cada série de Quotas Seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da série “n”, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Parágrafo 1º: Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 46 deste Regulamento.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** deverá manter uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações (a “Reserva de Amortização”). Para tanto, a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do inciso 1º abaixo.

I - A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização:

Número de dias corridos antes das datas de amortização	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações
10 dias	50%
5 dias	100%

II - É de responsabilidade da **GESTORA** do **FUNDO** monitorar, controlar e gerir a Reserva de Amortização.

Artigo 40: As Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento da série “n” de Quotas Seniores, especialmente à Razão de Garantia e à Razão entre as Quotas Subordinadas, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 42.

Parágrafo 1º: Observado o disposto no “caput”, as Quotas Subordinadas Preferenciais B e C serão amortizadas e resgatadas de acordo com o cronograma indicado em seus respectivos suplementos.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das Quotas Subordinadas Ordinárias e das Quotas Subordinadas Preferenciais A.

Artigo 41: Na hipótese das Quotas Subordinadas representarem, em conjunto, mais de 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** e desde que observada a Razão entre as Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de Quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista neste artigo; e

II - as Quotas Subordinadas Ordinárias e as Quotas Subordinadas Preferenciais A serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação prevista no artigo 46 deste Regulamento, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 46 deste Regulamento.

Artigo 42: A amortização das Quotas Seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos de Crédito Elegíveis.

Parágrafo Único: A antecipação do início da amortização de Quotas Seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 43: O pagamento das amortizações das Quotas Seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva série “n”.

Artigo 44: Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO** ou de sua liquidação antecipada.

Parágrafo Único: Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e nos Capítulos XX e XXI deste Regulamento.

Artigo 45: O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste artigo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 2º do artigo 23 deste Regulamento.

CAPÍTULO XVII - DA RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 46: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação entre o valor das Quotas Seniores e o Patrimônio Líquido do **FUNDO** ambos devidamente deduzidos do valor dos Ativos Soberanos será inferior a 80% (oitenta por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos representado por Quotas Subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e estará disponível na sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: Adicionalmente à Razão de Garantia indicada no “*caput*”, o **FUNDO** deverá ter, no mínimo, 10% (dez por cento) de seu patrimônio devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos representado por Quotas Subordinadas Ordinárias. Esta relação será apurada diariamente.

Parágrafo 2º: Na hipótese de inobservância dos percentuais mencionados no *caput* e no parágrafo 1º, com Quotas Subordinadas representando menos que 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos ou com Quotas Subordinadas Ordinárias representando, individualmente, menos que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO** devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos por 10 (dez) úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias que providenciem o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão entre as Quotas Subordinadas dentro de um prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;

- b) informará aos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias o número mínimo de, respectivamente, Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a Razão de Garantia e/ou da Razão entre as Quotas Subordinadas.

II - Os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias deverão subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou da Razão entre as Quotas Subordinadas mencionadas no *caput* e no Parágrafo 1º.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso I deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão entre as Quotas Subordinadas, quer em virtude da não subscrição de um número de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: Em razão do disposto no “caput” e no Parágrafo 1º, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de Quotas Subordinadas Preferenciais A e Quotas Subordinadas Ordinárias do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de reestabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas nos moldes do previsto no Capítulo XVI deste Regulamento.

CAPÍTULO XVIII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 47: Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **GESTORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (xxxiii) **RISCO DE CRÉDITO:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos, pelos Devedores dos Direitos de Crédito ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor/Devedor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (xxxiv) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **GESTORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **GESTORA** a

aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos Quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

(xxxv) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Outrossim, a realização de operações com derivativos, mesmo para fins exclusivos de proteção da carteira, pode, em cenários extremos, **possibilitar ao FUNDO auferir Patrimônio Líquido negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos Quotistas. ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.**

(xxxvi) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

(xxxvii) **RISCO DE CONCENTRAÇÃO:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em um único Devedor de Direitos de Crédito, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Devedor.

(xxxviii) **RISCO DE DESCASAMENTO:** Os Direitos de Crédito componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as Quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI, conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **GESTORA**, sempre que possível e houver necessidade, com o objetivo único de proteger a carteira do **FUNDO**, contratará operações de derivativos. No entanto, há a possibilidade de a **GESTORA** não conseguir contratar tais operações. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Quotas, inclusive seniores.

(xxxix) **RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou

Devedores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

- (xl) **RISCO DECORRENTE DA MULTIPLICIDADE DE CEDENTES (RISCO DO ORIGINADOR):** O **FUNDO** está apto a adquirir direitos de crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre os Cedentes e os respectivos Devedores podem não ser previamente identificados pelo **FUNDO**, pela **GESTORA**, pela **ADMINISTRADORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**. Caso os Direitos de Crédito Elegíveis não sejam pagos integralmente pelos respectivos Devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Cliente e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e os respectivos Cedentes não restituam ao **FUNDO** o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos de Crédito Elegíveis, os resultados do **FUNDO** poderão ser afetados negativamente. Além disso, o **FUNDO** está sujeito aos riscos específicos de cada Cedente, incluindo, por exemplo, e se aplicável, os riscos relacionados à natureza cíclica do respectivo setor de atuação, aos custos, suprimentos e concorrência no mercado de atuação, riscos operacionais específicos de cada Cedente, legislação ambiental (quando aplicável), efeitos da política econômica do governo. Na medida em que há múltiplos Cedentes que não previamente conhecidos, não há como identificar e individualizar previamente tais riscos.
- (xli) **RISCOS DECORRENTES DOS NEGÓCIOS E DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DO DEVEDOR:** considerando que o total de direitos de crédito devidos por um mesmo Devedor não poderá exceder a 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, é necessário considerar os riscos decorrentes de tais percentuais de concentração, vez que quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em Direitos de Crédito devidos por um mesmo Devedor, maior o risco de uma eventual inadimplência deste Devedor afetar negativamente o Patrimônio Líquido do **FUNDO** proporcionalmente à referida concentração, sendo necessário ainda considerar o risco de crédito, os negócios e a situação financeira de tais agentes.
- (xlii) **RISCOS DO MERCADO SECUNDÁRIO:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas Seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xliii) **RISCO DA COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xliv) **RISCO DE RESGATE DAS QUOTAS DO FUNDO EM DIREITOS DE CRÉDITO:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento

de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis;

- (xlv) **RISCO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS AMORTIZAÇÕES:** Dado o caráter rotativo dos procedimentos de cessão de direitos creditórios, com os recursos recebidos sendo reinvestidos em novas aquisições, poderá haver atraso no pagamento das amortizações de quotas, uma vez que os Direitos de Crédito são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xlvi) **RISCO DE IRREGULARIDADES NA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos de Crédito. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades decorrentes da eventual formalização inadequada dos Documentos Representativos de Crédito, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.
- (xlvii) **RISCO DE ORIGINAÇÃO: NÃO OBSTANTE A DILIGÊNCIA DA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DA GESTORA, DA CONSULTORA e DO AGENTE DE DEPÓSITO** na prestação de seus serviços e na esfera de suas respectivas responsabilidades, o **FUNDO** poderá adquirir direitos creditórios que estejam sujeitos à rescisão ou à existência de vícios, inclusive de formalização, **nos** instrumentos que deram origem aos referidos direitos de crédito. O **FUNDO** também poderá ter dificuldade em adquirir direitos de crédito em montante suficiente para atender ao cumprimento das metas de rentabilidade das suas Quotas. A rescisão ou a existência de vícios com relação aos direitos de crédito adquiridos, bem como a eventual dificuldade em encontrar Direitos de Crédito Elegíveis que possam ser adquirido pelo **FUNDO** poderá prejudicar a rentabilidade do **FUNDO** e a dos Quotistas.
- (xlviii) **RISCOS DE EXEQUIBILIDADE DAS CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO:** A Cédula de Crédito Bancário é um título de crédito criado pela Lei Federal nº 10.931, de 02 de agosto de 2004. De acordo com esta Lei, a cédula de crédito bancário é um título executivo extrajudicial. Assim sendo, a execução das obrigações nela estipuladas em caso de inadimplemento do Devedor é mais célere. Entretanto, verifica-se atualmente uma série de questionamentos judiciais e de decisões de tribunais de justiça estaduais no sentido de que a Cédula de Crédito Bancário não possui força executiva, sob a alegação de que a lei que a criou não obedeceu aos requisitos e preceitos de forma estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Assim, por infringir norma de hierarquia superior, as disposições estabelecidas na Lei 10.931/04 não seriam válidas. Neste caso, a Cédula de Crédito Bancário não poderia ser considerada título executivo extrajudicial e, portanto, sua exequibilidade estaria comprometida. Como o **FUNDO**, de acordo com sua política de investimento, pode adquirir Direitos de Crédito representados por Cédulas de Crédito Bancário, há o risco da exequibilidade dos referidos títulos ser judicialmente contestada, dificultando a cobrança e o recebimento dos valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos representados por Cédulas de Crédito Bancário.

- (xlix) **RISCO PROVENIENTE DA FALTA DE REGISTRO DOS CONTRATOS DE CESSÃO:** Por se tratar de um **FUNDO** que poderá adquirir Direitos de Crédito de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o **FUNDO** adota como política não registrar os contratos de cessão e seus anexos em cartório de registro de títulos e documentos em função da complexidade operacional e dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos contratos de cessão e anexos poderá representar risco ao **FUNDO** em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos a mais de um cessionário.
- (l) **RISCO DE REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA E A GESTORA:** Nos termos do Artigo 5º, Parágrafo 1º do Regulamento, o **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** atuem como contraparte do **FUNDO**, apresentando riscos de conflito de interesses decorrente de tais operações. Considerando-se que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** não operam com direitos de crédito, o conflito de interesses restringe-se às operações descritas no artigo 5º alíneas “a” e “b” do Regulamento do **FUNDO**. Dessa forma está restrito à precificação não otimizada de operações com Títulos de Emissão do Tesouro Nacional e Títulos de Emissão do Banco Central do Brasil que podem prejudicar a rentabilidade total do **FUNDO**.
- (li) **INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS OU PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** Com exceção dos financiamentos de vendas a prazo, dada a natureza diversificada dos Direitos Creditórios Elegíveis que serão adquiridos pelo **FUNDO**, não há um estudo específico contendo informações e estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de direitos creditórios representados por duplicatas, duplicatas digitais e cédulas de crédito bancário.
- (lii) **POSSIBILIDADE DE OS DIREITOS DE CRÉDITO VIREM A SER ALCANÇADOS POR OBRIGAÇÕES DOS CEDENTES OU DE TERCEIROS:** Tendo em vista que o **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito realizados pelos Cedentes, todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes ou por qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO**, decorrentes da liquidação desses Direitos de Crédito de titularidade do **FUNDO** pelos Devedores, não poderão garantir o pagamento de qualquer obrigação devida pelos Cedentes ou por qualquer terceiro. Caso os Cedentes ou qualquer terceiro prestador de serviços ao **FUNDO** venham a ter qualquer conta corrente de sua titularidade bloqueada ou penhorada em decorrência de obrigações por estes devidas, todos e quaisquer valores de titularidade do **FUNDO** não poderão responder pelo adimplemento de tais obrigações, bem como deverão ser transferidos para a conta corrente do **FUNDO**, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão. Além disso, a eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes não afetará, do ponto de vista de risco de crédito, o Patrimônio Líquido do **FUNDO** nem ensejará a desconsideração das cessões dos Direitos de Crédito celebradas nos termos do Contrato de Cessão, uma vez que as cessões são realizadas em caráter definitivo para o **FUNDO**, estando teoricamente ausentes as condições relacionadas no artigo 130 da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (“Nova Lei de Falências”), nos artigos 158 e 159 do Código Civil Brasileiro e no artigo 593 do Código de Processo Civil. Entretanto, mesmo assim os recursos de titularidade do **FUNDO** que se encontrem na posse dos Cedentes ou de qualquer terceiro podem eventualmente virem a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela

ADMINISTRADORA, por conta e ordem do **FUNDO**. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, o que pode gerar prejuízos para o **FUNDO** e seus Quotistas.

- (liii) **POSSIBILIDADE DE EVENTUAIS RESTRIÇÕES DE NATUREZA LEGAL OU REGULATÓRIA:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da **GESTORA** e da **ADMINISTRADORA**, advindos de eventuais restrições futura de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o **FUNDO**. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao **FUNDO** poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do **FUNDO** e o horizonte de investimento dos quotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos quotistas.
- (liv) **POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO INADIMPLIDOS PELA CONSULTORA:** A **CONSULTORA** poderá adquirir Direitos de Crédito Inadimplidos integrantes da carteira do **FUNDO**. Todavia, referida aquisição é uma mera faculdade e liberalidade da **CONSULTORA**, não havendo qualquer obrigação legal, regulamentar ou contratual de a **CONSULTORA** adquirir referidos Direitos de Crédito Inadimplidos. A não aquisição dos Direitos de Crédito Inadimplidos, por parte da **CONSULTORA**, pode afetar negativamente o Patrimônio Líquido do **FUNDO** e, conseqüentemente, a valorização das quotas.
- (lv) **RISCO DE PRÉ-PAGAMENTO:** Os Devedores podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito de Crédito, observados os termos e condições nos instrumentos que formalizarem os Direitos de Crédito. Este evento pode implicar no recebimento, pelo **FUNDO**, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do crédito, resultando na redução da rentabilidade geral do **FUNDO**.
- (lvi) **RISCO DE DESCONTINUIDADE:** Conforme previsto neste Regulamento, o **FUNDO** poderá resgatar as Quotas ou proceder a sua amortização em datas anteriores às datas previamente estabelecidas nos Suplementos referentes a cada emissão/série de Quotas Seniores, inclusive, mas não se limitando, na ocorrência de Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação. Deste modo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo **FUNDO**, não sendo devida pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pela **GESTORA**, pela **CONSULTORA** e/ou pelo **CUSTODIANTE**, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Este regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral, quando da ocorrência de um Evento Avaliação ou Evento de Liquidação, poderá optar pela liquidação antecipada do **FUNDO** e outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Soberanos. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito Elegíveis e Ativos Soberanos recebidos quando da liquidação do **FUNDO** ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Devedores dos Direitos de Crédito Elegíveis.
- (lvii) **RISCO DE QUESTIONAMENTO DA VALIDADE EFICÁCIA DA CESSÃO:** Os Direitos de Crédito podem ser questionados judicialmente quanto (i) à formalização dos

Documentos Representativos do Crédito; e (ii) à forma de cobrança. Nessas hipóteses, os Direitos de Crédito poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido. Ademais, a cessão de Direitos de Crédito poderá ser invalidada ou tornar-se ineficaz por determinação judicial, nos casos especificados em lei, o que afetará a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO**.

- (lviii) **RISCO DE FUNGIBILIDADE:** Na hipótese de os Devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente para uma Cedente, tal Cedente deverá repassar tais valores ao **FUNDO**, nos termos do Contrato de Cessão. Caso haja qualquer problema de crédito dos Cedentes, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o **FUNDO** poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas.
- (lix) **RISCO DE GOVERNANÇA:** Caso o **FUNDO** venha a emitir novas Quotas Subordinadas ou novas Quotas Seniores, a proporção da participação corrente detida pelos Quotistas no **FUNDO** poderá ser alterada e os novos Quotistas poderão, mediante deliberação em Assembleia Geral, aprovar modificações no Regulamento.
- (lx) **RISCO DECORRENTE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELO CEDENTE PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO:** Os Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo **FUNDO** terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos, pelo fato do **FUNDO** adquirir Direitos de Crédito de vários Cedentes (fundo multicedente). Para assegurar que os Cedentes, no mínimo, tenham a mesma política de crédito adotada pelo **FUNDO** ao analisar os Direitos de Crédito ofertados, a **CONSULTORA** monitora a concessão de crédito dos Cedentes aos Devedores e, antes de qualquer cessão para o **FUNDO**, procede à análise de crédito do Cedente e do Devedor responsável pelo pagamento de cada Direito de Crédito ofertado ao **FUNDO**. Contudo, ainda que a **CONSULTORA** submeta todas as propostas recebidas aos procedimentos constantes de sua política interna de concessão de crédito e a referida proposta seja ao final aprovada por satisfazer critérios objetivos, não há garantia que os Devedores honrarão seus compromissos. Caso os compromissos assumidos pelos Devedores não sejam devidamente cumpridos, a rentabilidade das Quotas Seniores pode ser afetada adversamente. Ademais, é possível que ocorra alguma falha operacional no momento de análise do risco de crédito do Devedor cujos Direitos de Crédito foram cedidos ao **FUNDO**. Essas falhas operacionais poderiam dificultar, ou mesmo impedir a efetiva cobrança dos Direitos de Crédito, o que poderia afetar negativamente a rentabilidade dos Quotistas.
- (lxi) **RISCO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CRÉDITO.** Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente obriga-se a transferir ao Agente de Depósito os Documentos Representativos de Crédito referentes aos Direitos Creditórios Cedidos, na forma e em local previamente informado pelo Custodiante, em até 15 (quinze dias) Dias Úteis após cada Data de Aquisição e Pagamento. Na hipótese de a Cedente não entregar ao Agente de Depósito os Documentos Representativos de Crédito no prazo acima, a cessão dos Direitos Creditórios Cedidos cujos Documentos Representativos de Crédito não tiverem sido entregues será resiliada de pleno direito, observado o disposto no Contrato de Cessão. Assim, é possível que nem todos os Direitos Creditórios ofertados e aprovados, nos termos do presente Regulamento, permaneçam na carteira do Fundo após a respectiva Data de Aquisição e Pagamento.

- (lxii) **Guarda dos Documentos Comprobatórios.** O Custodiante será fiel depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelo **CUSTODIANTE** ou por qualquer instituição subcontratada por este para prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Devedores pelo Agente de Cobrança, podendo gerar perdas ao **Fundo** e, conseqüentemente, aos seus Cotistas. Adicionalmente, eventos que fogem ao controle do **CUSTODIANTE** ou de seu contratado, tais como, mas não se limitando a incêndio, inundação ou outros eventos de força maior, poderão causar a perda dos Documentos Comprobatórios e conseqüentemente gerar perdas ao **FUNDO** e aos seus Cotistas.
- (lxiii) **Risco de Conciliação de Recursos Recebidos extra Cobrança:** Existe a possibilidade de chegada de recursos em contas de cobrança do **FUNDO** por outros meios de pagamento que não a cobrança bancária. Atrasos nessa conciliação em razão de dificuldades de identificação dos recursos pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido causando prejuízo ao **FUNDO** e aos Quotistas.
- (lxiv) **DEMAIS RISCOS:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Parágrafo 2º: A administração e a gestão do **FUNDO** orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento do **FUNDO**, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pelos diretores da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA**, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento. A **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA**, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento, privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por seus profissionais, os quais traçam os parâmetros de atuação do **Fundo** acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira. Os riscos a que está exposto o **FUNDO** e o cumprimento da política de investimento do **FUNDO**, descrita neste Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo **FUNDO** de que trata este Regulamento apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **Fundo** e para seus investidores.

Artigo 48: As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE**, da **CONSULTORA** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XIX - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 49: Será de competência privativa da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da série “n” do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**, da **CONSULTORA**, do **CUSTODIANTE** e/ou da **GESTORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**;

VI – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Quotas Seniores, conforme definido neste Regulamento; e

VII - deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Quotas Subordinadas Preferenciais.

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

Artigo 50: A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

III - não exercer cargo ou função na **GESTORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

IV - não exercer cargo na **CONSULTORA**; e

V - não exercer cargo em empresa Cedente de direitos de crédito integrantes da carteira do **FUNDO**.

Artigo 51: A convocação da Assembleia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no periódico indicado no Prospecto ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio da carta com aviso de recebimento aos Quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou cartas endereçadas aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no Parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Artigo 52: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de Quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas.

Artigo 53: Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 49 serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º: Somente podem votar na Assembleia Geral os Quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 3º: Não têm direito a voto na Assembleia Geral a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e seus empregados.

Artigo 54: As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas.

Artigo 55: As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral;
- II – cópia da ata da Assembleia Geral;
- III – exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no Prospecto.

CAPÍTULO XX – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 56: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA** ou aos Quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos Quotistas:

- I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VII deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada;
- II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO** não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 1º, Artigo 17, do Capítulo IX deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos de crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - caso os direitos de crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 9% do Patrimônio Líquido do **FUNDO**.

VI - rebaixamento da classificação de risco inicial de Quotas Seniores do **FUNDO** em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VII - não subscrição, por qualquer motivo, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, Parágrafo 2º, do artigo 46, de tantas Quotas Subordinadas Preferenciais e Quotas Subordinadas Ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão entre as Quotas Subordinadas;

VIII- não cumprimento da reserva de amortização.

IX - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das Quotas Seniores;

X - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XI – se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias: e

XII – se o índice apurado diariamente e definido como a relação entre a soma de recursos não honrados pelo Cedente decorrentes de rescisão de cessão por não apresentação de documentos representativos de crédito e a totalidade do valor de face dos Direitos de Crédito Adquiridos, ambos calculados à partir da vigência do presente Regulamento, suplantam 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos de Crédito. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 10 (dez) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no Artigo 59 deste Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembleia Geral.

Artigo 57: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de Quotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

CAPÍTULO XXI – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 58: Cada série “n” de Quotas Seniores do **FUNDO** será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 59: O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de Assembleia Geral de Quotistas, nas hipóteses descritas no Artigo 46, Parágrafo 2º, III, e Artigo 21, II, “b”, ambos deste Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e

IV – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos de crédito admitidos por sua política de investimentos.

Parágrafo 1º: Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão da Assembleia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor destas e de acordo com a disponibilidade de recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os Quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos de Crédito Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 3º: Na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos direitos de crédito e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das Quotas, os direitos de crédito e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os Quotistas, (i) para que estes elejam um administrador para o referido condomínio de direitos de crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de direitos de crédito e Ativos Financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 5º: Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de Quotas Seniores que detenha a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Artigo 60: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate ou amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos de crédito; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação

antecipada de Quotas do **FUNDO** definidos no artigo 59 acima. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembleia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos Quotistas dissidentes de que trata o Parágrafo 1º do Artigo 59 supra.

Artigo 61: Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de Quotas Seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 28 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Quotas Seniores, será pago aos titulares de Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os Quotistas poderão receber tal pagamento em direitos de crédito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 59, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 28, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos direitos de crédito de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 28, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Ordinárias e Quotas Subordinadas Preferenciais.

Artigo 62: A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral, e; ii) que cada Quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 63: Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração, de gestão da carteira do **FUNDO** e da Taxa de Performance, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembleia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com a **CONSULTORA**, no tocante à prestação dos serviços de agente de cobrança;
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- l) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha as suas quotas admitidas à negociação.

Parágrafo Único: Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XXIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 64: A **ADMINISTRADORA** divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da respectiva carteira, sem prejuízo das demais hipóteses previstas pela legislação, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

Artigo 65: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos de crédito e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 66: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social.

Artigo 67: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas na Instrução CVM nº 489/11 e serão auditadas por Auditor Independente registrado na CVM.

Parágrafo Único: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de outubro de cada ano.

CAPÍTULO XIV – DO FORO

Artigo 68: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Paraná, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

São Paulo, 01 de julho de 2014.

BANCO PETRA S.A.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

DECLARAÇÃO

EDILBERTO PEREIRA, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador do RG nº 03.471.554-8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº **536.217.199-20**, com endereço comercial na Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103, –Curitiba - PR, na qualidade de diretor responsável do **MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.137.729/0001-89 (“**FUNDO**”), administrado pelo **BANCO PETRA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Conjunto 1103, autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.821 de 18/07/2011, DECLARA que é responsável pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do **FUNDO**.

Curitiba, 11 de julho de 2014.



EDILBERTO PEREIRA

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM Nº 400**

DECLARAÇÃO

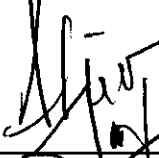
BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, na qualidade de administrador do **MUTIRECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.137.729/0001-89 (“Fundo”), nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”), vem, no âmbito da oferta pública da 7ª Série de Quotas Seniores do Fundo (“Oferta”),

DECLARAR:

- (i) Que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:
 - a. as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - b. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) Que o Prospecto:
 - a. contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
 - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.



Curitiba, 14 de julho de 2014.



BANCO PETRA S.A.

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

DECLARAÇÃO

A **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública da 9ª Série de Quotas Seniores (“Distribuidor”) do **MUTIRECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.137.729/0001-89 (“Fundo”), nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”), vem, no âmbito da oferta pública da 9ª Série de Quotas Seniores do Fundo (“Oferta”),

DECLARAR:

- (i) Que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:
 - a. as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - b. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) Que o Prospecto:
 - a. contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
 - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 14 de julho de 2014.



PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Distribuidor

ANEXO V - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Rating**brAA+(sf)**

O Fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção para as Cotas e a perda estimada para a carteira. O risco é muito baixo.

Data: 11/jul/2014

Validade: 30/abr/2015

Sobre o Rating:**Perspectiva:** -**Observação:** -**Histórico:**

Jul/14: Atribuição: 'brAA+(sf)'

Mai/14: Indicação: 'brAA+(sf)(p)'

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 11 de julho de 2014, atribuiu o rating 'brAA+(sf)' para as Cotas Seniores da 9ª Série do Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Multi Recebíveis II/Fundo). Em 02 de maio de 2014, a Austin Rating indicou, em caráter preliminar, igual classificação às referidas Cotas. A atribuição da classificação em definitivo decorre do envio, nesta data, do Suplemento da referida Série de Cotas, em sua versão definitiva e registrada na Comissão de Valores Mobiliários. Ademais, foram confirmadas todas as condições ponderadas no rating preliminar.

O Multi Recebíveis II obteve registro de funcionamento junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 07 de novembro de 2007. O Fundo foi constituído como condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado e tendo por objetivo a valorização das suas Cotas por meio da aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios performados. Os recebíveis adquiridos são oriundos de operações realizadas pelos Cedentes, nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, sendo que, a compra, depende do enquadramento desses ativos aos critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento do Fundo. Em síntese, são quatro tipos de operações presentes na carteira do Multi Recebíveis II: contratos de financiamento e de faturização (ambas com garantia em cheques); aquisições de duplicatas performadas; e Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), estas em proporção reduzida. Embora ainda haja operações garantidas por cheques pré-datados na carteira do Fundo, as mesmas não são mais adquiridas desde novembro de 2013, em adequação à atual legislação dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

As Cotas de emissão do Fundo se distinguem entre Seniores, Subordinadas Preferenciais e Subordinadas Ordinárias. Em atividade plena há mais de 6 anos, o Multi Recebíveis II já amortizou integralmente 5 Séries Seniores (a 5ª Série Sênior foi resgatada ao final de abril de 2014). No encerramento do 1º trimestre de 2014, o Fundo apresentou patrimônio líquido (PL) de R\$ 154,9 milhões, ao passo que a carteira de Direitos Creditórios montava R\$ 106,3 milhões.

A presente análise considerou a atual versão do Regulamento do Fundo, instrumento registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 17 de março de 2014, e que considera as deliberações de Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 06 do mesmo mês. O regimento atual incorpora a troca de parte dos prestadores de serviços ao Fundo, cumprindo mencionar que o Administrador passa a ser o Banco Petra S/A, em substituição da Concórdia Corretora de Valores, bem como a saída da BER Capital, para a entrada da Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda. para as atividades de Gestão. As funções de Custódia e de Consultora dos Créditos, permanecem sob a responsabilidade do Deutsche Bank – Banco Alemão S/A e da BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crédito, respectivamente. As demonstrações financeiras do Fundo são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes.

O rating da 9ª Série de Cotas Seniores do Multi Recebíveis II teve por base os critérios da metodologia de classificação de risco de Cotas emitidas por FIDCs da Austin Rating. A nota se fundamenta essencialmente na estrutura definida no Regulamento do Fundo (níveis de subordinação e de concentração por Sacado e por Cedente, regras de amortização de Cotas

Analistas:

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Pablo Mantovani
Tel.: 55 11 3377 0702
pablo.mantovani@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

garantia de liquidez dos ativos de lastro, perfil definido para os ativos remanescentes, dentre outros) e nas características gerais dos ativos adquiridos (perfil de risco de crédito, prazo médio de vencimento, garantias das operações, remuneração dos ativos, dentre outros).

A classificação '**brAA+(sf)(p)**' das Cotas Seniores da 9ª Série está refletindo, por um lado, os seguintes pontos estruturais fortes do Multi Recebíveis II: i) a presença de Cotas Subordinadas, com participação mínima regulamentar de 20,0% sobre o PL do Fundo deduzido dos ativos soberanos; ii) os limites conservadores para concentração por Cedentes e por Sacados, reproduzidos no regulamento do Fundo. Quando os Direitos Creditórios não forem representados por CCBs, a exposição do maior Cedente está limitada a até 6,0% do PL do Fundo, sendo que a soma dos quatro maiores Cedentes, acrescido de 50,0% do 5º maior Cedente, não poderá exceder 13,5% do PL do Fundo. Para os Sacados o limite é de 3,0% do PL do Fundo. Em ambos os casos há bons índices de cobertura proporcionados pelas Cotas Subordinadas (20% do PL do Fundo) e proteção confortável para os Cotistas Seniores; iii) Como forma de garantir ampla pulverização, mesmo quando os Direitos Creditórios forem representados por CCBs: (a) a soma de tais ativos não poderá ultrapassar o limite de 15% do PL do Fundo; e (b) os Sacados nas CCBs não poderão ultrapassar o limite de 1,0% (um por cento) do PL do Fundo e, adicionalmente, o Fundo deverá contar com pelo menos 13 (treze) Sacados de Direitos Creditórios representados por CCBs; iv) definição de taxa mínima de cessão (TMC) na aquisição dos Direitos Creditórios, o que faz com que os recebíveis carreguem para o Fundo, remuneração suficiente para que o *benchmark* das Cotas Seniores seja alcançado, assim como para o pagamento dos demais custos do Fundo; v) a constituição do Fundo sob a forma de condomínio fechado, com cronograma de amortizações definido nos suplementos de cada Série, aspecto que suaviza o risco de liquidez para o Fundo; vi) o curto prazo típico dos ativos subjacentes (recebíveis comerciais representam parcela majoritária da carteira constituída) e definição, em Regulamento, de prazo médio da carteira de no máximo 75 dias, minimizando o risco de descasamento (pré x pós) e favorecendo a liquidez do Fundo; vii) as operações do Fundo devem ocorrer com segregação dos fluxos financeiros, em relação aos riscos das empresas Cedentes, por meio da manutenção de contas correntes em nome do Fundo nos agentes cobradores, os quais apresentam baixo risco de crédito; viii) os adequados procedimentos de crédito e controles operacionais que suportam a atividade da Consultora – BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crediário, assim como a comprovada qualidade operacional dos demais participantes da estrutura; ix) a participação do grupo originador dos créditos como cotista subordinado, eleva a expectativa de maior comprometimento com a manutenção da boa qualidade da carteira; x) garantia de liquidez dos Direitos Creditórios. Os recebíveis não pagos são recomprados e, desse modo, não permanecem na carteira do fundo; e xi) as regras constantes do regulamento do Fundo definem baixíssimo risco de crédito das aplicações que compõem o PL remanescente do Fundo (recursos não aplicados em Direitos Creditórios).

O rating da 9ª Série de Cotas Seniores está refletindo, por outro lado, os seguintes pontos estruturais fracos do Multi Recebíveis II: i) a possibilidade de aquisição de Cédulas de Crédito Bancário, ativos estes que apresentam razoável cobertura (não integral) de recebíveis performados (tais operações têm garantia de cheques ou duplicatas em montante representativo de, pelo menos, 50% do valor da Cédula). Uma vez que estas operações estruturadas não serão individualmente classificadas, não será possível auferir o risco de crédito dessa parcela do PL do Fundo, limitada a até 15%; ii) as cessões de Direitos Creditórios não são registradas em cartório, o que, em eventual duplicidade de cessão por parte dos Cedentes, pode ocasionar discussões em relação à prioridade do Fundo no recebimento dos créditos em questão; e iii) a Austin Rating não recebeu as informações corporativas da BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crediário, Consultora dos Créditos e companhia responsável pela recompra dos Direitos Creditórios inadimplidos. Devido à ausência das informações relevantes, não foi possível auferir a capacidade de suporte da Consultora para o Fundo. Como forma de mensurar tal capacidade, destaca-se que por todo histórico de atividade do Fundo, a Consultora nunca deixou de realizar recompras independentemente do valor relacionado.

Quanto aos Direitos Creditórios, a Austin Rating procurou delinear o perfil de risco dos ativos adquiridos pelo Fundo. Nessa análise considerou a carteira constituída no Fundo, a qual é foco dos monitoramentos trimestrais das Séries de Cotas vigentes. Ao término do primeiro trimestre de 2014, a carteira de Direitos Creditórios do Multi Recebíveis II montava R\$ 106,3 milhões e representava 68,6% do PL do Fundo. O total em atraso, no montante de R\$ 13,2 milhões, representava 8,5% do PL do Fundo na data, sendo que vale mencionar a menor representatividade dos créditos em atraso comparativamente ao final

do trimestre anterior, quando representavam 10,7% do PL. A participação dos créditos em atraso se reduz, na medida em que são retirados do Fundo por meio de recompras. No período de três meses findo em março de 2014, as recompras totalizaram R\$ 15,1 milhões (R\$ 14,5 milhões entre outubro e dezembro de 2013) e representaram, em média, 3,5% do PL do Fundo ao final de cada mês (total recomprado no mês / PL do Fundo no último dia do mês). A retirada das operações vencidas se configura um bom mecanismo de proteção para as Cotas classificadas e mesmo como forma de evitar desvalorização das Cotas Subordinadas, que percebem anteriormente os impactos da inadimplência.

O Fundo segue uma política de provisionamento para proteção para a carteira. A provisão para devedores duvidosos (PDD) constituída no fundo mantém baixa representatividade, visto que o total provisionado permaneceu abaixo de 2,0% do PL do Fundo e a cobertura para a carteira vencida teve média inferior a 20,0% no último trimestre.

Quanto ao prazo de vencimentos, este se configura em outro ponto favorável dos ativos adquiridos pelo Fundo. Conforme informado pelo gestor, o prazo médio da carteira variou em torno de 52 dias, no primeiro trimestre de 2014. Já com relação ao nível de pulverização, a concentração por Sacado do Fundo é muito reduzida. Ao término de março de 2014, o maior Sacado representava 0,7% do PL do Fundo e a soma de todos os 20 maiores Sacados, 9,8% do PL. Quanto aos Cedentes, o maior, representava 1,3% do PL do Fundo, enquanto o total dos 20 maiores representava 19,3% do PL. Todos os percentuais mencionados são inferiores aos verificados nos períodos recentes.

A classificação considera fatores adicionais, os quais são sucintamente comentados a seguir: i) o rigoroso enquadramento do Multi Recebíveis II ante todos os parâmetros definidos em seu regulamento. O Fundo mantém, recorrentemente, expressiva participação de Direitos Creditórios dentre as aplicações; ii) o saldo não aplicado em Direitos Creditórios permanece aplicado em Títulos Públicos Federais ou em Cotas de fundos geridos por instituições de baixo risco de crédito; iii) as rentabilidades alvo de cada Série (Seniores e Preferenciais) têm sido alcançadas em todos os meses de acompanhamento, desde o início da atividade. Ademais, as Cotas Subordinadas Ordinárias têm recebido expressivos percentuais de valorização, uma vez que se beneficiam de toda a rentabilidade excedente do Fundo (vide quadro “Rentabilidade Mensal das Cotas”); iv) baixa representatividade das inconsistências nas verificações trimestrais de lastro; v) o Fundo não realizou perdas relevantes em crédito em seu histórico de atuação; vi) amplo histórico de amortização de Cotas, amortizações estas, pagas nas datas previstas; vii) Em mais de 6 anos de atividades, as aquisições de Direitos Creditórios já ultrapassaram o montante de R\$ 3,3 bilhões. Como acima mencionado, o Fundo não teve perdas relevantes em crédito, uma vez que os recebíveis inadimplidos são recomprados.

CARACTERÍSTICAS DO FIDC E DA 9ª SÉRIE SÊNIOR

Instrumento:	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
Tipo de Fundo:	Fechado;
Prazo do Fundo:	Indeterminado;
Administradora do Fundo:	Banco Petra S/A;
Gestora do Fundo:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
Custodiante do Fundo:	Deutsche Bank – Banco Alemão S/A;
Consultora dos Direitos Creditórios:	BRR Assessoria de Cobrança e Administradora de Crediário Ltda.;
Cedentes dos Direitos Creditórios:	Pessoas jurídicas prévia e devidamente cadastradas na Consultora;
Quantidades de Cotas 9ª Série:	Até 8.000 (oito mil) Cotas Seniores;
Valor Unitário da Cota:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
Prazo da 9ª Série:	36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de Cotas da Série;

Amortizações da 9ª Série Sênior:	Em 6 (seis) parcelas trimestrais, a partir do 18º (décimo oitavo) mês;
Resgate das Cotas Seniores 9ª Série:	No 36º (trigésimo sexto) mês, contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores da Série;
Benchmark – Seniores 9ª Série:	CDI + 3,3% (três vírgula três por cento) ao ano;
Público-Alvo:	Investidores qualificados;
Distribuição:	Oferta pública, nos termos da Instrução CVM 476, em regime de melhores esforços.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

O Multi Recebíveis II é um Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FIDC), cujas atividades tiveram início em novembro de 2007. O Fundo é regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e Instrução 356 de 17 de dezembro de 2001 e alterações promovidas por Instruções posteriores.

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo aloca seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios elegíveis, ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e em seu regulamento. O total aplicado em Direitos Creditórios deve representar, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do PL do Fundo.

Os Direitos Creditórios sujeitam-se às seguintes regras de diversificação a serem observadas pela Gestora:

I – o total de Direitos Creditórios devidos por um mesmo Sacado e não representado por cédulas de crédito bancário, não pode exceder a 3,0% do PL do Fundo;

II – os direitos de creditórios com vencimento em até 6 meses poderão representar até 100,0% do PL do Fundo. Os direitos de creditórios com vencimento acima de 6 meses e até 12 meses poderão representar até 14,0% do PL do Fundo. E os direitos de creditórios com vencimento acima de 12 meses e até 24 meses poderão representar, no máximo, 2,0% do PL do Fundo. Os prazos são contados da data de aquisição dos títulos;

III – o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios componentes da carteira de ativos do Fundo deve ser inferior a 75 dias.

IV – o total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo por um mesmo Cedente e não representados por cédulas de crédito bancário não poderá exceder 6% (seis por cento) do PL do Fundo e o total de Direitos Creditórios cedidos pelos 4 maiores Cedentes acrescidos de 50,0% (cinquenta por cento) do total do 5º maior Cedente, não poderá exceder 13,5% (treze e meio por cento) do PL do Fundo;

V – o total de Direitos Creditórios elegíveis cedidos ao Fundo e representados por cédulas de crédito bancário, garantidas por 50% (cinquenta por cento) em duplicatas, não poderá ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) do PL do Fundo;

VI – os Direitos Creditórios elegíveis cedidos ao Fundo representados por cédulas de crédito bancário, garantidas por 50% (cinquenta por cento) em duplicatas ou cheques e emitidas por um mesmo Sacado não poderão ultrapassar o limite de 1,0% (um por cento) do PL do Fundo. Adicionalmente, o Fundo deverá contar com pelo menos 13 (treze) devedores de Direitos Creditórios representados por CCBs. Caso o limite não seja atendido, o Fundo deverá contar com subordinação mínima igual ao maior valor entre 13,5% de seu PL, devidamente deduzido do valor dos ativos soberanos acrescido de 100,0% do saldo devedor dos Direitos Creditórios representados por CCBs e o valor previsto em regulamento para subordinação;

Para os Direitos Creditórios representados por CCBs caberá à Consultora o controle de garantias tanto da cessão quanto ao longo da vigência do Direito Creditório.

É vedado à Administradora, a Gestora, ao Custodiante e a Consultora ou partes a eles relacionadas, ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo.

A cessão dos Direitos Creditórios é irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo, por parte do Custodiante, da Administradora, da Gestora e da Consultora, qualquer responsabilidade a esse respeito.

O Fundo pode ceder ou alienar os Direitos Creditórios inadimplidos. No caso de cessão, alienação ou permuta destes Direitos Creditórios, a cobrança e coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos.

Os Direitos Creditórios inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à Administradora e à Gestora.

O Fundo poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Excetuando-se as hipóteses de alienação, permuta e substituição dos Direitos Creditórios dispostas, não haverá acréscimos ou remoções dos Direitos Creditórios adimplentes ou inadimplidos.

A parcela do seu PL que não estiver alocada em Direitos Creditórios pode ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados, na origem ou sinteticamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) certificados e recibos de depósito bancário;
- e) Cotas de Fundos de investimento, cujos ativos componentes de sua carteira sejam ativos de renda fixa;
- f) Cotas de Fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por, no mínimo, 95,0% (noventa e cinco por cento) de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil; e
- g) o Fundo poderá ainda alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu PL em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos nos itens “a”, “b” e “c” acima.

Com relação aos ativos previstos na alínea “d” acima, somente poderão ser adquiridos pelo Fundo aqueles que sejam classificados, no mínimo, com a mesma classificação de risco das Quotas Seniores da respectiva Série “n” pela Agência Classificadora de Risco.

O Fundo pode realizar operações em que a Administradora e a Gestora atuem como contraparte do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo.

As operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de PL do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive

os valores líquidos das operações. Ainda, há possibilidade do Fundo auferir PL negativo, podendo haver necessidade de aportes adicionais de recursos por parte dos cotistas.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser admitidos na carteira do Fundo, os Direitos Creditórios devem atender às seguintes Condições de Cessão, a serem avaliadas pela consultora:

- I – decorram de operações realizadas pelos Cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;
- II – decorram de Cedentes previamente cadastrados pela consultora;
- III – os devedores dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada pela consultora;
- IV – devem ser previamente avaliados e aprovados pela consultora, nos termos do regulamento do Fundo;
- V – devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

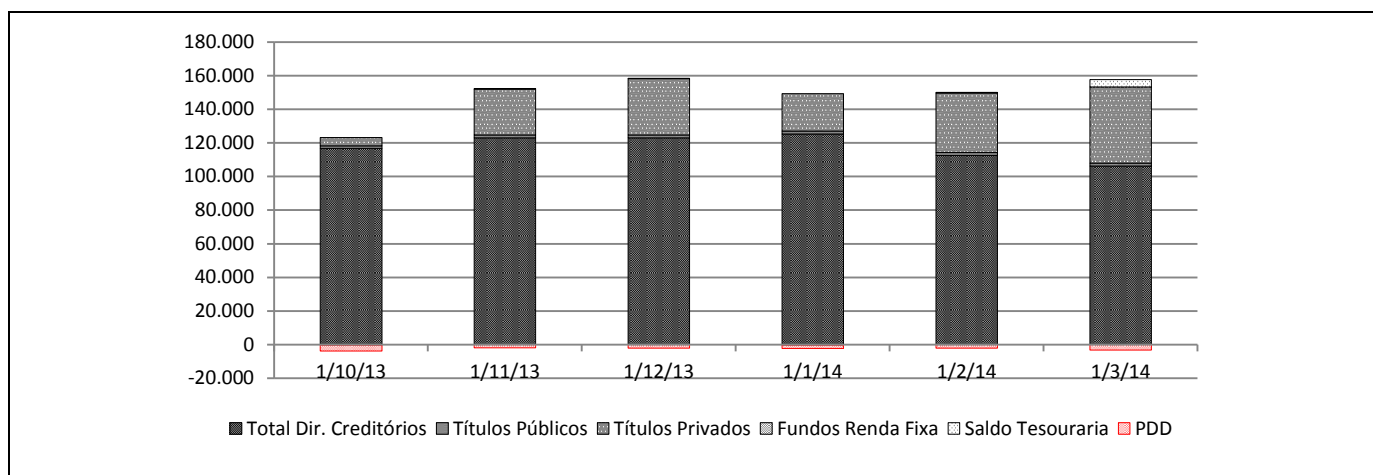
Para fins do disposto na legislação, no regulamento e no contrato de cessão, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras, a serem validadas pelo Custodiante:

- I – os Direitos Creditórios não poderão estar vencidos e não pagos, no momento de sua cessão para o Fundo;
- II – os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, não representados por CCBs, não poderão ser de Sacados devedores de Direitos Creditórios inadimplidos para com o Fundo;
- III - Direitos Creditórios cedidos ao Fundo representados por cédulas de crédito bancário deverão ser registrados na Cetip.

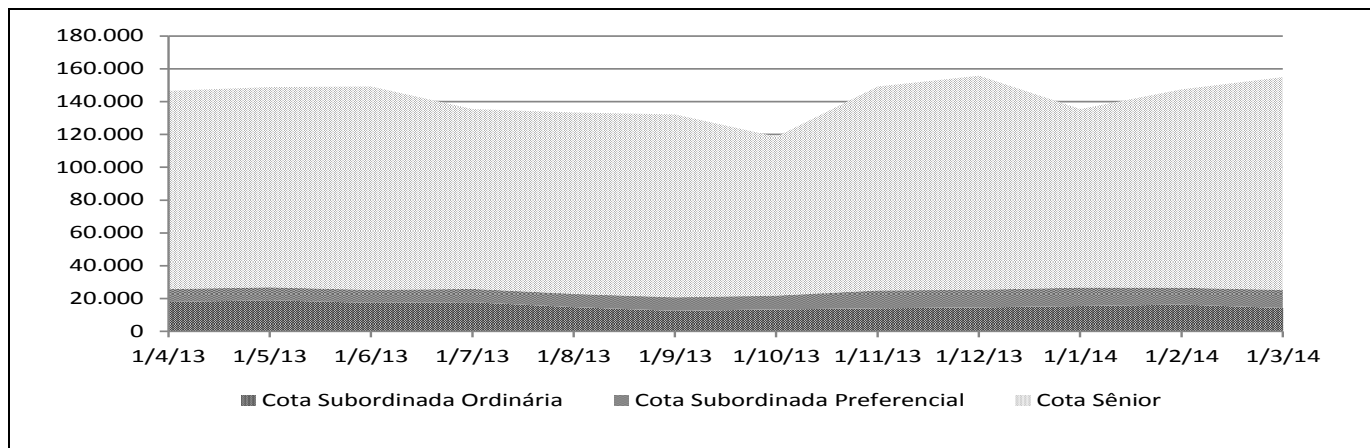
Na hipótese do Direito Creditório elegível perder qualquer critério de elegibilidade depois da sua aquisição pelo Fundo, não há direito de regresso contra a Administradora, à Gestora, à consultora e ao Custodiante, salvo na existência comprovada de má-fé, culpa ou dolo contra quem o motivou.

TABELAS E GRÁFICOS – MULTI RECEBÍVEIS II FIDC

Posição da Carteira (% do PL)						
Títulos/Datas	31/10/13	29/11/13	31/12/13	31/1/14	28/2/14	31/3/14
Direitos Creditórios	101.214.521	108.805.499	105.324.135	111.117.131	102.314.253	93.100.665
Créditos vencidos	15.390.770	14.164.916	17.661.956	14.129.804	10.166.680	13.165.939
Total Dir. Creditórios	116.605.291	122.970.415	122.986.090	125.246.935	112.480.933	106.266.605
Títulos Públicos	1.632.424	1.646.139	1.658.488	1.672.442	1.685.526	1.698.375
Títulos Privados	4.910.823	27.257.926	33.567.868	22.331.977	35.403.962	45.171.624
Fundos Renda Fixa	0	0	0	0	0	0
Saldo Tesouraria	-214.915	340.542	115.146	-279.834	376.678	4.441.424
Total Geral da Carteira	122.933.623	152.215.022	158.327.592	148.971.519	149.947.099	157.578.027
PDD	-3.449.321	-1.861.832	-1.975.059	-1.895.109	-1.960.966	-3.131.576
PL	118.611.615	149.167.261	155.813.783	135.578.468	147.545.270	154.924.756

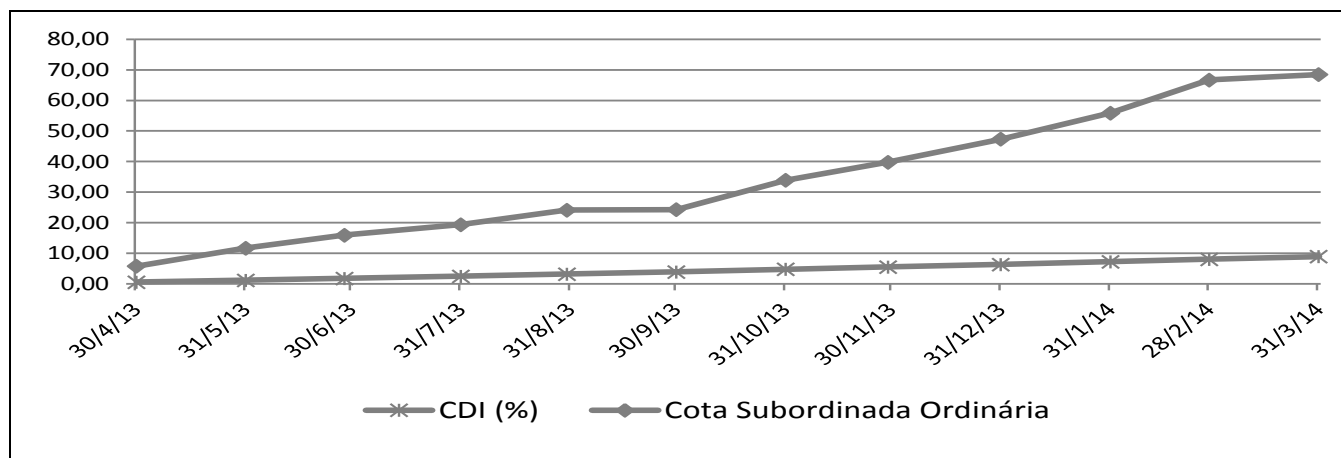
Composição da Carteira


Posição do PL (R\$ Mil)										
Data	Cotas Seniores			Cotas Subordinadas				PL do Fundo	% Sub Ord.	% Sub. Total
	Série V	Série VI	Série VIII	Preferenciais	Preferenciais B	Preferenciais C	Ordinárias			
31/3/14	16.525	54.676	58.428	246	5.178	5.627	14.245	154.925	9,2%	16,3%
28/2/14	16.376	54.190	50.398	244	5.121	5.009	16.208	147.545	11,0%	18,0%
31/1/14	16.223	53.694	39.066	242	6.751	4.157	15.444	135.578	11,4%	19,6%
31/12/13	32.122	66.460	31.918	240	6.670	3.805	14.598	155.814	9,4%	16,2%
29/11/13	31.820	65.854	26.532	238	8.244	2.527	13.952	149.167	9,4%	16,7%
31/10/13	31.547	65.307	-	237	8.160	-	13.361	118.612	11,3%	18,3%
30/9/13	46.859	64.695	-	235	8.066	-	12.402	132.257	9,4%	15,7%
30/8/13	46.457	64.165	-	233	7.985	-	14.612	133.453	10,9%	17,1%
31/7/13	46.057	63.644	-	231	7.906	-	17.730	135.568	13,1%	19,1%
28/6/13	60.868	63.117	-	230	7.825	-	17.217	149.258	11,5%	16,9%
31/5/13	60.415	61.680	-	228	7.759	-	18.861	148.943	12,7%	18,0%
30/4/13	59.966	60.931	-	227	7.694	-	17.864	146.682	12,2%	17,6%

Evolução no Valor do PL Total


Rentabilidade Mensal das Cotas															
Data	CDI (%)	Sênior V		Sênior VI		Sênior VIII		Preferencial		Preferencial B		Preferencial C		Sub. Ordinária	
		Val.	% CDI	Val.	% CDI	Val.	% CDI	Val.	% CDI	Val.	% CDI	Val.	% CDI	Val.	% CDI
31/3/14	0,76	0,91	120	0,90	118	1,02	134	0,76	100	1,10	145	1,17	154	1,04	137
28/2/14	0,78	0,94	120	0,92	118	1,06	135	0,78	100	1,14	145	1,21	155	6,96	889
31/1/14	0,84	1,01	120	0,99	118	1,14	136	0,84	100	1,22	145	1,31	156	5,80	690
31/12/13	0,78	0,95	121	0,92	118	1,07	137	0,78	100	1,13	145	1,23	158	5,38	689
29/11/13	0,71	0,87	122	0,84	118	0,00	-	0,71	100	1,03	145	-	-	4,43	623
31/10/13	0,80	0,98	122	0,95	118	0,00	-	0,80	100	1,16	145	-	-	7,73	962
30/9/13	0,70	0,87	124	0,83	118	0,00	-	0,70	100	1,02	145	-	-	0,10	14
30/8/13	0,70	0,87	125	0,82	118	0,00	-	0,69	100	1,01	145	-	-	3,98	572
31/7/13	0,71	0,89	126	0,83	118	0,00	-	0,71	100	1,03	145	-	-	2,98	420
28/6/13	0,59	0,75	127	0,70	118	0,00	-	0,59	100	0,86	145	-	-	3,81	644
31/5/13	0,58	0,75	128	0,69	118	0,00	-	0,58	100	0,85	145	-	-	5,58	955
30/4/13	0,60	0,77	128	0,71	118	0,00	-	0,60	100	0,87	145	-	-	5,78	962

Rentabilidade Acumulada



INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS COMPLEMENTARES

1. O Comitê de Classificação de Risco que decidiu pela indicação da classificação de risco de crédito para a 9ª Série de Cotas Seniores (Cotas) do Multi Recebíveis II FIDC (Fundo) reuniu-se na sede da Austin Rating, no dia 11 de julho de 2014, compondo-se dos seguintes membros: Denise Esteves (Analista Pleno), Jorge Alves (Coordenador da Reunião de Comitê) e José Mauro Ferraz Andrade (Analista Sênior) e. As decisões dessa reunião de Comitê estão registradas na ATA Nº 20140711-1.
2. A classificação indicada está contemplada na “Escala Nacional de Ratings de Crédito de Cotas de FIDCs”, disponível em: <http://www.austin.com.br/escalas>.
3. A classificação de risco de crédito decorre da utilização da metodologia genérica comumente aplicada por essa agência em suas classificações de Securitização de Recebíveis, disponível em: <http://www.austin.com.br/metodologias>.
4. Não é a primeira vez que a Austin Rating classifica esta espécie de ativo e seus ativos subjacentes. Essa agência já atribuiu anteriormente classificações de risco de crédito para Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios lastreadas em recebíveis comerciais, cheques e CCBs.
5. As classificações de risco de crédito atribuídas pela Austin Rating estão sujeitas a diversas limitações, conforme descrito no final deste documento (*Disclaimers*).
6. As fontes de informações foram consideradas confiáveis pela Austin Rating. Os analistas utilizaram informações provenientes da Gestora do Fundo, Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.
7. As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas suficientes para a atribuição de uma classificação de risco de crédito. Dentre as informações utilizadas para esta análise destacam-se o Regulamento do Fundo, registrado em 17 de março de 2014 na CVM, Suplemento da 9ª Série de Cotas Seniores, e informações sobre a Consultora e o próprio Fundo, notadamente aquelas relativas à posição de sua carteira em diferentes datas.
8. As estimativas de inadimplência e níveis de perda do Fundo baseiam-se em metodologia própria, a qual considera as características de sua carteira atual e potencial e seu desempenho histórico e o desempenho de carteiras semelhantes disponíveis na base de dados da Austin Rating.
9. O nível de diligência da análise para o produto financeiro estruturado foi adequado ao padrão estabelecido pela Austin Rating. Foi realizada análise aprofundada sobre as informações recebidas acerca dos ativos subjacentes às Cotas classificadas do Fundo.
10. Esta classificação será revisada e atualizada trimestralmente, conforme previsto no item VIII do artigo 34 da instrução CVM nº356/2001. Até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento do trimestre em análise, será divulgado Relatório de Monitoramento, contendo a opinião atualizada da Austin Rating sobre o risco de *default* do Fundo em relação às Cotas classificadas, por ele emitidas. A Austin Rating salienta que poderão ser realizadas ações de rating a qualquer tempo, inclusive no intervalo entre os monitoramentos trimestrais previstos.
11. A Austin Rating adota políticas e procedimentos que visam mitigar potenciais situações de conflitos de interesse que possam afetar o desempenho da atividade de classificação de risco e seus resultados. O presente processo de classificação de risco está isento de situações de potencial conflito de interesses, incluindo aquelas previstas na Instrução CVM Nº 521/2012.
12. A Austin Rating e as partes a ela relacionadas, incluindo empresas de controle comum, sócios e funcionários, não prestaram serviços adicionais ao serviço de classificação de risco para o Fundo, nem sequer para qualquer outra parte relacionada a este Fundo nos últimos 12 meses.
13. O serviço de classificação de risco das Cotas foi solicitado em nome do Fundo por partes a ele relacionadas. Desse modo, houve compensação financeira pela prestação do serviço.
14. A classificação foi comunicada ao Contratante e a outras partes ligadas ao Fundo, via e-mail, em 11 de julho de 2014. A versão original do relatório foi enviada a essas partes, também via e-mail, na mesma data. Não foram realizadas alterações relevantes no conteúdo deste e nem tampouco promovida alteração na classificação atribuída inicialmente em razão dos comentários e observações realizados pelo contratante.
15. Este documento é um relatório de classificação de risco de crédito, para fins de atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Instrução CVM Nº 521/2012.

DISCLAIMERS/AVISOS LEGAIS

A AUSTIN RATING NÃO ADITA AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE UMA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO, NÃO LHE SENDO POSSÍVEL ATESTAR A VERACIDADE DAS MESMAS. As classificações de atribuídas pela Austin Rating baseiam-se em informações consideradas suficientes para a emissão de uma classificação, sendo tais informações coletadas de fontes consideradas confiáveis e fidedignas. Essas informações, incluindo todo o tipo de informação confidencial, são analisadas na forma como são recebidas e, eventualmente, compiladas pelos analistas designados para a análise, tomando-se os devidos cuidados para que não haja alteração no sentido ou significado das mesmas. Não obstante os cuidados na obtenção, cruzamento e compilação da informação para efeitos da análise de rating, a Austin Rating não pode se responsabilizar pela veracidade de referidas informações. A Austin Rating utiliza todos os esforços para garantir o que considera como nível mínimo de qualidade da informação para que se proceda a atribuição dos seus ratings, fazendo, sempre que possível, a checagem dessas informações com outras fontes também confiáveis. Contudo, a Austin Rating não faz a auditoria de tais informações e nem sempre pode realizar a verificação ou confirmação das informações recebidas durante um processo de rating, não lhe sendo possível, desse modo, atestar a veracidade das mesmas.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELA(S) EXPRESSA(S) NESTE DOCUMENTO, CONSISTEM EM OPINIÕES SOBRE A QUALIDADE DE CRÉDITO FUTURA DE UM EMISSOR E/OU EMISSÃO, E NÃO DEVEM SER ENTENDIDAS COMO SUGESTÕES, ACONSELHAMENTOS OU RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, MANUTENÇÃO OU VENDA. As opiniões e as eventuais simulações realizadas pela Austin Rating, incluindo aquelas dispostas neste relatório, constituem-se meramente no julgamento da Austin Rating acerca da capacidade e da vontade futuras de um emissor em honrar suas obrigações totais e/ou específicas, sendo tal julgamento expresso por meio de símbolos (letras), que consistem graduações dentro de escalas absoluta (global) ou relativa (nacional). A Austin Rating não utiliza nessas escalas as definições de "grau de investimento" e de "grau especulativo". Essa agência entende não caber a ela, mas sim aos agentes de mercado, a definição de quais graduações podem ser considerados como "grau de investimento" e de "grau especulativo". A determinação de uma classificação de risco pela Austin Rating não consiste e não deve ser considerada como sugestão ou recomendação de investimento, manutenção ou desinvestimento. A Austin Rating não presta serviços de consultoria de investimento. **AS OPINIÕES EMITIDAS PELA AUSTIN RATING, INCLUSIVE AQUELAS CONTIDAS NESTE RELATÓRIO, NÃO DEVEM SUBSTITUIR A ANÁLISE E O JULGAMENTO PRÓPRIOS DOS USUÁRIOS DOS RATINGS, ESPECIALMENTE DOS INVESTIDORES.**

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO DA AUSTIN RATING NÃO PRESSUPÕEM A CERTEZA DE FATOS. As opiniões externadas pela Austin Rating em seus relatórios de classificação de risco referem-se à qualidade creditícia futura, incorporando determinadas suposições e previsões sobre eventos futuros que podem não se concretizar (tornarem-se fatos). Desse modo, a despeito de estarem baseadas em informações e fatos presumidamente verdadeiros, as classificações podem ser afetadas por acontecimentos futuros ou condições não previstas no momento de uma ação de rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING SÃO OPINIÕES VÁLIDAS EXCLUSIVAMENTE PARA A DATA EM QUE SÃO EMITIDAS. A Austin Rating possui mecanismos de vigilância apropriados e envia seus melhores esforços para que suas opiniões (ratings) estejam atualizadas, programando revisões com o menor intervalo de tempo possível entre elas e fazendo revisões não programadas sempre que de conhecimento de fato novo e relevante. Contudo, essa agência não pode assegurar que todas as informações, especialmente aquelas de caráter não público, estejam refletidas tempestivamente em suas classificações, ou que fatos supervenientes à emissão de uma determinada classificação de risco não afetem ou afetarão a classificação de risco. As classificações e demais opiniões que a sustentam refletem a percepção do Comitê de Classificação de Risco dessa agência exclusivamente na data em que as mesmas são emitidas (data de emissão de relatórios, informativos e outros documentos oficiais).

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING ESTÃO SUJEITOS A ALTERAÇÕES E PODEM, INCLUSIVE, SER SUSPENSOS DENTRO DE UM PRAZO DE VIGÊNCIA DE UM CONTRATO. As classificações podem ser alteradas ou retiradas a qualquer momento e por diversas razões, de acordo com os critérios metodológicos da Austin Rating para o tipo de emissor / emissão classificado. Uma classificação pode ser suspensa e/ou a retirada nas hipóteses em que a Austin Rating identificar: (i) a ausência de informações fidedignas e/ou suficientes para a continuidade da análise, quando ainda há contrato comercial vigente; (ii) a existência de potencial conflito de interesses; e/ou (iii) a não existência e/ou não disponibilização de informações suficientes para realização de referida análise e emissão do rating.

AS CLASSIFICAÇÕES DE RISCO DE CRÉDITO ATRIBUÍDAS PELA AUSTIN RATING NÃO DEVEM SER COMPARADAS A CLASSIFICAÇÕES ATRIBUÍDAS POR OUTRAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS DE RISCO. Em que pese a simbologia adotada pela Austin Rating seguir intencionalmente o padrão adotado pela maioria das agências classificadoras de risco atuantes sob a jurisdição local, suas classificações não devem ser diretamente comparadas às classificações de outras agências de rating, uma vez que suas definições de default e de recuperação após default e suas abordagens e critérios analíticos são próprios e diferem daqueles definidos e aplicados por outras agências.

OS RATINGS DE CRÉDITO EMITIDOS PELA AUSTIN RATING NÃO CONSIDERAM O RISCO DE PERDA DERIVADO DE OUTROS RISCOS QUE NÃO O RISCO DE CRÉDITO, A NÃO SER QUE TAIS RISCOS SEJAM ESPECIFICAMENTE MENCIONADOS EM SEUS RELATÓRIOS E PARECERES FORMAIS. Não obstante a Austin Rating dedicar-se a analisar e ponderar todos os riscos inerentes a um emissor e/ou emissão, incluindo riscos de natureza jurídica e moral, a fim de identificar seu impacto sobre o risco de crédito, as opiniões quanto aos riscos de mercado e liquidez de ativos classificados, por exemplo, não fazem parte do escopo da análise e, por isso, não são consideradas na classificação de risco de crédito. Caso solicitado pelo contratante, a Austin Rating pode fazer análises específicas quanto a riscos de mercado e liquidez de determinados ativos, sendo nesses casos referida avaliação sempre será segregada da análise do risco de crédito e identificada como tal.

OS RATINGS E DEMAIS COMENTÁRIOS EMITIDOS PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO AQUELES CONTIDOS NESTE DOCUMENTO, REFLETEM OPINIÕES DO COMITÊ DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA AUSTIN RATING, E NÃO A OPINIÃO DE UM INDIVÍDUO OU DE UM GRUPO DE INDIVÍDUOS INDISTINTO. As decisões sobre classificações de risco de crédito são tomadas por um Comitê de Classificação de Risco, seguindo metodologias e critérios padronizados para cada tipo de emissor e/ou emissão. Em seus relatórios, informativos e outros documentos oficiais com opiniões de crédito, a Austin Rating divulga os nomes de analistas e membros do Comitê de Classificação de Risco com a finalidade de cumprimento ao disposto no Item I do Artigo 16 da Instrução CVM 521/2012, assim como com o objetivo de favorecer a comunicação com os contratantes, investidores e demais usuários de seus ratings, exclusivamente no que diz respeito a dúvidas e comentários ligados a assuntos analíticos decorrentes da leitura e do entendimento de seus relatórios e pareceres formais por essas partes. Não obstante a existência de um canal aberto com os analistas, estes estão orientados a não comentarem sobre os ratings emitidos e a não emitirem opiniões pessoais acerca dos riscos, sendo que, caso o façam, tais comentários e opiniões jamais devem ser entendidos como a opinião da Austin Rating. Do mesmo modo, os analistas e demais colaboradores identificados neste relatório, embora estejam diretamente envolvidos no processo de análise, não são os únicos responsáveis pelas opiniões e, portanto, não devem ser responsabilizados individualmente por qualquer erro ou omissão eventualmente observados neste, nem tampouco pela classificação atribuída.

A AUSTIN RATING NÃO ASSESSORA E/OU PARTICIPA DE PROCESSOS DE COLOCAÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO E NEM PARTICIPA DE "ROAD SHOWS" PARA A VENDA DE ATIVOS POR ELA CLASSIFICADOS E, AINDA, SEUS RELATÓRIOS NÃO DEVEM, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, SUBSTITUIR OS PROSPECTOS E OUTROS DOCUMENTOS, OBRIGATÓRIOS POR LEI OU NÃO, RELACIONADOS A UMA EMISSÃO.

EM NENHUMA HIPÓTESE E SOB NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA, A AUSTIN RATING E/OU SEUS SÓCIOS, DIRETORES E DEMAIS COLABORADORES DEVEM SER RESPONSABILIZADOS DE QUALQUER FORMA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, POR DANOS DE QUALQUER ORDEM E NATUREZA, INCLUINDO, PORÉM NÃO LIMITANDO-SE À PERDA DE LUCROS E RENDIMENTOS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE QUE SEJAM DECORRENTES DO INVESTIMENTO EM EMISSORES E OU TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS POR ESSES EMITIDOS QUE MANTENHAM OU TENHAM MANTIDO A QUALQUER TEMPO CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO DEFINITIVA OU PRELIMINAR PELA AUSTIN RATING, INCLUINDO A(S) CLASSIFICAÇÃO(ÕES) EXPLICITADA(S) NESTE DOCUMENTO. DO MESMO MODO, A AUSTIN RATING SE ISENTA DE TODO E QUALQUER TIPO DE DANO OCASIONADO A TERCEIROS POR QUALQUER OUTRO TIPO DE CONTEÚDO PUBLICADO EM SEUS RELATÓRIOS E INFORMATIVOS E EM SEU WEBSITE, BEM COMO POR AQUELES DECORRENTES DE ATRASO NA DIVULGAÇÃO DE OPINIÕES ATUALIZADAS.

© 2014 Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. (Austin Rating). Todos os direitos reservados. **TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS POR LEI. NENHUMA PARTE DESTA DOCUMENTO PODERÁ SER COPIADA, REPRODUZIDA, REEDITADA, TRANSMITIDA, DIVULGADA, REDISTRIBUÍDA, REVENDIDA OU ARMAZENADA PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER FIM, NO TODO OU EM PARTE, EM QUALQUER FORMA OU POR QUALQUER MEIO QUE SEJA, ELETRÔNICO OU MECÂNICO, INCLUINDO FOTOCÓPIA, GRAVAÇÃO OU QUALQUER OUTRO TIPO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, E POR QUALQUER PESSOA SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO POR ESCRITO DA AUSTIN RATING.**

ANEXO VI – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS HOMOGÊNEAS DOS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo **FUNDO** são divididos em três classes, a saber:

1. Financiamento concedidos por lojistas à seus clientes;
2. Duplicatas mercantis ou de serviços.
3. Cédulas de Crédito Bancário com garantia de no mínimo 50% de duplicatas mercantis ou de serviços ou cheques.

Os devedores do Fundo podem ser divididos em três grandes classes homogêneas as saber:

1. Os devedores de cheques pré-datados

Estes são os devedores do item 1 acima e tem por características comuns uma grande pulverização e diversificação. Quanto ao valor de parcela podemos afirmar que 80% da carteira envolvendo o item 1 acima é composto de parcelas iguais ou inferiores a R\$ 3.100,00.

A carteira de cheques em 31/03/2014 contava com 5.848 cheques, todavia é uma carteira em declínio frente a utilização de meios de pagamento eletrônicos.

2. Os devedores de duplicatas

Neste caso a característica comum entre os devedores é serem clientes de empresa médias com faturamento anual de R\$ 12 a 100 milhões.

Embora distribuídos pelos diversos setores da economia há uma predominância do segmento de alimentos, embalagens e serviços.

A carteira contava em 31/03/2014 com 50.836 diferentes títulos referentes a 16.279 diferentes devedores, novamente caracterizando a grande pulverização e diversificação de risco.

3. Os devedores de CCB S

As características dos devedores de CCB s são semelhantes aos dos cedentes de duplicatas isto é empresas médias com faturamento entre R\$ 12 e 100 milhões.

Em 31/03/2014 existiam 19 devedores de CCB s totalizando R\$ 13.880.370,98 de saldo devedor todos com garantia de no mínimo 50% em duplicatas ou cheques. Essa garantia, por sua vez, apresentam um comportamento muito semelhante aos itens 1 e 2 acima.

ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Demonstrações Financeiras

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores
Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações Financeiras

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstrações da posição financeira 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido 5

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras 8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Examinamos as demonstrações financeiras do Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 e 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (data da transferência da administração), assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

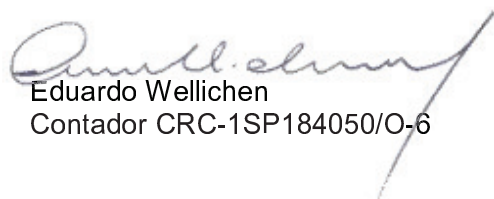
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios em 30 de setembro de 2013 e o desempenho das suas operações para o período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013 e 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (data da transferência da administração), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 30 de setembro de 2012 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem ressalvas, datado de 28 de dezembro de 2012.

São Paulo, 20 de dezembro de 2013.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concordia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações da posição financeira

30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	2013		2012	
	Valor	% sobre patrimônio líquido	Valor	% sobre patrimônio líquido
Ativo				
Disponibilidades	3.876	2,94	673	0,42
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	80	0,07	67	0,04
Banco Bradesco S.A.	3.155	2,39	4	0,00
Banco Safra S.A.	641	0,48	602	0,37
Títulos e valores mobiliários	1.619	1,22	1.505	0,94
Títulos públicos	1.619	1,22	1.505	0,94
Letras Financeiras do Tesouro	1.619	1,22	1.505	0,94
Cotas de fundos de investimento	8.532	6,46	10.649	6,63
BTG Pactual Master Cash Fundo de Investimento Referenciado DI	8.262	6,25	8.557	5,33
Safra Soberano DI Fundo de Investimento Referenciado	270	0,21	2.092	1,30
Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios	122.525	92,64	149.272	92,90
Direitos creditórios a vencer	109.881	83,08	139.073	86,56
Direitos creditórios vencidos	16.058	12,14	10.788	6,71
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.414)	(2,58)	(589)	(0,37)
Valores a receber	-	-	98	0,06
Outros	-	-	98	0,06
Total do ativo	136.552	103,26	162.197	100,95
Passivo				
Valores a pagar	4.295	3,26	1.524	0,95
Direitos creditórios a conciliar	3.796	2,87	606	0,38
Taxa de administração	186	0,14	203	0,13
Taxa de performance	75	0,07	676	0,42
Taxa de custódia	39	0,03	39	0,02
Outros	199	0,15	-	-
Patrimônio líquido	132.257	100,00	160.673	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido	136.552	103,26	162.197	100,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concordia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações do resultado

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2012 (data da transferência da administração) e exercício findo em 30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/07/12 a 30/06/13	2012
Composição do resultado do período/exercício			
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	5.588	22.484	25.723
Receita com direitos creditórios	7.211	23.686	26.294
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.623)	(1.791)	(571)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa	-	589	-
Títulos públicos federais	35	80	131
Apropriação de rendimentos e valorização a preço de mercado	35	80	131
Cotas de fundos de investimento	354	790	2.971
Cotas de fundos de investimento	354	790	2.971
Demais receitas	-	5	98
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	-	5	98
Demais despesas	(1.445)	(7.331)	(6.281)
Taxa de administração	(517)	(1.845)	(2.584)
Taxa de performance	(454)	(4.352)	(1.958)
Taxa de custódia	(118)	(387)	(432)
Rating	(16)	(66)	-
Despesas jurídicas	(21)	(25)	-
Taxa de fiscalização CVM	(6)	(23)	-
Despesas de custo de distribuição de cotas	(102)	(475)	(1.027)
Outras despesas operacionais	(5)	-	-
Outras despesas administrativas	(206)	(158)	(280)
Resultado do período	4.532	16.028	22.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concordia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (data da transferência da administração) e exercício findo em 30 de setembro de 2012
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/10/12 a 30/06/13	2012
Patrimônio líquido no início do período/exercício	149.258	160.673	139.604
Total de 6.416.534466 cotas seniores V a R\$ 9.486,187849	60.869	-	-
Total de 5.819,087539 cotas seniores VI a R\$ 10.846,535610	63.117	-	-
Total de 217.981,020713 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 1,054407	230	-	-
Total de 699,999998 cotas subordinadas preferenciais B a R\$ 11.179,110883	7.825	-	-
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 21.831,566581	17.217	-	-
Total de 6.869,447814 cotas seniores IV a R\$ 7.472,544658	-	51.332	-
Total de 6.416.534466 cotas seniores V a R\$ 11.110,639091	-	71.292	-
Total de 1.236,553433 cotas seniores VI a R\$ 10.218,651116	-	12.636	-
Total de 217.981,020713 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 1,002442	-	218	-
Total de 699,999998 cotas subordinadas preferenciais B a R\$ 10.389,223224	-	7.272	-
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 22.726,107106	-	17.923	-
Total de 5.999,908816 cotas seniores III a R\$ 7.437,171065	-	-	44.622
Total de 6.869,447814 cotas seniores IV a R\$ 11.248,001650	-	-	77.268
Total de 8.959,999433 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 9,475864	-	-	85
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 22.353,890359	-	-	17.629
Resultado do período	4.532	16.028	22.642
Cotas emitidas	-	48.065	88.216
4.582,534106 cotas seniores VI	-	48.065	-
6.416,534466 cotas seniores V	-	-	66.612
1.236,553433 cotas seniores VI	-	-	12.455
209.021,021000 cotas subordinadas preferenciais A	-	-	2.100
699,999998 cotas subordinadas preferenciais B	-	-	7.049
Amortizações	(21.533)	(57.691)	(73.993)
Cotas seniores III	-	-	(30.482)
Cotas seniores IV	-	(34.783)	(33.367)
Cotas seniores V	(15.353)	(14.991)	-
Cotas subordinadas preferenciais	-	-	(2.008)
Cotas subordinadas ordinárias	(6.180)	(7.917)	(8.136)

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concordia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (data da transferência da administração) e exercício findo em 30 de setembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/10/12 a 30/06/13	2012
Cotas resgatadas	-	(14.764)	(12.603)
5.999,908816 cotas seniores III	-	-	(12.603)
6.869,447814 cotas seniores IV	-	(14.764)	-
Variação no resgate de cotas	-	(3.053)	(3.193)
Cotas seniores IV	-	(3.053)	-
Cotas seniores III	-	-	(3.193)
Patrimônio líquido no final do período/exercício	132.257	149.258	160.673
Total de 6.416,534466 cotas seniores V a R\$ 7.302,879485	46.859	-	-
Total de 5.819,087539 cotas seniores VI a R\$ 11.117,752987	64.695	-	-
Total de 217.981,020713 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 1,076706	235	-	-
Total de 699,999998 cotas subordinadas preferenciais B a R\$ 11.523,515012	8.066	-	-
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 15.725,996019	12.402	-	-
Total de 6.416,534466 cotas seniores V a R\$ 9.486,639091	-	60.869	-
Total de 5.819,087539 cotas seniores VI a R\$ 10.846,535610	-	63.117	-
Total de 217.981,020713 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 1,054407	-	230	-
Total de 699,999998 cotas subordinadas preferenciais B a R\$ 11.179,110883	-	7.825	-
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 21.831,566581	-	17.217	-
Total de 6.869,447814 cotas seniores IV a R\$ 7.472,544658	-	-	51.332
Total de 6.416,534466 cotas seniores V a R\$ 11.110,639091	-	-	71.292
Total de 1.236,553433 cotas seniores VI a R\$ 10.218,651116	-	-	12.636
Total de 217.981,020713 cotas subordinadas preferenciais A a R\$ 1,002442	-	-	218
Total de 699,999998 cotas subordinadas preferenciais B a R\$ 10.389,223224	-	-	7.272
Total de 788,637540 cotas subordinadas ordinárias a R\$ 22.726,107106	-	-	17.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concordia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (data da transferência da administração) e exercício findo em 30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/10/12 a 30/06/13	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Aquisição de direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios	(158.018)	(687.450)	(792.740)
Liquidação de direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios	174.316	716.224	779.279
Recebimento de juros e amortizações de direitos creditórios	4.132	5.852	-
Adiantamentos de parcelas	-	(237)	-
Recebimentos a conciliar	1.718	1.472	-
Aplicação em cotas de fundos de investimento	(279.145)	(699.944)	(802.365)
Resgate em cotas de fundos de investimento	282.000	700.350	823.000
Pagamento despesas com advogados	(10)	(24)	(11)
Pagamento de taxa de performance	(937)	(4.470)	(1.282)
Pagamento taxa de fiscalização - CVM	(6)	(23)	(27)
Pagamento rating	(16)	(67)	(66)
Pagamento de despesa com custo de distribuição de cotas	(113)	(464)	(1.027)
Pagamento taxa de administração	(529)	(1.849)	(2.577)
Pagamento taxa de custódia	(121)	(383)	(432)
Demais pagamentos	(21)	(58)	(365)
Caixa líquido das atividades operacionais	23.250	28.929	1.387
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de cotas seniores VI	-	48.065	12.455
Emissão de cotas seniores V	-	-	66.612
Emissão de cotas subordinadas preferenciais A	-	-	2.100
Emissão de cotas subordinadas preferenciais B	-	-	7.049
Amortizações de cotas seniores III	-	-	(30.482)
Amortizações de cotas seniores IV	-	(34.783)	(33.367)
Amortizações de cotas seniores V	(15.353)	(14.991)	-
Amortizações de cotas subordinadas preferenciais	-	-	(2.008)
Amortizações de cotas subordinadas ordinárias	(6.180)	(7.917)	(8.136)
Resgate de cotas seniores III	-	-	(15.796)
Resgate de cotas seniores IV	-	(17.817)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(21.533)	(27.443)	(1.573)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.717	1.486	(186)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	2.159	673	859
Caixa e equivalentes de caixa no final do período/exercício	3.876	2.159	673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios iniciou suas atividades em 8 de novembro de 2007 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração. O público-alvo do Fundo são investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os investidores não residentes poderão adquirir cotas do Fundo, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689/00, do Conselho Monetário Nacional - CMN, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos de crédito elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente. Os direitos creditórios elegíveis consistirão em direitos de crédito performados oriundos de operações realizadas pelos cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e pelo Regulamento do Fundo, sendo tais direitos de crédito representados pelos documentos representativos de crédito.

O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% e, no máximo, 100% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos de crédito elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em direitos creditórios elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, desde que pós-fixados na origem ou sinteticamente, em:

- a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) Certificados e recibos de depósito bancário;

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

- e) Cotas de fundos de investimento cujos ativos componentes de sua carteira sejam ativos de renda fixa.
- f) Cotas de fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por, no mínimo, 95% de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou de emissão do Banco Central do Brasil.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em operações compromissadas cujo lastro sejam os títulos públicos.

A gestão da carteira é exercida pela Ber Capital S.A.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, não há garantia de eliminação dos riscos relacionados ao Fundo, notadamente do risco de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Instrução nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis

a) Apuração de resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Títulos públicos

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4).

c) Cotas de fundos de investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota, divulgado pelos administradores onde os recursos são aplicados.

d) Direitos creditórios

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério "pro rata temporis". A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

d) Direitos creditórios--Continuação

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

- (i) *Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios* - quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) *Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios* - quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administradora e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

O registro contábil deve ser feito em conta separada, de acordo com a classificação do ativo. Para os casos em que a aquisição substancial dos riscos e benefícios sobre os direitos creditórios não puderem ser definidos objetivamente devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Classificar no ativo as operações com aquisição substancial de riscos e benefícios, em conformidade com a natureza da operação original, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios transferidos para o Fundo.
- (ii) Classificar no ativo as operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios não transferidos para o Fundo.

No período de 1º de julho de a 30 de setembro de 2013 não houve reclassificação entre as categorias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As perdas e provisões relacionadas aos direitos creditórios adquiridos vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do exercício, observado o disposto na Instrução CVM nº 489, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

3. Práticas contábeis--Continuação

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

Os direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo estão ligados ao fornecimento de bens e serviços e o não pagamento é seguido da suspensão de novos fornecimentos até regularização. Estes créditos, normalmente, são regularizados pelo pagamento com atraso.

Em linha com os procedimentos estabelecidos pela Instrução ICVM nº 489, o Multi Recebíveis II possui uma política de provisionamento específica para ativos avaliados em base coletiva (duplicatas e cheques) e outra para ativos avaliados individualmente (Cédulas de Crédito Bancário - CCBs). A Administradora, após análise da Gestora, é a responsável pela determinação do nível das reservas, conforme as regras definidas abaixo.

A regra de provisionamento para ativos avaliados em base coletiva corresponde ao maior valor entre 100% do valor de face de títulos em atraso há mais de 60 dias corridos e um percentual mínimo aplicado sobre a totalidade da carteira. O percentual mínimo a ser provisionado é determinado com base na média móvel de três meses da proporção da carteira com atraso superior a 60 dias, podendo ser acrescido de um fator de *stress* a critério da Administradora. Atualmente, este percentual encontra-se em 1,2%.

A carteira de CCBs é avaliada individualmente levando em consideração perdas esperadas e a expectativa do fluxo de caixa futuro de cada operação. Atualmente não foram verificados eventos que implicassem na redução da expectativa do valor de recuperação desses ativos. Dessa forma, conforme estipulado pela ICVM nº 489, não existe saldo provisionado.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

<u>Títulos para negociação</u>	<u>Custo (*)</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>	<u>Faixas de vencimento</u>
Títulos de emissão do Tesouro Nacional	1.618	1.619	1	
Letras Financeiras do Tesouro	1.618	1.619	1	Após 1 ano
Cotas de fundos de Investimento	8.532	8.532	-	
BTG Pactual Master Cash FI Referenciado DI	8.262	8.262	-	Sem vencimento
Safrá Soberano DI FI Referenciado	270	270	-	Sem vencimento
Total dos títulos para negociação	10.150	10.151	1	

(*) É o valor de aquisição acrescido dos rendimentos apropriados.

Valor de mercado

O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro é apurado com base nos preços unitários - PUs divulgados nos boletins publicados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA.

5. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2013, o Fundo não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de *rating* especializada, tendo sido contratada para avaliação a Austin Rating, que atribuiu *ratings* AA+ (estável) para as cotas seniores e A- (estável) para as cotas subordinadas preferenciais B, em 13 de agosto de 2013.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

O Fundo adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com “Aquisição substancial de riscos e benefícios” em decorrência do fato de que os cedentes dos créditos não serem cotistas do Fundo e cederam os créditos sem coobrigação, ou quaisquer outros mecanismos que mitiguem a exposição ao risco de crédito.

a) Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo

Os direitos creditórios elegíveis consistirão em direitos de crédito performados oriundos de operações realizadas pelos cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, tais como: os cheques, os contratos de compra e venda a prazo garantidos por cheques, os contratos de prestação de serviços garantidos por cheques, os contratos de faturização garantidos por cheques, as cédulas de crédito bancário garantidas por 70% por cento em duplicatas, as notas fiscais, as duplicatas e os cheques que garantem o pagamento dos contratos de compra e venda a prazo, dos contratos de prestação de serviços e das cédulas de crédito bancário referentes às transações de venda de produtos ou prestação de serviços dos cedentes a seus respectivos sacados, instrumentos de confissão de dívida celebrados entre os cedentes e seus respectivos sacados decorrentes de contratos de compra e venda e/ou prestação de serviços, autorizações para débito direto em conta corrente dos sacados de contratos de compra e venda e/ou prestação de serviços; devem ser considerados elegíveis e, para tanto, devem atender cumulativamente às condições e critérios de elegibilidade descritos nos itens b e c, respectivamente.

b) Condições de cessão

As condições de cessão são avaliadas pela Consultora, BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crédito Ltda., mediante declaração de que os direitos de crédito oferecidos à cessão atendem integralmente às regras relacionadas a seguir:

- Decorram de operações realizadas pelos cedentes nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços;
- Decorram de cedentes previamente cadastrados pela Consultora;
- Os sacados devedores dos direitos de crédito ofertados ao Fundo não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme checagem a ser realizada pela Consultora;

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios-- Continuação

b) Condições de cessão--Continuação

- Devem ser previamente avaliados e aprovados pela Consultora, conforme definido no Regulamento do Fundo;
- Devem estar amparados pelos respectivos documentos representativos de crédito;
- Os direitos de crédito deverão ter prazo máximo de vencimento de 540 dias contados da data da emissão;
- O total de direitos de crédito elegíveis cedidos ao Fundo por um mesmo cedente não poderá representar, após o prazo de 90 dias contados da data da primeira integralização de cotas seniores do fundo, mais que 20% do patrimônio líquido do Fundo;
- O total de direitos de crédito elegíveis cedidos ao Fundo e representados por cédulas de crédito bancário garantidas por 70% em duplicatas não poderão ultrapassar o limite de 15% do patrimônio líquido do Fundo;
- Os direitos de crédito elegíveis cedidos ao Fundo representados por cédulas de crédito bancário garantidas por 70% em duplicatas e emitidas por um mesmo sacado não poderão ultrapassar o limite de 2,5% do patrimônio líquido do Fundo;
- Os sacados não deverão possuir registro no cadastro de emitentes de cheques sem fundos do Banco Central do Brasil - CCF.
- Para os direitos creditórios representados por cédulas de crédito bancário caberá à Consultora o controle de garantias tanto quando da cessão quanto ao longo da vigência do direito creditório.

c) Critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade são validados pelo Custodiante. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento do Fundo e nos contratos de cessão de direitos creditórios, são considerados critérios de elegibilidade as seguintes regras:

- Os direitos de crédito não poderão estar vencidos e não pagos, no momento de sua cessão para o Fundo;
- Os direitos de crédito ofertados ao Fundo não poderão ser de sacados devedores de direitos de créditos inadimplidos para com o Fundo;

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios-- Continuação

c) Crítérios de elegibilidade--Continuação

- O total de direitos de crédito devidos por um mesmo sacado não poderá exceder a 10% do patrimônio líquido do Fundo.
- Os direitos de crédito elegíveis cedidos ao Fundo representados por cédulas de crédito bancário não poderão estar vencidos e não pagos, no momento de sua cessão para o Fundo; e
- Os direitos de crédito elegíveis cedidos ao Fundo representados por cédulas de crédito bancário deverão ser registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

Na hipótese do direito creditório elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra a Administradora, a Gestora, a Consultora ou o Custodiante, salvo na existência comprovada de má-fé, culpa ou dolo contra quem o motivou.

Os cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos direitos creditórios que comporão a carteira do Fundo, não havendo por parte do Custodiante, da Administradora, da Gestora e da Consultora qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos direitos de crédito será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra os cedentes, da plena titularidade dos direitos de créditos, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

d) Recompras/alienação de direitos creditórios

No período de 1º de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013 não houve recompras de direitos creditórios.

No período acima referido houve venda de ativos adimplidos e inadimplidos no valor de R\$ 10.061, gerando um resultado positivo no valor de R\$ 224.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**CNPJ: 09.137.729/0001-89**

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

**7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--
Continuação****e) Composição de direitos creditórios adquiridos com aquisição substancial dos riscos e benefícios por vencimento e provisão para creditórios de liquidação duvidosa (PCLD)**

Direitos creditórios	2013			2012		
	Valor	% de provisão	PCLD	Valor	% de provisão	PCLD
A vencer	109.881	-	-	139.068	-	-
Vencidos até 60 dias	12.644	-	-	9.940	-	-
Vencidos acima de 60 dias	3.414	100	(3.414)	848	69,46	(589)
Total	125.939		(3.414)	149.856		(589)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/07/12 a 30/06/13	2012
Saldo no início do período/exercício	1.791	589	18
Constituições	1.623	1.791	632
Reversões	-	(589)	(61)
Saldo no final do período/exercício	3.414	1.791	589

g) Movimentação dos direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

	Período de 01/07/13 a 30/09/13	Período de 01/07/12 a 30/06/13	2012
Saldo no início do período/exercício	139.158	149.861	110.106
Aquisição de direitos creditórios	158.018	687.450	792.740
Liquidação de direitos creditórios	(174.316)	(716.224)	(715.560)
Recompras de direitos creditórios	-	-	(43.171)
Recebimento de juros e amortizações	(4.132)	(5.852)	-
Adiantamento de parcelas	-	237	-
Vendas de direitos creditórios	-	-	(20.548)
Rendimentos de direitos creditórios	7.211	23.686	26.294
Saldo no final do período/exercício	125.939	139.158	149.861

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios-- Continuação

h) Taxas praticadas por grupo de operações realizadas no período

As taxas de desconto na aquisição de direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios ocorridas no período estão assim distribuídas e foram obtidas pelo cálculo da taxa interna de cada cessão em sua forma anualizada:

Período/exercício	Taxa mínima a.a.	Taxa máxima a.a.	Taxa média (ponderada) a.a.
01/07/13 a 30/09/13	10,54%	838,66%	37,28%
01/10/12 a 30/06/13	8,01%	956,15%	33,42%
30/09/12	0,41%	982,57%	34,23%

i) Garantias

Em 30 de setembro de 2013, o Fundo não possuía garantias para as operações com direitos creditórios.

8. Gerenciamento de riscos

O Fundo deve aplicar preponderantemente em direitos creditórios, no entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em direitos creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimentos. Assim, caso seja necessária a venda dos direitos creditórios, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio. Além disso, para o recebimento dos recursos oriundos dos direitos creditórios, depende-se da solvência dos devedores, que poderá ser afetada pelo desempenho da economia.

O Fundo apresenta características particulares abaixo descritas de mitigação de risco, que tendem a eliminar os efeitos acima descritos.

Considerando-se que todas as aquisições de direitos creditórios são em taxas prefixadas e que as cotas seniores são remuneradas em taxas pós-fixadas, o Fundo está exposto a variações abruptas de taxas de juros. A mitigação desse risco ocorre pelo fato de que 80% da carteira vence em até 16 semanas. Em uma elevação de taxas, a própria velocidade de reposição da carteira, já em novas taxas, tende a equilibrar o processo. Convém notar que esse descompasso de taxa vai atingir apenas a cota subordinada que é subscrita pelo grupo econômico da Consultora de crédito.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

8. Gerenciamento de riscos--Continuação

Outro fator de risco comum aos fundos de investimento em direitos creditórios é o risco de pré-pagamento. O processo é mitigado, pois todo pré-pagamento ocorre pela taxa de cessão e não pela taxa de crédito original. Esse processo não impõe nenhuma perda ao Fundo.

9. Valorização das cotas do Fundo

Cotas seniores IV: o prazo de duração da 4ª série é de 30 meses, contados da data da primeira integralização das cotas seniores da 4ª série e possui um “benchmark” de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, respeitando-se os seguintes intervalos:

CDI divulgado pela CETIP		Benchmark
Superior ou igual a	Não superior a	% CDI
	11%	113%
11%	12%	112%
12%	13%	111%
13%	18%	110%
18%	20%	109%
20%	22%	108%
22%	25%	107%
25%	30%	106%
30%	35%	105%
35%	40%	104%
40%	-	103%

Cotas seniores V: o prazo de duração da 5ª série é de 30 meses, contados da data primeira integralização das cotas seniores da 5ª série e possui um “benchmark” de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. O benchmark corresponde à 100% da variação do CDI, no informativo diário, acrescida de 2% ao ano.

Cotas seniores VI: o prazo de duração da 6ª série é de 30 meses, contados da data primeira integralização das cotas seniores da 6ª série e possui um “benchmark” de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. O benchmark corresponde à variação de 118% do CDI, no informativo diário.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

9. Valorização das cotas do Fundo--Continuação

Cotas subordinadas preferenciais B - as cotas subordinadas preferenciais B possuem um “*benchmark*” de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. O *benchmark* corresponde a 145% da variação do CDI, no informativo diário.

Cotas subordinadas preferenciais A - as cotas subordinadas preferenciais A possuem um “*benchmark*” de rentabilidade calculado em função da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 1 dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. O *benchmark* corresponde a 100% da variação do CDI, no informativo diário.

Cotas subordinadas ordinárias: não possuem “*benchmark*” de rentabilidade definido.

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas

a) Emissão

As cotas do Fundo são segregadas nas classes sênior e subordinada, havendo divisão em subclasse apenas para as cotas de classe subordinada. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em nome de seus titulares.

Na subscrição de cotas do Fundo deve ser utilizado o valor de abertura da cota de mesma classe em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora.

Na subscrição de cotas do Fundo que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da cota de mesma classe em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas--Continuação

b) Amortização e resgate

Para efeito de amortização e resgate, as cotas subordinadas se subordinam as cotas seniores, com a seguinte preferência para recebimento: cotas subordinadas preferenciais B, cotas subordinadas preferenciais A e cotas subordinadas ordinárias.

A partir do 18º mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores no Fundo, as cotas seniores e cota subordinada preferencial B terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente, conforme a proporção abaixo:

Mês	% de amortização
18º mês	1/5
21º mês	1/4
24º mês	1/3
27º mês	1/2
30º mês	1/1

O pagamento das amortizações deverá ser feito de acordo com os respectivos suplementos do Regulamento do Fundo.

O resgate das cotas seniores ocorrerá no 30º mês, contado da data da primeira integralização de cotas seniores.

c) Quadro de amortização

Sênior IV	
Data de amortização	Total amortizado
31/10/2012	17.228
31/01/2013	17.555
15/04/2013	17.817
Total	52.600

Sênior V	
Data de amortização	Total amortizado
30/04/2013	14.991
31/07/2013	15.353
Total	30.344

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas--Continuação

c) Quadro de amortização

Subordinada ordinária	
Data de amortização	Total amortizado
30/11/2012	1.690
26/12/2012	1.127
14/01/2013	1.129
01/02/2013	1.129
18/02/2013	565
03/06/2013	1.138
07/06/2013	1.139
20/08/2013	1.800
23/08/2013	2.000
05/09/2013	380
18/09/2013	2.000
Total	14.097

Não haverá resgate de cotas, exceto pelo término do prazo de duração de cada série do Fundo ou de sua liquidação antecipada.

d) Razão de garantia

A relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 85%. O Fundo deverá ter 15% de seu patrimônio, devidamente deduzido do valor dos ativos soberanos representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e estará disponível na sede da Administradora.

Adicionalmente à razão de garantia, o Fundo deverá ter no mínimo 10% de seu patrimônio líquido, devidamente deduzido do valor dos ativos soberanos, representado por cotas subordinadas ordinárias. São considerados ativos soberanos: títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e/ou cotas de fundos de investimento cujas carteiras sejam compostas por no mínimo 95% de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou por emissão do Banco Central do Brasil. Esta relação será apurada diariamente.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas--Continuação

d) Razão de garantia--Continuação

Na hipótese de inobservância dos percentuais, com cotas subordinadas representando menos que 15% do patrimônio líquido do Fundo devidamente deduzido do valor dos Ativos Soberanos ou com cotas subordinadas ordinárias representando, individualmente, menos que 10% do patrimônio líquido do Fundo por 10 dias úteis consecutivos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I. A Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência aos cotistas detentores de cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:
 - a) Noticiará o fato e solicitará aos cotistas detentores de cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias que providenciem o restabelecimento da razão de garantia e/ou da razão entre as cotas subordinadas dentro de um prazo de 5 dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
 - b) Informará aos cotistas detentores de cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias o número mínimo de, respectivamente, cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer a razão de garantia e/ou da razão entre as cotas subordinadas.
- II. Os cotistas detentores de cotas subordinadas preferenciais A e cotas subordinadas ordinárias deverão subscrever, dentro do prazo mencionado, tantas cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias quantas sejam necessárias para restabelecer a razão de garantia e/ou da razão entre as cotas subordinadas.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas--Continuação

d) Razão de garantia--Continuação

- III. Na hipótese de a Administradora verificar que, decorrido o prazo, não se alcançou o restabelecimento da razão de garantia e/ou da razão entre as cotas subordinadas, quer em virtude da não subscrição de um número de cotas subordinadas preferenciais e cotas subordinadas ordinárias suficientes para atender a razão de garantia descrita, deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre: (a) providências a serem tomadas pela Administradora; (b) substituição da Administradora no exercício das funções em relação ao Fundo; e/ou (c) pela liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas preferenciais A e cotas subordinadas ordinárias do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação patrimonial.

11. Negociação de cotas

As cotas seniores de quaisquer das séries emitidas pelo Fundo, bem como as cotas subordinadas preferenciais B, passado o período de carência de noventa dias, terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

12. Custódia

O controle das cotas emitidas pelo Fundo está sob a responsabilidade da Administradora. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC do Banco Central do Brasil - BACEN. As cédulas de crédito bancário - CCBs estão registradas na CETIP S.A. – Mercados Organizados. A BRR Assessoria de Cobrança e Administração de Crédito Ltda. foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios e como agente cobrador de tais direitos.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

13. Encargos do Fundo

Taxa de administração

A Administradora receberá pelos serviços de administração da carteira do Fundo uma taxa de administração equivalente a 1,7% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, com mínimo mensal de R\$ 15.

A taxa de administração será calculada e provisionada diariamente e o seu pagamento ocorrerá mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

No período de 01/07/13 a 30/09/13 a despesa de taxa de administração foi de R\$ 517 (período de 01/07/12 a 30/06/13 - R\$ 1.845 e exercício findo em 30/09/12 - R\$ 2.584) registrada na conta "Taxa de administração".

Taxa de performance

Além da taxa de administração, será cobrada do Fundo uma remuneração à Consultora baseada na rentabilidade das cotas subordinadas ordinárias, denominada taxa de performance, correspondente a 40% do valor da rentabilidade das cotas subordinadas ordinárias que exceder a 120% da Taxa DI, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das cotas seniores e das cotas subordinadas preferenciais, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a taxa de administração.

A taxa de performance será calculada e provisionada pelo Custodiante, diariamente por dia útil, e paga diretamente pelo Fundo a cada semestre civil, por período vencido, até o 5º dia útil subsequente ao encerramento de cada período de apuração, observando que o primeiro período de apuração da taxa de performance terá início em quinze de maio de 2012 e término no encerramento do semestre civil correspondente.

No período de 01/07/13 a 30/09/13 a despesa de taxa de performance foi de R\$ 454 (período de 01/07/12 a 30/06/13 - R\$ 4.352 e exercício findo em 30/09/12 - R\$ 1.958) registrada na conta "Taxa de performance".

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

14. Evolução do valor da cota e rentabilidade--Não auditado

Cotas seniores IV			
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %	Benchmark %
15/04/2013 (***)	2.593,67718	4,13	4,13
30/09/2012 (**)	7.472,544658	10,67	10,67
30/09/2011	11.248,001651	12,48	12,48
14/10/2010 (*)	10.000,000000	-	

Cotas seniores V			
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %	Benchmark %
30/09/2013 (**)	7.302,879485	2,66	2,66
30/06/2013 (**)	9.486,187849	6,72	6,72
30/09/2012	11.110,639091	11,11	11,11
14/10/2011 (*)	10.000,000000	-	

Cotas seniores VI			
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %	Benchmark %
30/09/2013	11.117,752987	2,50	2,50
30/06/2013	10.846,535610	6,14	6,14
30/09/2012	10.218,651116	2,19	2,19
03/07/2012 (*)	10.000,000000	-	

Cotas subordinadas preferenciais A			
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %	Benchmark %
30/09/2013	1,076706	2,11	2,11
30/06/2013	1,054407	5,18	5,18
30/09/2012 (**)	1,002442	9,40	9,40
30/09/2011 (**)	9,475864	12,76	12,76
30/09/2010 (**)	7.649,199685	9,50	9,50
30/09/2009	12.274,725870	11,22	11,22
30/09/2008	11.036,585665	10,37	10,37
08/11/2007 (*)	10.000,000000	-	

Cotas subordinadas preferenciais B			
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %	Benchmark %
30/09/2013	11.523,515012	3,08	3,08
30/06/2013	11.179,110883	7,60	7,60
30/09/2012	10.389,223224	3,89	3,89
28/05/2012 (*)	10.000,000000	-	

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

14. Evolução do valor da cota e rentabilidade--Continuação

Cotas subordinadas ordinárias		
Data	Valor da cota - R\$	Rentabilidade %
30/09/2013 (**)	15.725,996019	8,69
30/06/2013 (**)	21.831,566581	50,37
30/09/2012 (**)	22.726,107106	60,92
30/09/2011 (**)	22.353,890359	92,39
30/09/2010 (**)	15.398,512851	242,20
30/09/2009	11.902,061106	45,59
30/09/2008	8.175,174070	(18,25)
08/11/2007 (*)	10.000,000000	-

(*) Subscrição inicial das respectivas cotas.

(**) A rentabilidade acima inclui as amortizações do período/exercício, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

(***) Resgate total de cotas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

15. Tributação

a) Imposto de renda

Os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:

- (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Multi Recebíveis II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

CNPJ: 09.137.729/0001-89

(Administrado pela Concórdia S.A. Corretora Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais)

16. Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração contábil de cotas e controle de ativos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

17. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2013, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18. Demandas judiciais

De acordo com os assessores jurídicos que cuidam das demandas judiciais, informamos que as demandas classificadas com risco possível possui o montante de R\$ 1.736, relacionados a ações sobre inexistência de obrigações de pagamentos, e as classificadas como perdas prováveis apresentam um total de R\$ 16.

19. Partes relacionadas

No período de 1º de julho a 30 de setembro de 2013, o Fundo não realizou operações com partes relacionadas.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO TRIMESTRAL DE OPERAÇÕES DO FUNDO

Curitiba, 31 de março de 2014.

À

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Superintendência de Relações com Investidores Institucionais

Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Relatório Trimestral – período encerrado em 31 de março de 2014

**MULTI RECEBÍVEIS II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
CNPJ 09.137.729/000-89 (“Fundo”)**

Prezados senhores,

Em atendimento ao Artigo 8º da Instrução CVM Nº 356 de 17/12/2001 e alterações posteriores, apresentamos as seguintes informações:

- a) O Fundo manteve-se enquadrado na alocação dos ativos conforme política de investimento constante em seu regulamento;
- b) As negociações foram realizadas a taxas de mercado.
- c) Procedimentos, metodologia de verificação e resultado do lastro, realizados pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, custodiante (“Custodiante”) contratado:

No período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de março de 2014 ocorreram cessões diárias onde foram cedidos 50.920 direitos creditórios e todos os documentos comprobatórios foram entregues e formalizados.

Com relação aos direitos creditórios inadimplidos, a carteira possui no trimestre 1.798 direitos creditórios inadimplidos, dos quais 1.797 encontram-se formalizados e depositados na empresa de guarda, contratada pelo Custodiante. Contudo, 01 documento comprobatório, dos 1.798 acima mencionados, não foi apresentado.

Adicionalmente, foi informado que o Fundo não realiza substituições.

- d) Não houve alteração nas informações solicitadas no art.24, inciso X, alíneas “a” e “c” da Instrução CVM-356 de 17/12/2011
- e) Os critérios adotados para concessão de crédito de originadores que representem 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo estão descritos no regulamento e não ocorreram alterações.
- f) Não houve alteração nas garantias existentes para o conjunto de ativos.
- g) No período em questão, as cessões de direitos creditórios ocorreram de acordo com a política de investimento e critérios de elegibilidade estabelecidos no regulamento do Fundo, de caráter definitivo com instrumento de coobrigação por parte da cedente, não foram formalizados contratos relevantes.
- h) Não ocorreram eventos de pré-pagamento.

- i) Ocorreram recompras antes e depois do vencimento, podendo ser motivacionadas pelos seguintes fatores:
- Problemas na entrega da mercadoria e/ou serviço;
 - Execução de coobrigação;
 - Recuperação de créditos inadimplidos.
- j) O impacto no valor do patrimônio líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira em relação à descontinuidade nas operações de alienação dos direitos creditórios ocorridas, não foram consideradas relevantes, vez que foram suportadas pelo colateralização do Fundo.
- k) Não ocorreram amortizações antecipadas de direitos creditórios cedidos ao Fundo.
- l) Apesar das ocorrências descritas na alínea “i)” acima, tal fato não afetou o Fundo de forma relevante, conforme descrito na alínea “j)” acima.

Composição da Carteira em: 31/3/2014

Carteira de Ativos	Valor	Límite	Status
Direitos Creditórios a Vencer	93.100.665,45		
Direitos Creditórios Vencidos	13.165.939,12		
Total de Recebíveis	106.266.604,57	Mínimo 50% do PL	Enquadrado
Títulos Públicos	1.698.374,99		
Títulos Privados	0,00		
Operações Compromissadas	0,00		
Fundos de Investimento	45.171.623,90		
Total de Renda Fixa	46.869.998,89	Máximo 50% do PL	Enquadrado
Provisão Devedores Duvidosos	-3.131.576,15		
Valores a pagar	-920.167,35		
Valores a receber/outros ativos	1.398.471,94		
Disponibilidades	4.441.423,97		
Total da Carteira de Ativos ==>	158.976.499,37		
Total do Patrimônio Líquido ==>	154.924.755,87		

Atenciosamente,

BANCO PETRA S/A